

M 2018



SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E ATITUDES EM RELAÇÃO À POLÍCIA

UM ESTUDO EXPLORATÓRIO COMPARANDO O MEIO URBANO E O MEIO RURAL

ROGÉRIO NUNO GONÇALVES E PAZ

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM
CRIMINOLOGIA



RESUMO

A literatura científica tem-se debruçado sobre o estudo do sentimento de insegurança e das atitudes em relação à polícia sobretudo em ambiente urbano, relegando para segundo plano o ambiente rural. A presente dissertação de mestrado pretendeu assim preencher esta lacuna explorando as diferenças entre ambiente urbano e rural no que diz respeito à explicação do sentimento de insegurança, designadamente o medo do crime, o risco percebido de vitimação e os comportamentos de segurança, e das atitudes em relação à polícia nomeadamente a satisfação geral com a polícia na área de residência, a confiança na polícia e a sua eficácia percebida pelos cidadãos. Para o efeito e considerando a pouca literatura desenvolvida em ambiente rural, optou-se por uma metodologia mista, onde inicialmente, através da entrevista semiestruturada, se procurou aprofundar o conhecimento sobre este ambiente. Posteriormente, com alguns itens mais específicos encontrados na análise daquela entrevista, construiu-se e aplicou-se um inquérito em ambos os ambientes. Assim, o estudo qualitativo revelou a existência de laços sociais enraizados entre os residentes rurais, elevados níveis de coesão social e controlo social informal, bem como percepções desfavoráveis sobre a polícia. Ao nível do estudo quantitativo, concluiu-se que os residentes de ambos os ambientes se sentem seguros de uma forma geral. Todavia, o sentimento de insegurança, em ambiente rural, é explicado predominantemente por variáveis contextuais como a criminalidade percebida na área de residência, a coesão social e a confiança social e, em ambiente urbano, por variáveis policiais como a satisfação com a polícia na área de residência e eficácia da mesma. No que concerne às atitudes em relação à polícia, verificou-se um predomínio das variáveis policiais em ambos os ambientes, sendo que, em ambiente rural se destacou a justiça distributiva da polícia e a satisfação geral com ela, e em ambiente urbano a visibilidade da polícia, a satisfação geral com a polícia, assim como a satisfação com ela na área de residência. Verificou-se ainda uma associação significativa e negativa entre sentimento de insegurança e atitudes em relação à polícia, evidenciando-se mais em ambiente urbano do que em ambiente rural. Outras conclusões são debatidas e no final identificam-se algumas das limitações do presente estudo, bem como se propõem sugestões para investigação futura.

Palavras-chave: polícia; atitudes; “confiança na polícia”; “satisfação com a polícia”; “eficácia da polícia”; medo do crime; sentimento de insegurança; urbano; cidade; rural.

ABSTRACT

Scholars have focused on the study of the insecurity feeling and attitudes towards the police, especially in the urban environment, relegating the rural environment. This dissertation aimed to fill this gap by exploring the differences between the urban and the rural environment in terms of explaining the insecurity feeling, namely fear of crime, perceived risk of victimization and safety behaviors, and the attitudes towards the police, in particular the general satisfaction with the police in the neighborhood, the confidence in the police and their effectiveness perceived by the citizens. For this purpose and considering the little literature developed in the rural environment, a mixed methodology was chosen, where initially, through the semi-structured interview, one it was tried to deepen the knowledge about that environment. Later on with some more specific items of the analyzed interview, a survey was constructed and applied in both environments. Thus, the qualitative study revealed the existence of established social ties among rural residents, high levels of social cohesion and informal social control, as well as unfavorable perceptions about the police. Concerning the quantitative study, it was concluded that residents of both environments feel generally safe. However, the sense of insecurity in the rural environment is predominantly explained by contextual variables such as perceived crime in the neighborhood, social cohesion and social trust and, in urban environment, by police variables such as satisfaction with the police in the area of residence and effectiveness of the police. Regarding the attitudes towards the police, there was a predominance of police variables in both environments. In the rural environment the distributive justice of the police and general satisfaction with the police were detached, and in the urban environment were the visibility of the police, overall satisfaction and the satisfaction with the police in the area of residence. There was also a significant and negative association between feelings of insecurity and attitudes towards the police, much more detached in the urban environment than in the rural one. Other conclusions are discussed and some of the limitations of the present study are identified, as well as suggestions for future research.

Key Words: police; attitudes; “trust in police”; “police satisfaction”; “police efficiency”; fear of crime; insecurity feeling; urban; city; rural.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço profundamente à minha orientadora, Professora Doutora Carla Cardoso, pelo acompanhamento disponibilizado, por todo o conhecimento transmitido, críticas construtivas e pela total disponibilidade demonstrada no esclarecimento de dúvidas. Este agradecimento não se limita apenas à orientação do presente estudo, mas abrange igualmente toda a ajuda prestada desde o primeiro ano do ciclo de estudos. Por todo o incentivo e por todo o apoio que me deu na concretização deste e de todos os trabalhos que efectuei ao longo destes dois anos letivos, o meu sincero e respeitoso reconhecimento. Obrigado pelo seu tempo e pela sua dedicação.

Gostaria também de agradecer à Mestre Josefina Castro, pela ajuda e sugestões transmitidas na construção do guião da entrevista, bem como pelos preciosos ensinamentos facultados para a análise do conteúdo das entrevistas.

Ao Professor Doutor Samuel Moreira o meu sincero obrigado por toda a paciência, disponibilidade e esclarecimentos prestados no ensinamento da utilização do *software* para a construção do inquérito, bem como para a posterior extração dos dados para suporte informático.

De uma forma geral o meu agradecimento aos professores da Escola de Criminologia por todo o conhecimento transmitido neste ciclo de estudos iniciado em 2016.

À Susana, à Isabel, ao Jorge e à Ana o meu profundo agradecimento pelo apoio fundamental na concretização das entrevistas e pela preciosa ajuda na distribuição e recolha dos inquéritos.

A todos os participantes o meu reconhecido agradecimento pela vossa disponibilidade e que tanto contribuiu para a realização do presente estudo.

Finalmente quero ainda agradecer à minha mãe por todo o especial apoio, incentivo e força que me deu ao longo desta etapa da minha vida.

SUMÁRIO

RESUMO	I
ABSTRACT	II
SUMÁRIO	IV
LISTA DE TABELAS.....	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1. AMBIENTE RURAL E AMBIENTE URBANO	5
2. SENTIMENTO DE INSEGURANÇA	5
2.1. <i>Delimitação Conceptual</i>	5
2.2. <i>Explicação do Sentimento de Insegurança</i>	8
2.2.1. Variáveis Contextuais (área de residência).....	9
2.2.2. Variáveis Sociodemográficas	18
3. ATITUDES RELATIVAMENTE À POLÍCIA: SATISFAÇÃO, CONFIANÇA E EFICÁCIA.....	22
3.2. <i>Explicação das atitudes relativamente à polícia</i>	23
3.2.1. Modelo Policial	25
3.2.2. Modelo Demográfico	33
3.2.3. Modelo Contextual (área de residência).....	38
4. SENTIMENTO DE INSEGURANÇA E ATITUDES EM RELAÇÃO À POLÍCIA	41
CAPÍTULO II – ESTUDO EMPÍRICO (METODOLOGIA)	45
1. OBJETIVOS	45
2. CARACTERIZAÇÃO E DESENHO DO ESTUDO	46
3. AMOSTRA.....	47
4. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	47
5. INQUÉRITO – VARIÁVEIS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO	49
5.1. <i>Definição das variáveis dependentes e independentes</i>	49
5.1.1. Variáveis dependentes	49
5.1.2. Variáveis independentes	49
5.2. <i>Operacionalização das variáveis</i>	50
5.2.1. Variáveis dependentes	50
5.2.2. Variáveis independentes	51
6. PROCEDIMENTOS	54
6.1. <i>Processo de recolha de dados</i>	54
6.2. <i>Processo de análise dos dados</i>	55
6.2.1. Análise do conteúdo	55
6.2.2 Análise estatística	56
CAPÍTULO III – ESTUDO EMPÍRICO (RESULTADOS)	56
1. ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS	56
1.1. <i>Caracterização da área de residência</i>	56
1.1.1. Características físicas	56
1.1.2. Características sociais e rotinas	57
1.1.3. Serviços e transportes	58
1.1.4. Problemas gerais reportados.....	60
1.2. <i>Vizinhança</i>	60

1.2.1. Laços sociais, sentimento de pertença e coesão social.....	60
1.2.3. Vinculação à área de residência	63
1.3. Insegurança.....	64
1.3.1. Vitimação direta	64
1.3.2. Vitimação vicariante.....	64
1.3.3. Criminalidade e desordens	64
1.3.4. Percepção de insegurança e comportamentos de segurança.....	65
1.4. Polícia e Intervenções	67
1.4.1. Percepção sobre a polícia	67
1.4.2. Intervenção na área de residência.....	68
2. ANÁLISE DOS INQUÉRITOS.....	70
2.1. Descrição das variáveis e comparação entre ambientes rural e urbano.....	70
2.1.1. Variáveis sociodemográficas.....	70
2.1.2. Variáveis relativas ao sentimento de insegurança	72
2.1.3. Variáveis relativas à polícia.....	73
2.1.4. Variáveis relativas à área de residência.....	75
2.2. Relação entre as variáveis, em cada ambiente.....	77
2.2.1. Variáveis sociodemográficas.....	77
2.2.2. Variáveis independentes relacionadas com o sentimento de insegurança e com a polícia	78
2.2.3. Variáveis relacionadas com a área de residência.....	80
2.2.4. Variáveis dependentes	83
2.3. Modelos explicativos das variáveis dependentes	83
2.3.1. Predição do medo do crime	84
2.3.2. Predição do risco percebido.....	85
2.3.3. Predição dos comportamentos adotados por razões de segurança.....	87
2.3.4. Predição da satisfação com a polícia na área de residência.....	88
2.3.5. Predição da confiança na polícia	90
2.3.6. Predição da eficácia da polícia	91
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	93
CONCLUSÃO	103
ANEXOS	117
ANEXO A – DEFINIÇÃO DE FREGUESIAS URBANAS, MEDIAMENTE URBANAS E RURAIS	117
ANEXO B – GUIÃO DE ENTREVISTA	118
ANEXO C – MODELOS PARCELARES DE PREDIÇÃO DO MEDO DO CRIME	121
ANEXO D – MODELOS PARCELARES DE PREDIÇÃO DO RISCO PERCEBIDO	123
ANEXO E – MODELOS PARCELARES DE PREDIÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DE SEGURANÇA.....	125
ANEXO F – MODELOS PARCELARES DE PREDIÇÃO DA SATISFAÇÃO COM A POLÍCIA NA ÁREA DE RESIDÊNCIA	127
ANEXO G – MODELOS PARCELARES DE PREDIÇÃO DA CONFIANÇA NA POLÍCIA.....	129
ANEXO H – MODELOS PARCELARES DE PREDIÇÃO DA EFICÁCIA DA POLÍCIA	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estruturação das dimensões a abordar na entrevista.....	48
Tabela 2 – Operacionalização do sentimento de insegurança.....	50
Tabela 3 – Operacionalização das atitudes em relação à polícia.....	51
Tabela 4 – Operacionalização das variáveis sociodemográficas.....	51
Tabela 5 – Operacionalização da vitimação e das variáveis independentes relativas à polícia.....	52
Tabela 6 – Operacionalização das variáveis relacionadas com a área de residência.....	53
TABELA 7: Descrição geral das variáveis sociodemográficas.....	70
TABELA 8: Descrição das variáveis relativas ao sentimento de insegurança, por ambiente.....	72
TABELA 9: Descrição das variáveis relacionadas com a polícia, por ambiente.....	73
TABELA 10: Descrição das variáveis relativas à Área de Residência, por ambiente.....	75
TABELA 11: Relação das variáveis sociodemográficas com as variáveis dependentes, por ambiente.....	77
TABELA 12: Relação entre prevalência de vitimação e as variáveis dependentes, por ambiente....	78
TABELA 13: Relação das variáveis independentes relativas à polícia com as variáveis dependentes, por ambiente.....	79
TABELA 14: Relação das variáveis relativas à área de residência com as variáveis dependentes, por ambiente.....	81
TABELA 15: Relação entre as variáveis dependentes, por ambiente.....	83
TABELA 16: Modelo final de explicação do medo do crime, por ambiente.....	84
TABELA 17: Modelo final de explicação do risco percebido de vitimação, por ambiente.....	86
TABELA 18: Modelo final de explicação dos comportamentos de segurança, por ambiente.....	88
TABELA 19: Modelo final de explicação da satisfação com a polícia na área de residência, por ambiente.....	89
TABELA 20: Modelo final de explicação da confiança na polícia, por ambiente.....	91
TABELA 21: Modelo final de explicação da eficácia da polícia, por ambiente.....	92
TABELA 22: Sumário das variáveis preditoras do sentimento de insegurança, por ambiente.....	97
TABELA 23: Sumário das variáveis preditoras das atitudes em relação à polícia, por ambiente.....	99

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, elaborada e apresentada no âmbito do mestrado em criminologia, procura explorar a relação entre as componentes do sentimento de insegurança e as percepções dos cidadãos sobre a satisfação com a polícia na área de residência, confiança e eficácia da polícia, tanto em ambiente rural, como ambiente urbano, pelo que o estado da arte irá salientar os estudos que também consideram o meio rural.

O medo nos seres humanos (bem como noutras espécies animais) é algo natural, esta emoção funciona como um mecanismo de defesa que alerta para situações de perigosidade. Este sentimento de insegurança apenas é intrinsecamente negativo quando é desproporcional ao risco objetivo, uma vez que se pode tornar disfuncional (Warr, 2000). Neste sentido, uma das razões para se estudar o sentimento de insegurança, e em particular o medo do crime é as consequências que este tem, especificamente o seu impacto na qualidade de vida das pessoas (Hale, 1996). Neste âmbito, muitas das vezes, a literatura aponta para uma desconexão entre o medo do crime e o risco real de vitimação (LaGrange & Ferraro, 1989; Pain, 2001). Esta desconexão não só se verifica em ambiente urbano, como também existe em ambiente rural. Jackson (2004), no seu estudo realizado num contexto predominantemente rural, verificou que apesar dos baixos índices de criminalidade, cerca de 80% da sua população considerava que a segurança da comunidade era o assunto mais importante. Interessantemente, na população portuguesa apesar do risco de vitimação e as taxas de criminalidade serem consideradas mais baixas relativamente a outros países europeus, o medo do crime é relativamente elevado, pelo que se tem designado como o paradoxo medo-crime (Guedes, Cardoso, & Agra, 2012).

Dadas as suas implicações para a vida dos cidadãos e o seu consequente usufruto da sua cidadania, a pesquisa sobre o sentimento de insegurança começou a ganhar importância na comunidade científica e política, nos anos 60, nos Estados Unidos da América (Hale, 1996), no âmbito do estudo dos crimes domésticos e, posteriormente alargou não só o seu âmbito de estudo, como também se expandiu para outros países que, no caso de Portugal, teve início nos anos 90 (Agra, Quintas & Fonseca, 2001).

Um nível elevado de medo do crime preocupa tanto a polícia, como os cidadãos, como os decisores políticos, porque reduz não só a qualidade de vida, como pode aumentar indiretamente a criminalidade, na medida em que níveis elevados de medo conduzem a um envolvimento social enfraquecido e a um reduzido controlo social informal (Markowitz, Bellair, Liska, & Liu, 2001). Assim, a polícia é vista como a "guardiã" simbólica da

estabilidade social e da ordem, responsável pelos valores comunitários e pelo controlo social informal (Jackson & Bradford, 2010a). Aliás, a polícia é referenciada como um dos factores mais importantes nos esforços de redução do sentimento de insegurança da comunidade, e o policiamento comunitário aparece na vanguarda desses esforços (Scheider, Rowell, & Bezdikian, 2003).

Os fatores contextuais, como as características da área de residência, são conhecidos como um dos principais influenciadores da percepção do risco e do medo do crime (Ferraro, 1995), tanto ao nível das desordens¹ físicas, como ao nível das desordens sociais (Wilson & Kelling, 1982). Por outro lado, os habitantes de uma determinada área de residência, onde seja habitual o crime e a vitimação, poderão assumir esta circunstância como uma ‘situação normal’, ficando dessensibilizados com o passar do tempo (Taylor, Shumaker, & Gottfredson, 1985; Taylor & Shumaker, 1990). Isto sugere que as desordens poderão não influenciar o medo do crime da forma como que se poderia esperar. Hinkle & Yang (2014) verificaram fraca correlação entre a desordem social percebida pelos residentes e a que era percecionada por pessoas de fora da comunidade, sugerindo que a desordem social é uma construção social, ao invés de um fenómeno em concreto. Por outro lado, o contexto enquanto influenciador do medo do crime, não se limita à existência ou não de desordens. A revisão bibliográfica, efectuada por Pain (2000), analisou a literatura de interesse sobre o medo do crime, concentrando-se nas dimensões geográficas e ambientais. A autora descreve que, no que diz respeito ao ambiente rural nos EUA, poucos são os estudos que relacionam o ambiente físico à construção do medo do crime, e que este se encontra ligado à natureza espacial das regiões agrícolas, como a distância entre vizinhos e a percepção de isolamento e distanciamento relativo à polícia. Crank (1990) foi um dos primeiros autores a levantar a questão da influência do ambiente (urbano e rural) na variação das estatísticas de detenção policial. A título de exemplo, verificou que as taxas de apreensão para o roubo de veículos automóveis foram maiores nos departamentos de polícia rurais que tinham maiores proporções de moradores negros e indivíduos estrangeiros. Estes mesmos fatores não foram significativamente relacionados a roubo de veículos automóveis nos departamentos de polícia urbana. Dado que estas variáveis podem indicar um tratamento menos equitativo, é plausível que os membros minoritários dentro daquelas comunidades possam ter percepções diferentes em relação à polícia. Concluíram, portanto, que as variáveis ambientais e organizacionais

¹ De uma forma geral, são transtornos que violam normas amplamente compartilhadas sobre o comportamento público (conceito desenvolvido no Capítulo I)

variam dramaticamente entre comunidades rurais e urbanas. Neste sentido, parece ser importante o estudo da influência do ambiente e, no nosso caso, do ambiente rural. Aliás, Ceccato (2015) frisou a importância de compreender as características únicas de ambientes rurais e o que isso significa para a compreensão do crime e da justiça criminal. De facto, os estudos que se debruçam sobre a explicação do sentimento de insegurança, exclusivamente em ambiente rural são em número consideravelmente inferior aos estudos efectuados em ambiente urbano. Uma das razões é a de que as comunidades rurais são vistas como sítios amigáveis e seguros para se viver, onde existe um forte sentido de comunidade, paz e sossego (Little, Panelli & Kraack, 2005). Porém, a verdade é que mais estudos em ambiente rural são necessários, uma vez que aquele argumento poderá não ser totalmente válido. Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer (2012) contrariaram a ideia de que os rurais são menos propensos a adotar comportamentos de segurança, como trancas ou alarmes, do que os urbanos. Os autores verificaram que cerca de 76% dos rurais trancava a porta de casa e 10% tinha alarme. Concluíram igualmente que, ainda que os rurais tivessem menos trancas e alarmes, eram mais propensos a adicionar iluminação ou manter um cão ou arma de fogo em casa para fins de protecção. Por outro lado, a distinção entre o urbano e o rural torna-se mais significativa, na medida em que, de acordo Klinger (1997), a resposta da polícia é ditada por fatores comunitários, como o nível de desvio social. Numa primeira análise, poder-se-ia afirmar que a relação entre sentimento de insegurança e satisfação dos cidadãos com a polícia parece apresentar uma conexão bastante intuitiva, onde naturalmente se poderia pressupor que, quando a confiança na polícia é alta, o medo do crime é baixo e, por outro lado, quando o medo do crime é alto, a satisfação ou a confiança na polícia é baixa. No entanto, os resultados das investigações efetuadas sobre este tema e as suas relações, não se têm apresentado consistentes, pelo que demonstra que esta relação é mais complexa do que como se apresenta à primeira vista. Concomitantemente, a maioria das pesquisas realizadas sobre esta relação entre a polícia e os cidadãos tem tido lugar predominantemente em ambiente urbano, secundarizando desta forma outras realidades, como os ambientes rurais/semi-rurais.

Neste sentido, o presente estudo, pretende contribuir para a redução desta lacuna, explorando a relação entre *sentimento de insegurança* (medo do crime, risco percebido e comportamentos de segurança) e *atitudes em relação à polícia*, designadamente a satisfação com a polícia na área de residência, confiança e eficácia da polícia, em *ambiente rural/semi-rural* e *ambiente urbano*. Por outras palavras, pretende-se conhecer quais as diferenças entre ambiente rural e

urbano, no que diz respeito aos fenómenos que explicam o sentimento de insegurança e aquelas atitudes relativamente à polícia.

A presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos: o primeiro diz respeito ao desenvolvimento do estado da arte sobre os temas centrais deste estudo e encontra-se subdividido em subcapítulos que se ocupam da definição conceptual (tipologia de ambientes, sentimento de insegurança e atitudes relativamente à polícia), preditores das variáveis objecto de estudo e correlações encontradas entre estas. O segundo capítulo refere-se à descrição da metodologia adotada, onde estão definidos os objetivos, a caracterização e desenho do estudo. Ainda neste capítulo, é apresentada a amostra e são definidas as variáveis (dependentes e independentes) em investigação, bem como a forma como foram operacionalizadas, através da entrevista semiestruturada e posteriormente, através de inquérito. O terceiro capítulo apresenta os resultados encontrados na análise do conteúdo das entrevistas, bem como os resultantes da aplicação dos inquéritos. Nestes últimos, procedeu-se a uma descrição geral da amostra pelas variáveis e depois efetuaram-se correlações, seguidas da predição das variáveis dependentes. Por último, faz-se a discussão dos resultados.

CAPÍTULO I – Enquadramento Teórico

1. Ambiente Rural e Ambiente Urbano

Na distinção entre ambiente rural e ambiente urbano, a literatura científica tem apresentado algumas definições suportadas em critérios distintos. Assim, alguns autores definem zonas rurais como regiões agrícolas e periféricas (Jobes, Donnermeyer & Barclay, 2005; Pain, 2000), outros diferem zona urbana de zona rural, como uma zona de maior densidade populacional na primeira, e de menor densidade populacional e zona periférica de áreas metropolitanas na segunda (Lee, 2008; Lee & Slack, 2008).

No seu estudo, Hoggt & Carrington (1998) explicam que existem diferentes tipos de definição: Definição demográfica, caracterizada pelo critério da densidade populacional e isolamento geográfico; Definição economista caracterizada pelo uso que se dá à terra (agrícola, pastoral, exploração); Definição administrativa e política relacionada com uma variedade de propósitos burocráticos e governamentais e Definição intuitiva fundamentada na projeção de imagens e valores, de totalidade, reciprocidade, intimidade, informalidade e coesão. Concomitantemente, Lytle & Randa (2015), referem-se ainda a zonas semirurais como terrenos demasiado agrícolas para serem considerados uma cidade e densidade populacional alta demais para uma comunidade rural.

Pese embora Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer (2012), utilizem o critério da densidade populacional, referem que muitos estudos utilizam ainda a definição dada pelos Censos.

Face ao exposto e considerando a diversidade de definições, para o presente estudo optou-se pela definição dada pela tipologia do sistema de meta informação do Instituto Nacional de Estatística que, de uma forma geral, apoia-se na densidade populacional (ver anexo A). Ou seja, a escolha das zonas para a aplicação da metodologia do presente estudo, foi em função daquilo que este sistema de meta informação identificou como sendo freguesia rural ou freguesia urbana, em Portugal.

2. Sentimento de Insegurança

Neste subcapítulo, pretende-se definir sentimento de insegurança para a presente investigação e de seguida explicá-lo.

2.1. Delimitação Conceptual

O dicionário da língua portuguesa define “medo” como «Estado emocional resultante da consciência de perigo ou de ameaça, reais, hipotéticos ou imaginários» (*cit in* Dicionário

Priberam da Língua Portuguesa). Esta definição já nos dá uma ideia de medo enquanto emoção. Porém, para fins de investigação científica criminológica o conceito precisa de ser definido e delimitado, designadamente no que concerne ao “medo do crime”. Assim, sobre a sua definição e delimitação a comunidade científica tem produzido uma vasta literatura.

Covington & Taylor (1991) referem que o medo reflete a possibilidade de vitimação e definiram medo do crime como uma «*resposta emocional a possíveis crimes violentos e danos físicos*» (p. 231). Por sua vez, Warr (2000) refere que, de um modo geral, quando se fala em medo do crime parece ser do senso comum que, na maioria dos indivíduos, surge a ideia de sentimento despertado por um perigo imediato, como quando alguém é confrontado por um ofensor armado ou é verbalmente ameaçado de dano. Todavia, o autor alerta para o reducionismo desta definição, na medida em que os seres humanos detêm a capacidade de projetar eventos futuros, podendo também assim sentir medo apenas por antecipação de possíveis ameaças. Refere ainda, que um indivíduo pode experienciar medo pela sua própria segurança (medo pessoal), como pode temer por outros indivíduos próximos como familiares e amigos (medo altruísta).

Garofalo (1981, p. 840) definiu medo como «*uma reação emocional caracterizada por um sentimento de perigo e ansiedade*» e restringe esta reação emocional à ameaça de dano físico, que simultaneamente deverá ser percebida pelo indivíduo como crime. O autor vai mais longe, procurando explicar que o medo de um potencial dano físico obriga, em primeiro lugar, a distinguir a reação provocada pela potencial perda de propriedade, da reação provocada pelo potencial de danos no próprio indivíduo e, em segundo lugar, a estabelecer uma delimitação conceptual que distinga medo do crime de medo suscitado por eventos que têm um potencial de dano físico, mas que geralmente não são percebidos como crimes (por exemplo: acidentes rodoviários). Por último, refere que é importante ter em consideração o medo real e o medo antecipado, uma vez que é diferente o indivíduo viver a situação real de ameaça ou imaginar que poderá passar por ela. Desta forma, nesta definição para além da componente emocional, também se consegue identificar uma componente cognitiva associada ao medo. A propósito desta ideia, Farrall, Jackson & Gray (2009) argumentam que o medo do crime pode ser experienciado de muitas maneiras, e distinguiram entre medo “experiencial” e medo “expressivo”. O primeiro ocorre para aquelas pessoas que vivem em áreas com níveis de desordem e de criminalidade elevados, ou seja enfrentam um risco real objetivo de vitimação ou de vulnerabilidade social. O segundo pode representar empatia por vítimas de crime ou, mais comumente, as preocupações que as pessoas têm sobre questões sociais e

sobre os seus sentimentos gerais de insegurança. Kuhn & Agra (2010) indicam que a insegurança é composta por uma dimensão objectiva e uma subjectiva. A primeira engloba o crime, a vitimação e os comportamentos desviantes, a segunda constitui-se pelo sentimento de insegurança, a preocupação com o crime e o medo do crime. De acordo com Guedes, Cardoso & Agra, (2012), para a maioria dos autores existem duas dimensões do medo, a afetiva e a cognitiva. A componente afetiva é uma reação emocional negativa que surge do crime, ou símbolos que uma pessoa associa ao crime, a outros ou a si próprio (Ferraro & LaGrange, 1987), enquanto a componente cognitiva diz respeito ao risco percebido pelos indivíduos de poder ser vítima de crime (Amerio & Roccato, 2007; Machado & Agra, 2002). Gabriel & Greve (2003) diferenciam, ainda, medo situacional de medo disposicional, na medida em que o primeiro é o medo experienciado pelo indivíduo perante uma situação em concreto e o segundo é a predisposição para o indivíduo sentir medo perante uma determinada circunstância, isto é a sua tendência para sentir medo.

Apesar de não haver uma definição consensualmente aceite de “medo do crime” há uma crescente consciencialização de que não é uma característica imutável que alguns têm e outros não, mas sim algo que varia temporal, espacial e socialmente (Brantingham & Brantingham, 1991). A ideia de heterogeneidade do significado do medo do crime é também referida por Skogan (1999). O autor sublinha que apesar de ser um conceito de linguagem quotidiana, adequado para conversas casuais, o mesmo deverá ser definido em função do objectivo de investigação, na medida em que definições diferentes podem levar a resultados diferentes. Skogan (1999) aponta assim quatro conceptualizações distintas: ‘*preocupação com o crime*’ – avaliação que o indivíduo faz sobre o grau em que o crime e a desordem se apresentam como sérios problemas para a sua comunidade ou sociedade; ‘*risco de vitimação*’ – percepção individual da probabilidade de vitimação; ‘*risco percebido de crime no seu ambiente*’ – percepção dos danos que as pessoas sentem que o crime lhes pode causar; e ‘*comportamento*’ – os comportamentos que as pessoas adoptam em resposta ao crime. Esta ideia de “comportamento” (e.g. adoção de estratégias de evitamento e comportamentos de autoprotecção) é igualmente partilhada por Pain, Williams & Hudson (2000) e Gabriel & Greve (2003). DuBow, McCabe & Kaplan (1979), na sua revisão da literatura define medo do crime como «*uma ampla variedade de avaliações subjetivas e emocionais e relatórios comportamentais*» (p. 1) e indica cinco categorias dos comportamentos de reação ao crime: Evitamento (ações adotadas, removendo-se ou aumentando a distância às situações, a fim de reduzir a exposição ao crime); Comportamento de proteção (casa – e.g. alarme; ou individual

– e.g. arma); Comportamento de seguro (procura minimizar os custos da vitimação); Comportamento comunicativo (partilhar com os outros informações e emoções relacionadas ao crime) e Comportamento de participação (ações concertadas com outros). A estas cinco categorias, Garofalo (1981), acrescenta uma sexta categoria a procura de informação (consulta dos outros ou dos *Media* e *scan* ambiental – e.g. pistas que indiquem perigo). Ainda a propósito da ideia de comportamento, Lane (2015, p. 857) indica que «*O medo é importante porque tem o potencial de conduzir a precauções comportamentais, que num extremo do espectro podem ser passivas, mas alterar a vida (como se recusar a sair de casa) ou, no outro extremo podem ser ativas e criminosas (como transportar armas ou aliar-se a um gang criminoso).*»

Face ao exposto, Jackson & Gouseti (2014, p.1) referem «*cinquenta anos de investigação criminológica produziram uma variedade de definições de medo do crime. No entanto, muitos investigadores concordam agora, que o medo do crime envolve sentimentos, pensamentos e comportamentos.*».

2.2. Explicação do Sentimento de Insegurança

Os modelos empíricos que se debruçam sobre o sentimento de insegurança têm procurado perceber de que forma os preditores contextuais e individuais o influenciam. Para a sua apresentação, optou-se por dividi-los em dois grupos: o primeiro é relativo às variáveis contextuais onde se incluíram as teorias explicativas mais relevantes para o presente estudo e o segundo diz respeito às variáveis sociodemográficas. A explicação no segundo grupo incidirá inicialmente sobre os estudos que se debruçaram em ambiente urbano, de seguida em ambiente rural e por último em ambos os ambientes.

Importa ainda referir que são escassos os estudos que procuram comparar o medo do crime nos ambientes rurais e urbano. Concomitantemente, não se tem verificado um consenso na associação entre ambiente (rural/urbano) e medo do crime, na medida em que, enquanto uns concluíram que há uma correlação positiva e indireta entre urbanismo e medo do crime, ou seja, quanto mais urbanizado é o ambiente, maior é o medo do crime (Wikström & Dolmén, 2001; Krulichová, 2018), outros não associaram o ambiente ao medo do crime (Hooghe & Vroome, 2016).

2.2.1. Variáveis Contextuais (área de residência)

Teoria da Desorganização Social

Esta teoria teve origem no estudo efetuado por Shaw e McKay em 1942 na cidade de Chicago. A forte industrialização tornou-se o lar de uma panóplia de grupos étnicos, não só para os afro-americanos migrantes que desejavam fugir da pobreza e da repressão do sul rural, mas também para um grande número de imigrantes europeus que, por sua vez, levaram a que, em 1900, Chicago fosse um conjunto de “mundos sociais” e identidades conflitantes (Hayward, 2012). Ou seja, à medida que a cidade foi crescendo, conduziu-se a uma grande diversidade étnica e cultural, bem como a uma diferenciação por zonas onde se podia distinguir zona industrial e zonas residenciais de baixo e de alto estatuto socioeconómico (Shaw & McKay, 2014). Shaw & McKay (1942) pretenderam estudar a distribuição diferencial da criminalidade (fundamentalmente da delinquência juvenil) pelas diversas áreas da cidade e explicar a distribuição ecológica do crime. Os autores observaram que a criminalidade é maior em áreas de maior desorganização social, isto é, áreas de transição e grande fluxo migratório que propiciam não só a degradação física sem possibilidade de reconstrução como o enfraquecimento acentuado dos laços comunitários. Verificaram ainda, que a delinquência juvenil permaneceu notavelmente estável, independentemente da composição demográfica e étnica dos bairros. Isto permitiu-lhes concluir que a delinquência era um produto de fatores sociológicos dentro da zona de transição em vez de uma “patologia” individual ou da composição étnica destas zonas. Desta forma, afirmaram que, contrariamente às áreas de residência onde a integração da comunidade é forte e os “valores convencionais” estão profundamente enraizados, as áreas de residência socialmente desorganizadas, em ambientes desorganizados, perpetuam uma situação de transmissão cultural de comportamentos delinquentes. A teoria da desorganização social foi, inicialmente testada por Sampson & Groves (1989) que concluíram no sentido de a apoiar.

Do exposto, conclui-se que pobreza, instabilidade residencial, heterogeneidade étnica e laços sociais enfraquecidos contribuem para a diminuição da capacidade dos residentes de atuarem em prol do bem comum. Este aspeto designou-se como eficácia coletiva (Sampson, Raudenbush & Earls, 1997), definida como como «*a coesão social entre os vizinhos, combinado com a vontade de intervir em nome do bem comum*» (p. 918), ou seja combina o controlo social informal e a coesão social, na medida em que as comunidades com elevados níveis de eficácia coletiva são capazes de exibir controlo social, diminuindo por sua vez, as

taxas de crime nessas comunidades, bem como o sentimento de insegurança dos seus residentes (Brunton-Smith, Jackson & Sutherland, 2014).

A integração social emerge da teoria da desorganização social como o grau de familiarização com os vizinhos e posse de sentimentos de pertença à comunidade, em que os residentes que se familiarizam com os vizinhos e desenvolvem conexões com a área de residência deverão reportar menos medo do crime (Franklin, Franklin & Fearn, 2008). Para o efeito, contribui a percepção de um maior controlo social informal e a existência de laços sociais, em que o controlo social informal são os esforços dos residentes para prevenir ou sancionar a desordem ou conduta criminal, através da vigilância informal das ruas e da intervenção direta em problemas, e os laços sociais expressam-se nas redes locais de amizade, atividades recreativas entre vizinhos e participação em reuniões da comunidade (Kubrin & Weitzer, 2003).

Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer (2012) efetuaram o seu estudo em ambiente rural e, igualmente, consideram que a eficácia coletiva opera para inibir problemas da área de residência, incluindo crime e violência. Quando a eficácia coletiva é fraca, os residentes são confrontados com maiores desafios e a necessidade de compensar as lacunas no controlo social. No estudo destes autores, o risco percebido de vitimação foi negativamente associado à eficácia coletiva, assim como o medo do crime foi menor quanto mais forte foi a eficácia coletiva. Não obstante, não foi encontrada associação entre eficácia coletiva e comportamentos de segurança. Não só a eficácia coletiva no seu todo é importante, como também o é a percepção de controlo social informal, no sentido em que quanto maior é a percepção de controlo social, menor é o sentimento de insegurança na área de residência, bem como menor é o medo de vir a ser vítima de crime (Crank, Giacomazzi & Heck, 2003). Numa amostra com indivíduos de ambiente rural e urbano, Wikström & Dolmén (2001) concluíram que o controlo social informal é um forte preditor do medo do crime, na medida em que quanto mais baixo for, maior é o medo.

Um outro conceito igualmente importante é o de capital social (melhor explicado no ponto 3.2.1.) que pressupõe que quanto maior for maior é o bem-estar do indivíduo (Putnam, 2001). O autor explica que o capital social assenta na valorização das redes sociais e das normas de reciprocidade associadas àquelas redes, com retorno tanto público, como privado. Kubrin & Weitzer (2003), seguindo Coleman (1988), define capital social como «*recursos intangíveis produzidos nas relações entre pessoas que facilitam a ação para o benefício mútuo*» (p. 377). Ambos os autores explicam que são os recursos transmitidos pelos laços sociais como o sentido de obrigação, partilha de informação, a confiança e existência de normas que

permitem o controlo social. Assim, e seguindo a leitura de Guedes (2016) na sua revisão sobre o tema, para a construção dos mecanismos de controlo social informal são determinantes os laços sociais, bem como a existência de capital social, na comunidade.

Gibson, Zhao, Lovrich & Gaffney (2002) indicam alguma falta de consistência metodológica dos estudos sobre a integração social, que dificulta as comparações entre estes. Porém, referem igualmente que o facto de existirem alguns resultados inconsistentes, no que concerne à relação entre a integração social e o medo do crime, não é evidente se as diferenças são atribuíveis às diferentes metodologias e formas de operacionalizar as variáveis ou se são, de facto, diferenças reais na forma como a integração social é operada de um estudo para o outro. Todavia, de uma forma geral, a evidência é a de apoiar o pressuposto da integração social (e.g., Hale, 1996; Kanan & Pruitt, 2002; Franklin *et al.*, 2008; Hodgkinson *et al.*, 2017).

Associada a esta dimensão social, surge a dimensão física no sentido em que a decadência física e a deterioração da área de residência percebidas pelos moradores significa falta de preocupação local e ausência de controlos sociais informais, a ponto de ameaçar «(...) *os seus residentes ainda mais do que a experiência real do crime.*» (Franklin *et al.*, 2008, p. 208). Ross & Mirowsky (1999, p. 413) explicam que incivilidades ou desordem «*refere-se a sinais visíveis que indicam uma falta de ordem e controlo social na comunidade. A ordem é um estado de paz, segurança e observância da lei, e o controlo é um ato de manter essa ordem. Ordem e controlo são indicados por pistas visíveis que os residentes percebem.*». Acrescentam que estas pistas são de natureza social e física e que, contrariamente àqueles que residem numa área de residência segura, limpa, onde a proteção policial é boa e existe controlo social informal, viver numa área de residência caracterizada por crime e desordem, designadamente vandalismo, graffiti, vadiagem, lixo, barulho, consumo de álcool e drogas no espaço público afeta negativamente o bem-estar individual e aumenta o medo do crime que, por sua vez, poderá levar os residentes a acreditar que os outros não são de confiança, aumentando o isolamento social, na medida em que não são capazes de estabelecer laços sociais estáveis. Garland (2001) refere que os sinais de rutura na área de residência, assim como a deterioração dos controlos sociais informais, influenciam as percepções de risco em relação ao crime. Esta ideia parece estar de acordo com o que Taylor (1999) refere na sua revisão de que «*Os indicadores de incivilidade são condições sociais e físicas de uma área de residência que são vistos como problemáticos e potencialmente ameaçadores, pelos seus residentes e usuários desses espaços públicos.*» (p. 65). Concomitantemente, Welsh, Braga & Bruinsma (2015) indicam que, a fim de evitar confusão entre medidas de desordem e medidas

de crime é fundamental que os investigadores estabeleçam uma distinção clara entre crime e sinais de desordem que pretendem utilizar quando querem medi-la, através das percepções dos cidadãos. Aliás, Skogan (2015) descreve na sua revisão da literatura que alguma cautela é necessária na descrição de desordem, na medida em que os traços que a caracterizam poderão ser vários em função do propósito do estudo. Concomitantemente explica que a desordem está profundamente implicada na dinâmica da estabilidade e mudança na área de residência. Em conjunto com o crime convencional proporciona o enfraquecimento da estabilidade das áreas de residência urbanas, prejudicando os processos naturais do controlo social informal e desencorajamento da estabilidade comunitária, estimulando, assim, o medo do crime. Refere ainda que esta circunstância se relaciona com a teoria das janelas quebradas (“Broken Windows”) de Wilson & Kelling (1982). Vários são os autores que definem “Desordem” e distinguem “Desordem social” de “Desordem física”, porém, como não se pretende aqui uma revisão da literatura neste ponto, adotaremos a explicação de Skogan (1999) de que “Desordens” são transtornos que violam normas amplamente compartilhadas sobre o comportamento público e que enquanto a Desordem Social se relaciona com comportamento observável e constitui uma evidência direta e tangível de que é um problema (e.g. alcoolismo, consumo de droga, mendicidade e sem abrigo, presença de gangues), a Desordem Física envolve sinais visuais de negligência e decadência não controlada (e.g. lixo espalhado pela via pública, carros abandonados, prédios devolutos, graffiti).

De uma forma geral, a percepção de desordens (físicas e sociais) aumenta o medo do crime (Scheider, Rowell & Bezdikian, 2003), tanto de dia como de noite, principalmente no que concerne à desordem social, designadamente pela presença de grupos de adolescentes sem supervisão (Taylor & Covington, 1993). Aliás, os resultados têm demonstrado que a magnitude da relação entre a desordem percebida e o medo do crime é maior do que a encontrada na relação entre as outras variáveis em estudo (e.g. etnia e educação) e o medo do crime (Covington & Taylor, 1991; Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid, 2010), mesmo quando se considera apenas grupos de adolescentes (May & Dunaway, 2000).

Em ambiente rural, o estudo de Mawby (2007) concluiu que os entrevistados apesar de identificarem incivildades na sua zona de residência (e.g. presença de barulho e furtos) semelhantes às identificadas no resto do município, tinham propensão para identificá-las em menor frequência na sua zona de residência e sentiam-se mais seguros no local onde vivem. De uma forma geral e na mesma linha de resultados em ambiente urbano, as desordens (físicas e sociais) estão correlacionadas direta e positivamente à preocupação com o crime e

com o risco percebido (Jackson, 2004). O autor explica que as percepções de desordem espelham uma comunidade com falta de confiança, consenso moral e controlo social informal. Acrescenta que a presença de gangues de jovens e indivíduos desconhecidos com diferentes valores e comportamentos imprevisíveis é percecionada com a perda de coesão e consenso social, bem como a perda de valores morais e normas comportamentais.

Outros autores que testaram a influência das desordens no sentimento de insegurança também partilham dos resultados descritos anteriormente, porém parece haver diferenças quanto ao peso de cada tipo de desordens (físicas ou sociais) na explicação do medo. Crank, Giacomazzi & Heck (2003) concluíram que a percepção da desordem social teve um efeito positivo e significativo não só no medo de vitimação, como também no medo vicariante, nomeadamente na preocupação pelas crianças. Por outro lado, pese embora Lytle & Randa (2015) tenham concluído que, quando medidas separadamente, as desordens sociais e físicas são significativas no sentido de que aqueles que percecionam mais incivildades têm mais medo do crime, quando consideradas em conjunto e juntamente com as variáveis demográficas, apenas as desordens físicas estão significativa e positivamente associadas ao medo do crime. Os autores justificam uma maior importância das desordens físicas apoiando-se na teoria das janelas quebradas.

Nos estudos com amostras mistas (amostras constituídas simultaneamente por indivíduos de ambiente rural e urbano), a desordem social é um forte preditor do medo do crime, na medida em que quanto mais frequentemente percecionada maior é o medo do crime (Wikström, & Dolmén, 2001). Não só a percepção de desordem social, como também a percepção de desordem física, está associada positivamente ao medo do crime (Dowler, 2003). Aliás, a relação entre desordem (social e física) foi a mais forte encontrada pelo autor, de entre todas as variáveis em estudo. Explica que os residentes se podem sentir inseguros numa zona que acreditam ser propícia ao crime.

A percepção de incivildades revela-se, assim, como um preditor significativo do sentimento de insegurança em qualquer ambiente (rural e urbano). Por último, LaGrange, Ferraro & Supancic (1992) e Krulichová (2018) verificaram que ambas as desordens estavam mais fortemente associadas ao risco percebido do que ao medo do crime e que, por sua vez, risco percebido teve um efeito forte e positivo no medo do crime. De acordo com aqueles autores existe uma relação direta entre as incivildades e o risco percebido e uma relação predominantemente indireta entre incivildades e medo do crime. Uma das explicações avançadas tem a ver com o facto de a amostra contemplar indivíduos de ambientes urbano e

rural, quando a maioria dos estudos se foca em ambiente urbano, onde o nível de incivilidades pode ser mais do que apenas um problema. Outra razão diz respeito à mensuração na medida em que este estudo considerou separadamente duas componentes do sentimento de insegurança, enquanto a maioria considera uma medida global, designadamente o medo do crime.

Na sua revisão, Skogan (2015) explica que a desordem está profundamente implicada na dinâmica da estabilidade e mudança na área de residência. Em conjunto com o crime convencional proporciona o enfraquecimento da estabilidade das áreas de residência urbanas, prejudicando os processos naturais do controlo social informal e desencoraja a estabilidade comunitária, estimulando, assim, o medo do crime. Refere ainda que esta circunstância se relaciona com a teoria das janelas quebradas, que será abordada em seguida.

Teoria das Janelas Partidas “Broken Windows”

A “Broken Windows Theory” de Wilson & Kelling (1982) assenta no princípio de que, ao nível comunitário, a desordem e a criminalidade andam, geralmente unidas, numa espécie de desenvolvimento sequencial (Wilson, & Kelling, 1982). Os autores explicam metaforicamente que, se uma janela de um prédio/habitação estiver partida e não for reparada, todas as outras janelas, em breve, estarão igualmente partidas. Uma janela partida e não reparada é sinal de que ninguém se importa e assim partir mais janelas não tem qualquer custo. Por outras palavras, um ambiente social ou fisicamente desorganizado seria atrativo para a atuação dos ofensores pela perceção de que não existe um controlo social (formal e informal) efetivo (Idem). Os autores vão mais longe, sugerem que áreas de residência estáveis, cujos residentes se preocupem pelo estado das suas casas, em cuidar dos filhos dos outros e que estejam em alerta relativamente a intrusos indesejados, «(...) *podem mudar em alguns anos ou mesmo alguns meses, para uma selva inhóspita e assustadora.*» (p. 3), através de uma sequência de ações/comportamentos como uma propriedade ser abandonada, as ervas crescerem, uma janela ser partida e não reparada, os adultos pararem de repreender crianças e adolescentes turbulentos, as lutas ocorrerem e o lixo acumular. Neste ponto será quase inevitável que muitos dos residentes pensem que o crime, especialmente o crime violento, esteja em ascensão, modificando desta forma o seu comportamento (e.g. andarão nas ruas com menos regularidade e quando andarem manter-se-ão afastados dos seus semelhantes e com o olhar desviado, lábios silenciosos e passos apressados). Ou seja, para eles, a área de residência, enquanto meio envolvente, deixará de existir (Idem). Prorrogando-se estas circunstâncias no

tempo, associadas a um controlo social informal fortemente enfraquecido e reduzidas probabilidades de detenção no cometimento de crime, proporciona oportunidades a ofensores locais e externos, fazendo com que a criminalidade séria aumente nestas zonas (Taylor, 1999).

Crime / Vitimação

À primeira vista a ideia ou conhecimento de existência de crime num determinado local, designadamente na área de residência, faz sobressair a ideia de que é um mecanismo desencadeador do sentimento de insegurança e, de facto, alguns verificaram que aqueles que percebem menos crime sentem-se mais seguros (Nofziger & Williams, 2005). Não obstante, há que distinguir taxa de crime percebida e taxa de crime objetiva (fornecida pelas estatísticas oficiais). Quando considerada a taxa de crime objetiva, a maior parte dos estudos não encontra relação entre esta e o medo do crime (Adams & Serpe, 2000; Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid, 2010), nem com o risco percebido (Adams & Serpe, 2000), mesmo quando a taxa de criminalidade resulta como um preditor significativo da perceção de problemas na área de residência (Gates & Rohe, 1987).

Estudo curioso foi o realizado por Alkimim, Clarke & Oliveira (2013), na cidade de Viçosa, Brasil, entre 2002 e 2006, onde a taxa de crime geral havia aumentado cerca de 42%. De todos os inquiridos, 72% relatou que tinha consciência que o crime tinha aumentado e mais de metade da amostra (55%) indicou sentir-se insegura na sua área de residência, porém a ocorrência de crime apenas conseguiu explicar 4% do medo de crime sentido pelos residentes. Os autores sustentam que o resultado obtido é uma evidência de que a ocorrência de crime (taxa de criminalidade objetiva) não é um bom preditor do medo do crime. Acrescentam que este resultado foi igualmente obtido noutras cidades do Brasil, pelo que argumentam que o medo do crime não está diretamente relacionado com o aumento do número de denúncias criminais (taxa de criminalidade), mas sim com a perceção do crime, pelas pessoas. Lewis & Maxfield (1980), também encontram resultado semelhante para o medo do crime e para o risco percebido. Sugerem que o aumento do medo do crime poderá ser influenciado pela taxa de criminalidade percebida em associação às desordens percebidas, uma vez que, no seu estudo, resultou que se as incivildades não forem percebidas como um problema, os residentes percebem taxas menores de criminalidade.

Assim, parece que as características do meio envolvente medeiam a relação entre taxas de criminalidade e medo do crime (Barton *et al.*, 2017). De uma forma geral, depois de controladas as variáveis demográficas, aqueles que habitavam em áreas de residência com

maior taxa de criminalidade tinham maiores níveis de medo do crime do que os residentes das outras áreas. Porém, quando consideradas as características da área de residência (e.g. concentração de pobreza), a influência da criminalidade desapareceu. Outra explicação avançada pelos autores está relacionada com o grau de confiança na vizinhança, na medida em que, quanto maior a confiança nos vizinhos menor o medo do crime.

Em ambiente rural, a taxa de crime percebido foi correlacionada positivamente ao risco percebido (Jackson, 2004).

No que diz respeito às experiências de vitimação e como referido na introdução da presente investigação, a literatura aponta para uma desconexão entre o medo do crime e o risco real de vitimação (LaGrange & Ferraro, 1989; Pain, 2001). Não obstante de alguns não terem encontrado associação significativa entre vitimação e medo do crime (Gates & Rohe, 1987; May & Dunaway, 2000), a experiência de se ser vítima de crime parece ser melhor preditor do que a taxa de criminalidade, no sentido em que as experiências de vitimação aumentam o medo do crime (Scheider, Rowell & Bezdikian, 2003), mesmo quando se trate de vitimação indireta, como por exemplo ouvir dizer que alguém foi vítima de assalto (Covington & Taylor, 1991). Esta relação (vitimação/medo do crime) parece ser tanto mais forte quanto mais recente for, designadamente no último ano (Barton *et al.*, 2017). Contrariamente, os crimes pessoais são mais marcantes do que os crimes contra a propriedade, uma vez que os indivíduos vítimas daquele tipo de crime apresentaram maiores níveis de medo mesmo quando não foram vitimados recentemente (Skogan & Maxfield, 1981).

Nas idades mais jovens, designadamente adolescentes e estudantes universitários, parece ser consistente que vítimas de crime apresentam maiores níveis de medo do que os sem experiência de vitimação (Crowl & Battin, 2017; Swartz, Reyns, Henson & Wilcox, 2011). Aliás, os estudantes universitários que tinham valores superiores de risco percebido tinham mais medo de vir a ser vítimas de crime do que os que tinham menor perceção de risco (Crowl & Battin, 2017).

Em ambiente rural, a vitimação foi associada positivamente e significativamente ao risco percebido, ao medo do crime e aos comportamentos de evitamento (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012).

Em amostras mistas, aqueles que já haviam sido vítimas ou que percebiam maior nível de crime na área de residência tiveram maior nível de risco percebido (LaGrange, Ferraro & Supancic, 1992) e mais medo do crime, mesmo controlando para outros fatores como o rendimento, emprego e migração (Krulichová, 2018).

O outro / Estranho

Little, Panelli & Kraack (2005), explicam que no seu estudo em ambiente rural, uma das fontes do medo do crime foi “o outro”. O *outro* é definido como aquele que é proveniente de fora do ambiente e da comunidade rural, como por exemplo os apanhadores de fruta sazonais, vistos como o “estranho” à comunidade. Os autores explicam que “o outro” é a causa da rutura das relações sociais da comunidade rural (vista como harmoniosa e equilibrada), pela perda geral de confiança e elevação do sentido de alerta. Leal (2010) verificou inclusive que os residentes rurais, de uma forma geral, sentem-se seguros na sua área de residência a ponto de deixarem as portas das residências e das viaturas destrancadas, mesmo após se ausentarem e que “*O suposto agente de alguma intranquilidade no concelho é em regra atribuído ao indivíduo estranho, que surge sem referências conhecidas ou sem qualquer ligação a alguém da terra.*” (p. 413). Aliás, o autor indica que qualquer indivíduo estranho à comunidade é perfeitamente identificado e de certo modo objeto de alguma atenção. A presença destes “estranhos” levou a que, no âmbito da perceção de valores comuns, os residentes, principalmente as mulheres, adotassem comportamentos de segurança, como evitar determinados locais (Little, Panelli & Kraack, 2005).

As diferenças entre residentes e imigrantes podem ser enfatizadas quer por uns e quer por outros, conduzindo a sentimentos que Ceccato (2017) designa “nós-eles”. Sentimentos estes que, nos residentes, são provenientes das diferenças entre estes e os imigrantes e que conduzem a um medo do “estranho”. Sazonalmente, na Suécia e no contexto rural há um influxo de imigrantes para realizar trabalhos agrícolas que despoleta vários medos. Do ponto de vista dos imigrantes, o medo tem a ver com a perceção por parte destes de condições inseguras de trabalho e/ou racismo numa indústria considerada de alto rendimento. Do ponto de vista da comunidade local, os residentes temem as entradas temporárias dos imigrantes, na medida em que estão associados a imagens de crimes e problemas de ordem social. A autora explica, ainda, que por este motivo (elevado medo dos locais) a polícia sente a pressão local para se manter vigilante quanto aos trabalhadores temporários que vivem nas florestas, apesar da criminalidade não ter aumentado.

Outra nota de interesse, no que diz respeito ao “estranho”, é que uma outra fonte do medo do crime detetada no estudo de Little, Panelli & Kraack (2005), foram os grupos marginalizados (pertencentes à comunidade rural) com comportamentos inapropriados vistos como a causa da atividade criminal local. A questão é que, não obstante destes indivíduos com

comportamentos marginais viverem na comunidade, eram vistos, pelo resto da comunidade, como não pertencentes a ela, ou seja “o outro”.

Por último, pese embora LaGrange, Ferraro & Supancic (1992), não distinguirem entre ambiente urbano e ambiente rural, a presença de estranhos na área de residência foi associada positiva e significativamente ao risco percebido.

2.2.2. Variáveis Sociodemográficas

Etnia

Em ambiente urbano, a raça parece ser um preditor significativo na medida em que a maioria dos estudos, para além de encontrar resultados estatisticamente significativos, verificaram uma tendência para as minorias, designadamente os negros, apresentarem valores superiores de medo do crime comparativamente aos brancos (Covington & Taylor, 1991; Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid, 2010) seja durante o dia ou durante a noite (Taylor & Covington, 1993), acentuando-se a diferença quando se trata de mulheres negras (Pain, 2001). A explicação subjacente relaciona-se com atividades e agressões com natureza racista contra os negros ou outros grupos minoritários (Pain, 2001), bem como com a vulnerabilidade social, que é o grau ao qual as pessoas estão expostas a mais crimes devido a viverem em áreas de maior criminalidade (Skogan & Maxfield, 1981).

Alguns estudos em ambiente rural ou semirural não encontraram relação entre raça e medo do crime (Lytle & Randa, 2015), no entanto, aqueles que encontraram mantiveram a mesma direção encontrada em ambiente urbano, no sentido em que os brancos têm menos medo do crime do que os não brancos, bem como adotam menos comportamentos de segurança (e.g. alarmes de casa, fechaduras de segurança, armas de defesa pessoal (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012).

Amostras mistas, ou seja, com indivíduos rurais e urbanos concluíram no mesmo sentido, ou seja que os não brancos apresentam maior nível de risco percebido do que os brancos (LaGrange, Ferraro & Supancic, 1992).

Género

De acordo com Ferraro (1995), o género é o melhor preditor do risco percebido de vitimação (em particular), bem como do sentimento de insegurança (no geral). De facto, em ambiente urbano, esta variável tem-se revelado consistente na explicação do medo do crime, no sentido de que as mulheres, apesar de menor risco efetivo de vitimação, apresentam valores superiores de medo do crime (Barton *et al.*, 2017; Gates & Rohe, 1987; Hodgkinson *et al.*,

2017; Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid, 2010; Scheider, Rowell & Bezdikian, 2003; Skogan & Maxfield, 1981), de risco percebido (Adams & Serpe, 2000; LaGrange & Ferraro, 1989) e de comportamento de segurança (Gates & Rohe, 1987) do que os homens. Se for apenas considerado o período da noite a diferença torna-se duas a três vezes maior (Taylor & Covington, 1993).

A explicação apresentada associa este paradoxo “medo-vitimação” à vulnerabilidade física percebida pelas mulheres que inclui sentimentos de incapacidade de resistir à vitimação e de maior probabilidade de sofrer consequências (Skogan & Maxfield, 1981), como por exemplo a agressão sexual (LaGrange & Ferraro, 1989). Aliás, Pain (2001) explica que a violência sexual e assédio, por parte dos homens, parece ser o que mais sustenta aquele medo, independentemente do lugar. Este fator parece ser tão importante que “contamina” os outros delitos que pudessem influenciar o medo do crime no gênero feminino (Ferraro, 1995).

Por último, é de se referir que alguns estudos se debruçaram sobre o efeito do gênero no medo do crime em idades mais novas, designadamente em estudantes universitários, mas os resultados foram conflitantes, uma vez que uns concluíram igualmente que as mulheres apresentam mais medo do crime do que os homens (Crowl & Battin, 2017) e outros não encontraram efeitos estatisticamente significativos (May & Dunaway, 2000).

De uma forma geral, e salvo os comportamentos de segurança adotados onde não se encontraram diferenças significativas entre homens e mulheres (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012), a tendência, em ambiente rural, parece acompanhar os resultados verificados em ambiente urbano no sentido em que as mulheres apresentaram mais medo do crime do que os homens (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012; Jackson, 2004), bem como são mais propensas a ter medo quer estejam dentro de casa, ou fora dela à noite (Benedict, Brown & Bower, 2000). Os autores concluíram que as mulheres apresentaram mais do dobro de probabilidade de preocupações relativas à sua segurança (dentro e fora de casa) do que os homens. Estes resultados mantêm-se consistentes, mesmo quando consideradas as variáveis contextuais, como as desordens (Lytle & Randa, 2015).

À semelhança dos resultados verificados anteriormente, o gênero continua a ser um preditor significativo do medo em amostras mistas (amostra constituída simultaneamente por indivíduos de ambiente rural e urbano). As mulheres têm mais medo do crime (Dowler, 2003; Hooghe & Vroome, 2016; Krulichová, 2018) e de risco percebido (LaGrange, Ferraro & Supancic, 1992) do que os homens.

Idade

A idade é um preditor bastante inconsistente do sentimento de insegurança. Há autores que reportam que os mais velhos, apesar de menos vitimados, têm mais medo do crime do que os mais novos (Covington & Taylor, 1991) e apresentam maiores níveis de risco percebido de vitimação do que os mais jovens (Adams & Serpe, 2000). Esta percepção dos mais velhos de maior vulnerabilidade física, incluindo sentimentos de incapacidade de resistir à vitimação e de maior probabilidade de sofrer consequências e estas serem percebidas como mais severas, parece ser a razão associada (Skogan & Maxfield, 1981). Outros autores só encontraram esta relação quando consideradas outras variáveis como a maior percepção de desordens físicas e sociais pelos mais velhos na área de residência (Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid, 2010) ou o género, no sentido em que as mulheres mais velhas têm mais medo do crime do que as mulheres mais novas (LaGrange & Ferraro, 1989). Por sua vez, outros autores não encontram diferenças significativas no medo do crime com a idade (Barton *et al.*, 2017; Hodgkinson *et al.*, 2017; Swartz, Reyns, Henson & Wilcox, 2011) e por último, há aqueles que verificaram que as pessoas mais novas têm mais medo do crime (Adams & Serpe, 2000) e percebem mais risco de vitimação (Ferraro, 1995) do que as mais velhas. Este autor explica que os mais jovens são igualmente o grupo de maior risco efetivo de vitimação e que se pode dever, por exemplo, aos seus estilos de vida (e.g. maior atividade noturna).

Em suma, Pain (2001) descreve que, não obstante da maioria dos estudos revelarem que há uma tendência para os mais velhos terem mais medo do crime do que os mais novos devido ao facto daqueles se encontrarem mais vulneráveis fisicamente, a verdade é que há outros estudos que verificaram que os mais novos, em ambos os sexos, apresentaram mais medo do crime do que os mais velhos.

No que diz respeito ao ambiente rural, a inconsistência parece manter-se. Não se verificou uma associação entre a idade e os comportamentos de segurança adotados, como por exemplo alarmes de casa, fechaduras de segurança, armas de defesa pessoal (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012) e o medo do crime (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012; Lytle & Randa, 2015). Todavia, estes autores indicam que quando consideradas as variáveis contextuais, designadamente a percepção de desordens físicas e sociais, os indivíduos mais velhos apresentaram maiores níveis de medo do crime do que os mais novos.

Em amostras mistas, a idade permanece conflituante, uma vez que alguns concluíram que os mais novos têm mais medo do crime do que os mais velhos (Dowler, 2003; Hooghe &

Vroome, 2016; LaGrange, Ferraro & Supancic, 1992) e outros, contrariamente, verificaram que os mais velhos têm mais medo do crime do que os mais novos (Krulichová, 2018).

Escolaridade

Em ambiente urbano, o nível de escolaridade apresenta-se como uma variável consistente no sentido em que quanto maior o grau de escolaridade/formação académica menor o medo do crime (Adams & Serpe, 2000; Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid; 2010), mesmo controlando para outras variáveis, como por exemplo a perceção de desordens físicas e sociais (Covington & Taylor, 1991). Mesmo em idades mais novas a relação é a mesma. Os adolescentes em anos de escolaridade inferiores apresentaram mais medo do crime do que os que se encontravam em anos de escolaridade superior (May & Dunaway, 2000; Swartz, Reyns, Henson & Wilcox, 2011).

Contrariamente ao ambiente urbano, não foram encontradas associações entre nível de educação e medo do crime em ambiente semirural (Lytle & Randa, 2015).

Em amostras mistas, o nível de educação dos indivíduos revelou-se, igualmente, um fator inconsistente, uma vez que uns dizem que os indivíduos com menor nível de educação apresentaram mais medo do crime do que aqueles com maior nível de educação (LaGrange, Ferraro & Supancic, 1992) e outros que os que têm maior nível de educação têm mais medo do crime do que os com nível mais baixo de educação (Dowler, 2003; Krulichová, 2018). A explicação subjacente para esta direção da relação é que aqueles indivíduos mais educados conjecturam que têm mais a perder e daí apresentarem níveis superiores de medo.

Estatuto Socioeconómico

Não obstante de Taylor & Covington (1993) terem verificado uma correlação positiva entre estatuto socioeconómico e o medo do crime, outros autores reportam uma relação negativa entre o estatuto socioeconómico e o medo do crime. Isto é, aqueles que têm menos rendimentos apresentam maiores níveis de medo, do que os que têm mais rendimentos (Adams & Serpe, 2000; Hodgkinson *et al.*, 2017; Skogan & Maxfield, 1981). Ao nível do contexto da área de residência² a relação é a mesma, ou seja, as pessoas que vivem em áreas de residência mais desfavorecidas têm mais medo do crime do que aquelas que vivem nas áreas de maior estatuto socioeconómico (Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid, 2010). Uma das explicações avançadas diz respeito à vulnerabilidade social que os mais

² Estatuto socioeconómico ao nível da área de residência deveria enquadrar-se na explicação contextual, porém, para uma melhor compreensão desta determinante, optou-se por abordá-la juntamente com o estatuto socioeconómico individual.

empobrecidos estão sujeitos. Outra razão, para os mais favorecidos economicamente terem menos medo do crime, prende-se com o seu maior investimento em comportamentos de segurança, designadamente medidas de proteção de casa (Skogan & Maxfield, 1981). Concomitantemente, uma vez que têm mais dinheiro podem escolher situações alternativas, como por exemplo deslocamento em transporte próprio em detrimento de transportes públicos (Gates & Rohe, 1987).

O estudo de May & Dunaway (2000), em ambiente rural, não encontrou efeito estatisticamente significativo do estatuto socioeconómico no medo do crime, todavia, os autores explicam que o resultado pode ter a ver com a forma como foi medida esta variável «*No ano passado, a sua família recebeu alguma forma de assistência pública?*» (p. 156), quando eventualmente poderiam ter separado a amostra entre os que estão abaixo do limiar de pobreza dos que estão acima deste limiar.

Krulichová (2018) verificou que, em ambos os ambientes, os que tinham menor rendimento tinham maior medo do crime do que os com maior rendimento.

3. Atitudes relativamente à polícia: Satisfação, Confiança e Eficácia

Este subcapítulo diz respeito à polícia, e inicialmente, pretende-se definir para a presente investigação o que se entende por atitudes e, posteriormente, à semelhança do sentimento de insegurança, a forma como aquelas têm sido explicadas.

3.1. Delimitação Conceptual

A literatura internacional especializada sobre o estudo da relação Cidadão/Polícia utiliza, com carácter generalista, algumas expressões como *Atitudes em relação à Polícia*, *Visões sobre a Polícia* ou *Percepções sobre a Polícia*. Aliás, em alguns estudos encontraram-se mais do que uma destas expressões (e.g. Schafer, Huebner & Bynum, 2003) sendo que *Atitudes em relação à Polícia* parece ser a mais comum entre os autores. Da pesquisa efetuada não se conseguiu identificar uma definição concetual, porém observaram-se algumas ideias centrais, que permitem compreender melhor este conceito.

«*Nos últimos 50 anos, uma quantidade razoável de investigação foi dedicada a medir a satisfação dos cidadãos com, ou as atitudes em relação, à polícia.*» (Dai & Johnson, 2009, p. 596). Garcia & Cao (2005) referem-se às atitudes em relação à polícia quando aludem às determinantes dos sentimentos públicos sobre o policiamento que, no global, formam a opinião pública sobre a polícia. Um outro exemplo é o do estudo de Kansas City Patrol, de Kelling, Pate, Dieckman & Brown (1974), onde o medo do crime foi a primeira atitude a ser

medida: *«A investigação mediu as atitudes da comunidade em relação a muitos aspectos do crime e do desempenho da polícia para determinar se níveis variáveis da rotina de patrulha preventiva reativa, controlo, pró-ativa tiveram algum efeito significativo sobre essas atitudes. (...) A primeira atitude medida foi o medo do crime, pelos cidadãos (...)»* (p. 23).

Neste sentido, considerando que os indivíduos têm perspetivas únicas em relação à polícia, então valerá a pena estudar de forma mais direta como as suas perspetivas se formam (Brandl, Frank, Wooldredge & Cory, 1997). Daí que muitos são os estudos que investigam a satisfação dos cidadãos com a polícia e parece ser comum entre os investigadores a ideia de que essa satisfação é marcada por concetualizações de desenvolvimento atitudinal dos cidadãos (Reisig & Parques, 2000). A avaliação da polícia pelos cidadãos tornou-se um aspeto muito relevante para o desempenho policial, designadamente com a implementação do policiamento comunitário e com o reconhecimento que o cidadão é um elemento chave na coprodução da segurança. Assim, conhecer a forma como os cidadãos percecionam a polícia torna-se fundamental (Dukes & Hughes, 2004).

Do exposto até ao momento, pode-se concluir que “atitudes em relação à polícia” não se refere a um conceito específico, mas sim àquilo que os investigadores pretenderam medir nos seus estudos, como por exemplo a confiança, a satisfação, a legitimidade dos cidadãos na polícia. Ou seja, “Atitudes em relação à polícia” poderá ser a confiança dos cidadãos na polícia num estudo, como pode ser a satisfação com a polícia noutro estudo.

Desde a década de 1980, quase todos os estudos das atitudes dos cidadãos relativamente à polícia incorporaram uma medida global que permitiu avaliar a perceção pública sobre aquela, como por exemplo um índice do seu desempenho (Lai & Zhao, 2010). Posteriormente começaram a explorar dimensões mais específicas, como a qualidade do serviço policial, perceções de policiamento racialmente preconceituoso, a qualidade das interações polícia /cidadãos, perceções do abuso policial e a avaliação da confiança na polícia (Idem).

Para a presente investigação, as atitudes a serem estudadas serão a satisfação com a polícia na área de residência, a confiança na polícia e a eficácia da polícia.

3.2. Explicação das atitudes relativamente à polícia

De acordo com Lai & Zhao (2010), a revisão da literatura permitiu identificar três modelos usualmente utilizados para explicar as atitudes dos cidadãos em relação à polícia. O primeiro modelo diz respeito à influência de fatores demográficos, como por exemplo raça, idade, género e nível de escolaridade. O segundo modelo compreende a relação entre o contexto da

área de residência (e.g. taxa de criminalidade) e a avaliação que os residentes fazem do seu meio envolvente. O terceiro modelo diz respeito às avaliações que os cidadãos fazem da polícia e às interações polícia/cidadão. Neste sentido, adotar-se-á este agrupamento de variáveis, pese embora se opte por iniciar a explicação pelo modelo policial, com vista à definição de alguns conceitos. A fim de facilitar a organização estrutural do presente trabalho, incluiu-se no modelo policial a Teoria do Capital Social.

À semelhança do que se fez para o sentimento de insegurança, antes de avançarmos para a descrição das variáveis preditoras das atitudes em relação à polícia, apresenta-se uma nota sobre os dois tipos de ambiente. Assim, pese embora Jackson & Bradford (2009) não considerem os ambientes (urbano e rural) um preditor estatisticamente significativo, este resultado não é partilhado pela maioria dos autores. Worrall (1999), também verificou que o local de residência não tem significância na predição das perceções dos cidadãos sobre a polícia, porém observou uma inclinação para os residentes de ambiente urbano, por comparação aos residentes de ambiente não-urbano, acreditarem que a polícia era menos capaz de prevenir o crime. De facto, os resultados têm apontado no sentido de que aqueles que moram em pequenas cidades ou em ambiente rural, por comparação aos que habitam grandes cidades, confiam mais na polícia (Kaariainen, 2007), percebem a polícia como mais eficaz (Dowler, 2003) e estão mais satisfeitos com ela, mesmo quando são consideradas outras determinantes como por exemplo a perceção de corrupção policial (Hwang, McGarrell & Benson, 2005). A explicação avançada pela maioria dos estudos é a de que o ambiente urbano tem taxas mais altas de crime e desordem do que o ambiente rural. Particularmente Hwang, McGarrell & Benson (2005), no seu estudo, apresentam duas explicações diferentes. A primeira é a de que os resultados possam refletir a existência, nas comunidades rurais, de níveis mais altos de respeito pela autoridade, o que eleva favoravelmente a sua visão sobre as ações policiais, em contraste com a existência, nas grandes cidades urbanas, de um maior anonimato e diversidade de opiniões. A segunda explicação diz respeito à teoria da desorganização social, em que o rápido crescimento, a industrialização e a mobilidade podem desafiar fontes tradicionais de controlo social e eficácia coletiva, levando a níveis mais altos de medo e vitimação e consequentemente a um menor nível de satisfação com a polícia entre os residentes urbanos.

3.2.1. Modelo Policial

Teoria do Capital Social

A teoria do capital social caracteriza-se pela valorização das redes sociais e das normas de reciprocidade associadas àquelas redes, com retorno tanto público, como privado (Putnam, 2001). Assenta no pressuposto de quanto maior é o nível de capital social maior é o bem-estar do indivíduo. O autor indica, igualmente, que a ausência ou um baixo capital social está relacionado com a existência e o aumento da criminalidade e, mais gravosamente, com as taxas de homicídio numa determinada área de residência. Putnam (2001) distingue capital social formal, como por exemplo associações para professores e pais, de capital social informal, como por exemplo o grupo de pessoas (e.g. amigos e vizinhos) que habitualmente se reúne num bar. Refere que, em ambas as situações, há reciprocidade e pode haver ganhos, sendo importantes para a explicação da confiança na polícia. Concomitantemente, a polícia, como uma instituição de controlo social formal, poderá ser um agente de promoção de capital social, através de estratégias de policiamento comunitário (Sampson *et al.*, 1997).

As áreas de residência que disponham de um diversificado ‘stock’ de recursos institucionais (e.g. polícia, escolas, igrejas e organizações de serviço) têm maior probabilidade de ver cumpridas as normas sociais de comportamento desejado, bem como proporcionam aos cidadãos oportunidades de participação em organizações locais, com vista ao bem-estar do coletivo (Sampson, 2001, *cit in* Ferguson & Mindel, 2007). Putnam (2000) acrescenta que as desigualdades presentes em comunidades de minorias predizem mecanismos informais de apoio, confiança e participação cívica mais fracos, pelo que as diferentes perceções sobre a polícia resultam não apenas das situações económicas individuais, mas também da composição social e económica das comunidades. A falta de serviços foi igualmente identificada como uma das razões para o aumento do sentimento de insegurança entre as populações rurais, bem como a diferença entre a cidade e o rural, ao nível de serviços, foi vista como fator de incremento da vulnerabilidade das populações rurais (Little, Panelli & Kraack, 2005).

Associado ao capital social encontra-se a eficácia colectiva e a satisfação geral com a área de residência, que de acordo com Putnam (2000) e Sampson (2001, *cit in* Ferguson & Mindel, 2007), apresentam como externalidades positivas a diminuição da ansiedade dos residentes em relação ao crime e da probabilidade de se tornarem vítimas.

A confiança social surge, igualmente, relacionada com o capital social. Pese embora Putnam (2001) a considere uma consequência do capital social, outros autores incluem-na no próprio

conceito. Coleman (1990) refere que o capital social aumenta em simultâneo que aumenta a cooperação entre os indivíduos, conduzindo à confiança geral entre eles, grupos sociais e instituições. Para o autor, a confiança deve ser incorporada no conceito de capital social, na medida que a mesma assume um papel central no desenvolvimento de solidariedade entre os indivíduos. Aliás, Putnam (2001) indica que um elevado capital social promove a obediência dos cidadãos à lei dada a confiança partilhada de que os outros também irão obedecer. Porém, um estudo empírico em ambiente misto (rural e urbano) não encontrou associação entre atividade social geral (e.g. simples encontro entre amigos) e confiança na polícia (Kaariainen, 2007). Não obstante, verificou-se que a solidão revelou ser um preditor significativo da confiança na polícia, no sentido em que aqueles que não têm amigos próximos confiam menos na polícia (Idem). O autor refere que provavelmente este resultado se deve à associação entre falta de confiança geral e exclusão social. Por outro lado, Jackson & Sunshine (2006) verificaram, em ambiente rural que, aqueles que se identificavam menos com a comunidade e que se sentiam menos como fazendo parte dela (baixa coesão social e fraca vinculação à área de residência) eram mais propensos a ter baixa confiança na polícia.

Os estudos que testaram a teoria do capital social, verificaram que, no que diz respeito à forma como os indivíduos percebem a polícia, aqueles que percebem maior nível de capital social veem a polícia mais favoravelmente do que aqueles que percebem menores níveis de capital social (Nalla & Madan, 2012; Reisig & Correia, 1997; Sun *et al*, 2012; Sun & Wu, 2015) e, no que concerne ao medo do crime, os indivíduos de zonas onde o capital social é maior, têm menos medo do crime do que os das zonas com menores níveis de capital social (Ferguson & Mindel, 2007).

Legitimidade da polícia

«Quando os cidadãos já não virem, como legítima, a Lei e os seus agentes, o controlo apenas poderá ser alcançado por uma presença militar armada e, por essa altura, será tarde demais para evitar danos pessoais, patrimoniais e sociais extensivos.» (Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995, p. 67).

Com vista ao desenvolvimento e operacionalização eficiente, as instituições devem ter alguma forma de legitimação (Jackson e Bradford, 2010a). A incapacidade de obter legitimidade tem consequências graves, uma vez que os cidadãos não estão dispostos a cumprir a lei e têm maior probabilidade de desafiar a autoridade policial, pelo que é do interesse dos

departamentos de polícia serem considerados legítimos dentro da comunidade e obter o apoio dos cidadãos (Tyler, 2003).

A legitimidade da polícia compreende aspetos instrumentais e normativos (Sunshine & Tyler, 2003). A perspetiva instrumental da legitimidade sugere que a polícia pode aumentar o apoio do público quando efetivamente controla o crime e o comportamento criminal (desempenho), cria um risco confiável de deteção e sanção para aqueles que infringem a lei (dissuasão) e distribui de maneira justa os serviços policiais entre pessoas e comunidades (justiça distributiva). Por outras palavras, a perspetiva instrumental sugere que a polícia desenvolva e mantenha a legitimidade por meio da sua eficácia no controlo do crime e da desordem na comunidade. A perspetiva normativa da legitimidade relaciona-se à justiça procedimental, ou seja, os julgamentos que os indivíduos fazem sobre a justiça (termo para traduzir “fairness”) dos processos pelos quais a polícia toma decisões e exerce autoridade. Esta perspetiva sugere que, se a polícia usar a justiça nas suas relações com os cidadãos, as pessoas vê-la-ão como sendo mais legítima e, por isso, apoiá-la-ão mais.

Aqueles que veem a polícia como mais legítima estão mais satisfeitos com ela e reconhecem-lhe mais o direito a ser obedecida do que aqueles que a percebem com menor legitimidade (Hinds & Murphy, 2007; Tyler, 2004). Os autores verificaram igualmente que a legitimidade parece estar mais ligada aos julgamentos da imparcialidade das ações do que às avaliações de justiça ou eficácia dos resultados. Neste sentido, Fagan, Tyler & Meares (2016, p. 11), definiram a legitimidade como «(...) *uma propriedade que uma regra ou uma autoridade têm quando outros se sentem obrigados a deferir voluntariamente a essa regra ou autoridade.*». Assim, um Estado de Direito é legítimo quando as pessoas veem o sistema de justiça e as autoridades como promotoras de uma apropriada conduta estandardizada, a qual deve ser cumprida, não por causa da possibilidade de sanção, mas por ser vista como o comportamento correto (Jackson & Bradford, 2010a).

Não obstante alguns estudos considerarem uma das perspetivas mais importante do que a outra, a legitimidade e, no caso em concreto, a legitimidade da polícia, parece ser um conceito multidimensional, para o qual Jackson & Bradford (2010a), na sua revisão da literatura, definiram três pontos interligados: o dever de obediência, o alinhamento moral (partilha de valores entre a polícia e os cidadãos) e a legalidade. Para os autores, nenhum dos pontos deve ser prioritário relativamente a outro e, para que a polícia seja considerada legítima, todos devem coexistir.

Em suma, «Quando as pessoas sentem que uma autoridade é legítima, elas autorizam essa autoridade a determinar qual será seu comportamento dentro de um determinado conjunto de situações.» (Tyler, 2004, p. 87). Nas sociedades modernas e democráticas, a legitimidade da polícia depende do consentimento público. O policiamento pelo consentimento incentiva a confiança pública na polícia, facilitando assim o intercâmbio contínuo de informações entre o público e aquela e o cumprimento voluntário da lei (Sunshine & Tyler, 2003; Hinds & Murphy, 2007).

Confiança na polícia

«No sentido popular do termo, o profissionalismo da polícia traduz-se numa expectativa de que os agentes desempenharão as suas funções dentro de um conjunto de diretrizes justas, públicas e responsáveis» (Seron, Pereira & Kovath, 2004, p. 666).

Para os autores, a confiança na polícia assenta, por um lado, no conjunto de representações sociais que os indivíduos fazem sobre o modo como as instituições e os seus agentes devem desempenhar os papéis sociais que lhes são atribuídos e, por outro lado, na avaliação que fazem do modo como os agentes efetivamente os desempenham. No mesmo sentido, Hawdon (2008) define confiança como a crença de que uma pessoa que ocupa uma função específica a desempenhará de uma maneira consistente de acordo com as expectativas normativas socialmente definidas. A confiança trata pois, de indivíduos específicos que ocupam papéis sociais específicos. Aplicando este conceito à polícia, «um agente será de confiança quando um cidadão acreditar que ele se vai comportar de forma coerente com a “função” de polícia» (Idem, p. 5).

Jackson & Bradford (2010b) apresentam três dimensões da confiança: eficácia (competência técnica, por exemplo para lidar com o crime), justiça (justiça procedimental, por exemplo para tratar as pessoas com respeito) e envolvimento da comunidade (valores compartilhados, por exemplo para ouvir as preocupações da população local) e concluíram que confiança geral no policiamento é prevista por cada uma destas três dimensões.

Haver confiança nas autoridades é importante, na medida em que aqueles que não têm confiança na polícia são menos propensos a ser co-produtores de segurança (Cao, Frank & Cullen, 1996). Aliás, Posick, Rocque & McDevitt (2013) verificaram que os indivíduos que confiavam mais na polícia eram seis vezes mais propensos a estarem satisfeitos com ela do que aqueles com menor confiança. Acrescentam que quando associada a justiça procedimental, o sentido da relação manteve-se, mas a intensidade subiu para 14 vezes mais.

A explicação subjacente parece ser a de que quando as pessoas acham que os procedimentos são justos, confiam mais nos motivos das autoridades que tomaram as decisões (Tyler, 2004). Tyler (2006) na sua explicação da razão pela qual as pessoas seguem a lei, distingue duas perspectivas: a Instrumental e a Normativa. A primeira sublinha que as pessoas moldam os seus comportamentos de forma a responder a incentivos e penalidades associados ao cumprimento da lei. Por outras palavras, medem os ganhos e perdas que poderão resultar de diferentes comportamentos. A segunda perspectiva preocupa-se com a influência daquilo que os indivíduos consideram como justo e moral por oposição àquilo que é o seu interesse pessoal. Assim, o comprometimento normativo que se reflete no dever de obediência à lei deve-se à moralidade pessoal, porque considera a lei justa, enquanto, através da legitimidade, considera que as autoridades legais têm o direito de definir o comportamento.

O autor aprofunda, explicando que a perspectiva instrumental se baseia no favorecimento dos resultados obtidos, isto é, se as pessoas sentirem que têm controlo sobre as decisões, acreditam que o procedimento é justo, por outro lado se sentirem que têm falta de controlo, acreditam que o procedimento é injusto. A perspectiva normativa vê as pessoas como preocupadas com aspetos das suas experiências para além do tipo de resultados obtidos, emergindo assim a neutralidade, ausência de preconceito, honestidade, esforço para se ser justo e cortês e respeito pelos direitos dos cidadãos.

Associada à perspectiva instrumental surge a justiça distributiva. Esta representa a ideia de que as autoridades distribuem de maneira justa os serviços entre pessoas e comunidades e é um conceito concebido para medir as preocupações instrumentais (Hinds & Murphy, 2007). Os autores, juntamente com Sunshine & Tyler (2003) indicam que aqueles que percebem que a polícia usa a justiça distributiva nas suas relações com o público são mais propensos a considerá-la legítima e simultaneamente também estão mais satisfeitos com ela.

Jang & Hwang (2014) testaram as duas perspectivas e concluíram que ambas foram relacionadas com a confiança na polícia no sentido em que preocupações com o crime mostraram uma relação negativa significativa com a confiança na polícia. Mais recentemente, Wang & Sun (2018) testaram a confiança na polícia através da sua performance e da justiça procedimental e concluíram que os residentes de ambiente rural apresentaram mais confiança na polícia com base na performance desta (e.g. controlo do crime) do que os indivíduos de ambiente urbano. No entanto, não foram encontradas diferenças significativas ao nível da justiça procedimental, uma vez que, de forma geral, a população considera a polícia procedimentalmente justa.

Skogan (2009) avaliou a confiança através de três modelos: Modelo de reafirmação – trata a confiança na polícia como uma variável independente e testa o seu impacto no medo do crime e preocupação com o crime e a desordem na área de residência; Modelo de responsabilização – ao invés do anterior, trata o medo do crime e preocupação com o crime e a desordem na área de residência como as variáveis independentes e testa o seu impacto na confiança na polícia, e Modelo de causalidade recíproca – postula que a confiança na polícia e a preocupação com o crime se influenciam mutuamente ao longo do tempo. Os resultados obtidos não suportaram os modelos de responsabilização e de causalidade recíproca, uma vez que o efeito da mudança dos níveis de preocupação com o crime na mudança de confiança na polícia foi estatisticamente não significativo. Por outro lado, os resultados apoiaram o modelo de reafirmação no sentido em que encontram uma relação negativa entre a confiança na polícia e preocupação com o crime.

Por último, importa indicar que a confiança, para além do nível individual, também pode ser analisada ao nível institucional, como o caso do estudo de Kaariainen (2007). O autor explica que, a este nível (comunitário), presta-se atenção à qualidade e estrutura de governo da sociedade em análise. Uma vez que a força policial é uma parte do governo, os aspetos que possam ter um efeito na confiança generalizada em relação ao governo também recaem sobre a confiança na polícia. Ou seja, se o governo é confiável de uma forma geral, a polícia também o será, uma vez que é o reflexo das suas funções. O autor indica ainda que a capacidade do governo de ser justo e imparcial (todos os cidadãos são tratados de forma igual, independentemente de seu estatuto social) determina a confiança generalizada ou confiança nas instituições democráticas. Contraditoriamente ao que seria de esperar, no seu estudo verificou que o investimento da sociedade na ordem pública e nas instituições de segurança estava associado à confiança na polícia no sentido em que quanto menor é o investimento maior é a confiança na polícia. Em contrapartida, se o investimento for em serviços que contribuam para o bem-estar da sociedade (*‘welfare services’*) a confiança na polícia parece aumentar.

Eficácia da polícia

Por sua vez, a perceção de confiança associa-se à eficácia das polícias, ou seja, atingimento dos seus objetivos (Verschelde & Rogge, 2012) como a resolução dos crimes (Skogan, 2009), através da prestação de serviços policiais que se ajustem aos seus propósitos (Verschelde & Rogge, 2012). Estes autores consideram que um policiamento eficaz requer apoio e

reconhecimento do público em geral e uma redefinição constante do papel e relação do policiamento com a comunidade, dada a rapidez com que as sociedades mudam.

A eficácia está associada à perspectiva instrumental e sugere que as pessoas irão cooperar e ajudar a polícia se considerarem que ela é ou tem sido eficaz em controlar o crime e a desordem urbana (Sunshine & Tyler, 2003). Os autores verificaram que a eficácia da polícia (indexada à manutenção das condições da área de residência) estava associada positivamente à legitimidade. Aqueles que acreditam que a polícia é eficaz a controlar o crime (proteger os cidadãos, resolver e prevenir o crime) são mais propensos não só a considerar a polícia legítima como também estão mais satisfeitos com ela (Hinds & Murphy, 2007) e confiam mais nela (Weitzer & Tuch, 2005). Esta determinante parece ser tão forte a ponto de diluir o efeito de outros factores estatisticamente muito significativos como a idade (Worrall, 1999). Jackson & Bradford (2010b) acrescentam que a avaliação da eficácia da polícia, pelos cidadãos, não está limitada às taxas de crimes (violentos no caso do estudo), mas também à prontidão e rapidez com que a polícia responde às chamadas de emergência.

Satisfação com a polícia

As Instituições ligadas à aplicação da lei têm-se preocupado com a satisfação geral dos cidadãos sobre a polícia e tentam melhorar a sua imagem com o público, uma vez que o seu trabalho exige a confiança e cooperação dos cidadãos. O governo britânico, por exemplo, criou uma política que enfatizou uma orientação voltada para o “cliente” entre as forças policiais (Skogan, 1996).

A satisfação com a polícia está significativa e substancialmente relacionada com a confiança nela depositada e com a justiça procedimental (Posick, Rocque & McDevitt, 2013). Os cidadãos que estão satisfeitos com a Polícia têm mais confiança nesta do que os cidadãos que não estão satisfeitos com ela (Boateng, 2012). O trabalho desenvolvido pela polícia parece ser a determinante mais forte da satisfação com a polícia (Yuksel & Tepe, 2013), na medida em que, aqueles que classificam o seu trabalho como insuficiente, são significativamente mais propensos a ficarem insatisfeitos com os encontros com a polícia (Myhill e Bradford, 2012).

Experiências e Contactos com a polícia

Pese embora, Myhill & Bradford (2012), não terem encontrado associação entre aumento da confiança do público na polícia e o esforço desenvolvido pela polícia no melhoramento da qualidade dos contactos, observaram que se os contactos forem inicializados pelos cidadãos, aquele esforço ou a falta dele apresenta, respetivamente, uma ligeira possibilidade de

melhoria ou perda de confiança na polícia. Outros concluíram efetivamente que, a qualidade dos contactos com a polícia, principalmente os mais recentes, parecem ser uma determinante forte das atitudes em relação à polícia, na medida em que quanto mais positivos mais os indivíduos estão satisfeitos com a polícia (Yuksel & Tepe, 2013) e, por outro lado, contactos insatisfatórios têm impactos negativos muito significativos sobre a confiança das pessoas na polícia (Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Brown & Benedict, 2002; Weitzer & Tuch, 2005; Bradford, Jackson & Stanko, 2009). Aliás, os contactos com a polícia têm um efeito mais significativo na explicação da satisfação com ela do que as variáveis sociodemográficas, como a etnia, educação, religião, rendimentos e estado civil (Scaglione & Condon, 1980; Frank, Smith & Novak, 2005; Nofziger & Williams, 2005).

Neste sentido, parece ser seguro afirmar que a avaliação daqueles que no passado contactaram ou usaram o serviço da polícia é uma determinante bastante consistente na mensuração das atitudes dos cidadãos em relação àquela entidade no sentido de que estas experiências influenciam as atitudes mais positivas ou negativas (dependendo do resultado do contacto) em relação à polícia. Porém, parece haver algum debate no que respeita à iniciativa do contacto e a sua influência na satisfação com a polícia. Uns verificaram que o sentido da relação foi o mesmo (positivo ou negativo, dependendo da satisfação ou não dos indivíduos com a experiência) independentemente de quem tinha iniciado o contacto (Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Correia, Reisig & Lovrich, 1996; Reisig & Parques, 2000; Schafer, Huebner, & Bynum, 2003; Dai & Johnson, 2009). Outros, porém, consideram que os contactos voluntários têm mais significância do que os iniciados pela polícia (Smith & Hawkins, 1973). Reisig & Correia (1997) também partilham desta opinião, uma vez que verificaram que quando a iniciativa do contacto é do cidadão, se o tratamento efetuado pela polícia for desfavorável, existe uma forte probabilidade de os indivíduos avaliarem mais desfavoravelmente a polícia. Outra conclusão dos autores é que há uma tendência para diminuir uma avaliação mais desfavorável da polícia após um cidadão ter iniciado o contacto nos locais em que a polícia não está tão presente, mesmo com um tratamento menos favorável. Por outro lado, quando o contacto é iniciado pela polícia, como por exemplo para passar uma multa de trânsito, verificaram que nos locais onde existe maior frequência da presença policial (centro das cidades) não é uma determinante significativa das percepções dos cidadãos sobre a polícia, mesmo quando o tratamento é menos favorável.

De uma forma geral, as pessoas que chamam, sinalizam ou se aproximam da polícia estão mais satisfeitas com o que aconteceu e com o policiamento em geral do que aqueles que são

mandados parar na estrada ou detidos por polícias, enquanto andam a pé (Skogan, 2005). Não obstante, este aspeto perde relevância se os polícias forem educados, atenciosos, justos, atentos e dispostos a explicar o porquê. O autor refere que as diferenças de tratamento são responsáveis pela maior parte da ligação entre clivagens sociais e as opiniões sobre a polícia. Hwang, McGarrell & Benson (2005) desenvolveram o seu estudo com uma amostra mista e, de uma forma geral, os que tinham tido contacto com a polícia no último ano, estavam mais satisfeitos do que aqueles que não tinham tido contacto. Porém, quando a amostra foi desagregada por área de residência, apenas foi estatisticamente significativa a relação dos residentes de grandes cidades no sentido de que aqueles que tiveram um encontro com a polícia estavam menos propensos a ficar satisfeitos com ela do que aqueles que não tiveram contacto anterior. Uma possível explicação é que os contactos tidos anteriormente haviam sido relacionados a menor satisfação com a polícia.

3.2.2. Modelo Demográfico

Etnia

A raça é um preditor significativo das perceções dos cidadãos em relação à polícia e as pesquisas sugerem que as minorias (não brancos) tendem a ver a polícia mais negativamente do que os brancos (Jacob, 1971; Smith & Hawkins, 1973; Garofalo, 1977; Correia, Reisig & Lovrich, 1996; Skogan *et al* 1999; Brown & Benedict, 2002; Scheider, Rowell & Bezdikian, 2003; Sunshine & Tyler, 2003; Tyler & Wakslak, 2004; Dukes & Hughes, 2004; Adams, Rohe & Arcury, 2005; Frank, Smith & Novak, 2005; Nofziger & Williams, 2005; Dai & Johnson, 2009; Yuksel & Tepe, 2013; Haberman, Groff, Ratcliffe & Sorg, 2016). Aliás, a raça parece ser um preditor consistente a ponto de que, mesmo controlando as outras variáveis em estudo, os negros apresentam menos satisfação com a polícia do que os brancos (Reisig & Parques, 2000).

Género

Muitos consideram o género como um forte preditor no sentido em que as mulheres têm atitudes mais positivas em relação à polícia do que os homens. Todavia, o facto é que os estudos relacionados com o género têm fornecido resultados mistos. Por um lado, há investigações que mostram que as mulheres têm uma visão mais positiva da polícia do que os homens (Cao, Frank & Cullen, 1996; Reisig & Giacomazzi, 1998; Reisig & Parks, 2000; Schafer, Huebner & Bynum, 2003; Dukes & Hughes, 2004; Nofziger & Williams, 2005; McCluskey, McCluskey & Enriquez, 2008; Jang, Joo & Zhao, 2010). Por outro lado, há

pesquisas que sugerem que os homens atribuem maior nível de legitimidade à polícia do que as mulheres (Sunshine & Tyler, 2003) ou avaliam mais favoravelmente a polícia do que elas (Correia, Reisig & Lovrich, 1996). Reisig & Correia (1997) partilham em parte desta conclusão e, de facto, indicam que as mulheres apresentam uma propensão para avaliarem desfavoravelmente a polícia, principalmente à medida que esta se afasta da comunidade, ou seja, à medida que se desloca de zonas com maior densidade populacional para zonas com menor densidade populacional. No entanto, o género não teve significância suficiente para ser considerado uma determinante importante do desempenho da polícia (Idem).

Concomitantemente, existem outros estudos que também não encontraram qualquer relação significativa entre o género e as atitudes para com a polícia (Smith & Hawkins, 1973; Garofalo, 1977; Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Reisig & Parques, 2000). Mais recentemente e no mesmo sentido, Myhil & Bradford (2012) verificaram que houve pouca diferença na avaliação do serviço prestado pela polícia entre homens e mulheres, porém esta conclusão surgiu, apenas, de pessoas que haviam sido vítimas de crime e tinham reportado esse mesmo crime à polícia.

Jackson & Sunshine (2006), no seu estudo em ambiente rural, concluíram que os homens estavam menos satisfeitos com a polícia do que as mulheres no que diz respeito à forma como aquela controlava o crime, no tratamento prestado quando se dirigia às pessoas e como se relacionavam com elas.

Em amostras com indivíduos provenientes de ambos os ambientes, o género é um preditor inconsistente. Aqueles que encontraram associação verificaram que as mulheres estão mais satisfeitas com o trabalho da polícia (Jackson & Bradford, 2009) e confiam mais nela (Kaariainen, 2007; Wu, Sun & Hu, 2016) do que os homens. Por outro lado, há aqueles que não encontraram qualquer relação entre género e percepções sobre a polícia (Hwang, McGarrell & Benson, 2005; Worrall, 1999). Mais recentemente, Wang & Sun (2018), concluíram que, enquanto a confiança foi medida com base na performance da polícia, as mulheres apresentaram valores superiores de confiança naquela do que os homens. No entanto, quando medida através da justiça procedimental, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres.

Idade

A idade é um forte preditor, no sentido em que os indivíduos mais velhos tendem a ver a polícia mais favoravelmente (Smith & Hawkins, 1973; Garofalo, 1977; Sullivan, Dunham &

Alpert, 1987; Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Parker, Onyekwuluje & Murty, 1995; Cao, Frank & Cullen, 1996; Reisig & Correia, 1997; Reisig & Giacomazzi, 1998; Reisig & Parques, 2000; Brown & Benedict, 2002; Schafer, Huebner & Bynum, 2003; Dukes & Hughes, 2004; Nofziger & Williams, 2005; McCluskey, McCluskey & Enriquez, 2008; Dai & Johnson, 2009; Jang, Joo & Zhao, 2010; Myhil e Bradford, 2012; Haberman, Groff, Ratcliffe & Sorg, 2016). A lógica subjacente a esta afirmação é que os cidadãos mais jovens têm maior probabilidade de ter contactos negativos com a polícia e/ou veem a polícia como limitadora da sua liberdade, tornando-os mais inclinados a formarem percepções negativas, enquanto os mais velhos valorizam a ordem que a polícia tenta promover. Porém, curiosamente, no que diz respeito à legitimidade em particular surgem dois resultados distintos. Um, no mesmo sentido da relação que se tem observado onde os mais velhos reconhecem maior legitimidade à polícia do que os mais novos (Hinds & Murphy, 2007) e outro de Sunshine & Tyler (2003), no sentido inverso, que sugere uma tendência para os mais novos percecionarem com maior legitimidade a polícia do que os mais velhos (os autores não avançaram explicação para o efeito). Não obstante, Wu, Sun & Triplett (2009) consideraram a idade um preditor consistentemente significativo e melhor que qualquer outra variável demográfica na previsão da variação na satisfação dos cidadãos com a polícia no sentido em que os residentes mais jovens têm menos probabilidade do que os residentes idosos de estarem satisfeitos com a polícia local. Verschelde & Rogge (2012) apoiam este sentido da relação no que diz respeito à percepção de eficácia da polícia.

Em ambiente rural, Jackson & Sunshine (2006) concluíram que os mais novos estavam menos satisfeitos com a polícia do que os mais velhos, no que diz respeito à forma como aquela controlava o crime e no tratamento prestado quando se dirigia às pessoas.

Em amostras mistas, pese embora Jackson & Bradford (2009) tenham constatado que os mais velhos estão menos satisfeitos com o trabalho da polícia do que os mais novos, a grande maioria dos autores verificou uma relação positiva entre idade e atitudes relativamente à polícia. Por outras palavras, concluíram que os mais velhos, comparativamente aos mais novos, estão mais satisfeitos com a polícia (Hwang, McGarrell & Benson, 2005), percebem a polícia como mais eficaz na resolução do crime, na sua prevenção e na protecção dos cidadãos relativamente ao crime (Dowler, 2003; Worrall, 1999) e confiam mais na polícia, independentemente da sua eficácia, uma vez que lhe reconhecem maior justiça no procedimento (Kaariainen, 2007; Wang & Sun, 2018; Wu, Sun & Hu, 2016).

Escolaridade

O grau de educação parece ser um preditor inconsistente. Alguns autores concluíram que o nível de habilitações literárias não é estatisticamente significativo, na medida em que não afeta significativamente as atitudes em relação à polícia (Smith & Hawkins, 1973; Cao, Frank & Cullen, 1996). Outros verificaram que aqueles com mais habilitações literárias apresentaram maiores níveis de satisfação com a Polícia do que os que tinham menos habilitações literárias (Frank, Smith, & Novak, 2005; Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Reisig & Parques, 2000). Correia, Reisig, & Lovrich (1996) concluíram, igualmente, de forma significativa a mesma associação e que a mesma se mantinha quando combinada com outras variáveis como o tipo de tratamento num contacto com a polícia. Mesmo nas minorias, como o caso dos latinos, esta associação verificou-se, na medida em que os latinos menos aculturados estavam menos satisfeitos com a polícia, do que os latinos com maiores níveis de cultura (McCluskey, McCluskey & Enriquez, 2008).

Contrariamente aos resultados anteriores, alguns observaram uma tendência para os indivíduos com maior nível de educação reconhecerem menos legitimidade à polícia do que os com menor nível de educação (Sunshine & Tyler, 2003; Hinds & Murphy, 2007). Mais recentemente, Haberman, Groff, Ratcliffe & Sorg (2016) verificaram que os indivíduos que têm maior nível de educação estão menos satisfeitos com a polícia do que aqueles com nível inferior de educação.

Worrall (1999) não encontrou qualquer relação entre educação e perceções sobre a polícia com amostras mistas. Não obstante, aqueles que encontraram concluíram que os indivíduos que têm um maior nível de educação confiam menos na polícia do que os com menor nível de educação (Wu, Sun & Hu, 2016), bem como estão mais satisfeitos com a polícia (Hwang, McGarrell & Benson, 2005). Porém, é de referir que este último estudo se desenvolveu na Coreia do Sul e que os resultados encontrados se podem dever à imagem historicamente delineada à volta da força policial coreana como representante do estado e, como tal, controladora e limitadora das atividades antigovernamentais dos cidadãos com maior instrução (Idem).

Estatuto Socioeconómico

No que diz respeito ao estatuto socioeconómico, enquanto preditor das atitudes em relação à polícia, Frank, Smith & Novak (2005), bem como Reisig & Giacomazzi (1998) concluíram que os inquiridos que têm baixos rendimentos e habitação alugada em detrimento de

habitação comprada veem a polícia mais negativamente. Simultaneamente aqueles que detêm rendimentos mais altos têm mais confiança na polícia do que aqueles com rendimentos inferiores (Cao, Frank & Cullen, 1996; Nofziger & Williams, 2005). Porém, Jacob (1971), apesar de encontrar uma relação positiva entre estatuto socioeconómico e percepções sobre a polícia, a mesma era fraca. Outros não observaram efeito significativo entre o nível de rendimento e satisfação dos cidadãos com a polícia (Smith & Hawkins, 1973; Garofalo, 1977; Scaglione & Condon, 1980), nem com a confiança na polícia (Boateng, 2012). Outros ainda verificaram que os indivíduos com maior rendimento reconhecem menor legitimidade à polícia (Sunshine & Tyler, 2003) e estão menos satisfeitos com ela (Hinds & Murphy, 2007), do que os com menor rendimento.

De uma forma geral poderíamos concluir que o estatuto socioeconómico é um preditor muito inconsistente, porém, pese embora aqueles resultados apontem para esta conclusão, alguma cautela é necessária. Reisig & Parques (2000) para além de verificarem que os proprietários apresentaram mais satisfação com a polícia do que os arrendatários, verificaram igualmente que, ao nível do contexto da área de residência³, à medida que o nível socioeconómico diminuía, os níveis de satisfação com a polícia também diminuía. Esta conclusão, ao nível da área de residência, é igualmente partilhada por Sampson & Bartusch (1998), por Dai & Johnson (2009) e por Wu, Sun & Triplett (2009). Estes três últimos autores concluíram no mesmo sentido que Weitzer (1999) de que o impacto da classe económica individual não persistiu quando o nível da classe, ao nível da área de residência, foi incluído na análise, sugerindo que é mais importante para medir a satisfação com a polícia o estatuto da classe da zona de residência em vez do estatuto da classe individual. Uma explicação avançada é a de que a polícia, nas zonas de maior estatuto socioeconómico, enfrenta mais restrições sob a forma de maior responsabilização pelas suas acções ao exercer má conduta policial. Verschelde & Rogge (2012) verificaram que as zonas com maior concentração de desvantagem económica, percecionavam a polícia como menos eficaz do que as zonas que concentravam mais riqueza.

Em suma, embora alguns autores não tenham encontrado associação entre estatuto socioeconómico e atitudes em relação à polícia, parece haver uma tendência no sentido de que quanto maior o nível económico de cada um, mais favoráveis são as atitudes em relação à

³ Estatuto socioeconómico ao nível da área de residência deveria enquadrar-se no modelo contextual, porém, para uma melhor compreensão desta determinante, optou-se por abordá-la juntamente com o estatuto socioeconómico individual.

polícia, porém, quando considerado o nível económico da zona de residência em detrimento do nível económico individual, aquela associação parece tornar-se consistente.

O estatuto socioeconómico na determinação das atitudes em relação à polícia com amostras mistas é um fator conflituante. Uns concluíram que os desempregados ou os que se consideram com menor estatuto social confiam menos na polícia do que os com trabalho assalariado ou que se incluem num estatuto social superior (Kaariainen, 2007; Wu, Sun & Hu, 2016). Kaariainen (2007) avança como explicação que as zonas mais pobres são mais vezes alvo da criminalidade e consequentemente de maior do controlo da polícia do que as zonas mais favorecidas economicamente. Porém, outros verificaram que aqueles que tinham menores rendimentos, que estavam desempregados, ou que estavam incluídos em grupos economicamente mais desfavorecidos apresentavam mais satisfação com a polícia do que os que tinham maiores rendimentos (Hwang, McGarrell & Benson, 2005). Ainda outros não encontraram associação entre estatuto socioeconómico e medo do crime (Hooghe & Vroome, 2016).

3.2.3. Modelo Contextual (área de residência)

Incivilidades / Desordens

Perceção de Incivilidades (ou desordens) na área de residência é um preditor muito forte sobre as atitudes em relação à polícia. Sejam elas de natureza social ou física, parece ser transversal aos investigadores que os cidadãos que percebem que as incivilidades são problemáticas na sua área de residência expressam níveis mais baixos de satisfação e confiança na polícia do que os residentes que não percebem tais incivilidades como problema (Reisig & Parques, 2000; Myhil & Bradford, 2012). Uma das explicações é a de que a perceção de desordem na área de residência conduz a que os residentes sintam que a polícia deixou de tranquilizar a comunidade em termos de moralidade (Jackson & Sunshine, 2006).

Aquela associação (satisfação e confiança na polícia / perceção de incivilidades) é tão forte que vários são os autores que concluíram que quando esta variável (incivilidades) é considerada juntamente com outras variáveis (e.g. etnia) também significativamente fortes, o efeito destas fica diluído pelo efeito daquelas (Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Schafer, Huebner & Bynum, 2003; McCluskey, McCluskey & Enriquez, 2008; Haberman, Groff, Ratcliffe & Sorg, 2016). Cao, Frank & Cullen, 1996, apesar de terem verificado que a etnia é um forte preditor das atitudes em relação à polícia, indicam mesmo que quando considerada em conjunto com as variáveis contextuais, as «*Atitudes relativamente à polícia podem não ser*

reguladas pela etnia da pessoa 'per si', mas pelo contexto social em que a pessoa está situada.» (p. 13). Esta opinião é igualmente partilhada por Haberman, Groff, Ratcliffe & Sorg (2016). Estes autores concluíram, ainda, que a desordem física não afetou significativamente a satisfação dos cidadãos com a polícia, mas aqueles que percebem mais desordem social estão significativamente menos satisfeitos com a polícia. Os autores referem que em contraste com a criminalidade grave, a desordem social é mais comum e perturba a qualidade de vida das pessoas com mais frequência. Referem, também, que as duas em associação (criminalidade grave e desordem social) reforçam a perceção de que a polícia não é muito boa a fazer o seu trabalho.

Importa, ainda, referir que o efeito em causa parece ser mais significativo na determinação das atitudes negativas com a polícia do que com as atitudes positivas. Jesilow, Meyer & Namazzi (1995) explicam que de facto o contexto da área de residência emerge como a determinante mais forte das atitudes dos cidadãos relativamente à polícia e que aqueles que percebiam problemas na área de residência, como crime, presença de gangues, drogas e grafitis, apresentavam maior probabilidade de terem atitudes negativas em relação à polícia. No entanto, no caso daqueles que reportaram aspetos positivos acerca da sua área de residência não se encontrou associação entre contexto da área de residência e atitudes em relação à polícia. Os autores dizem que a ideia subjacente a esta conclusão é a de que a satisfação com a polícia está relacionada com a forma como as pessoas sentem onde vivem, na medida em que se elas observarem problemas sobre os quais a polícia poderia fazer alguma coisa veem a polícia mais negativamente. Dai & Johnson (2009) acrescentam porém, que se na análise, forem introduzidos os fatores de qualidade de vida na área de residência (avaliações que os cidadãos fazem sobre a sua área de residência como um bom local para viver) as incivildades tornam-se um preditor significativo de satisfação com a polícia no sentido em que os residentes que percebam menos incivildades na sua área de residência são mais propensos a expressar satisfação com a polícia.

Em ambiente rural, Jackson & Sunshine (2006) concluíram que a desordem social (e.g. alcoolismo) estabeleceu uma relação negativa e significativa com a satisfação na polícia.

Jackson & Bradford (2009) estudaram, numa amostra mista, o efeito da desordem (física e social) na confiança sobre a polícia e verificaram que quando associada ao controlo social informal estabelece uma relação negativa com a confiança na polícia. Ou seja, quanto maior a perceção da desordem na área de residência e menor o nível de controlo social informal, menor é a confiança na polícia.

Crime / Vitimação

O índice de criminalidade na área de residência tem sido um preditor pouco consistente na determinação das atitudes dos cidadãos em relação à Polícia. Alguns estudos verificaram que nas áreas de residência que apresentam maiores níveis de criminalidade os indivíduos têm atitudes mais desfavoráveis em relação à polícia (Parker, Onyekwuluje & Murty, 1995; Jesilow, Meyer & Namazzi, 1995; Sampson & Bartusch, 1998; Reisig & Parks, 2000; Weitzer & Tuch, 2005) ou aqueles que percebem menos criminalidade confiam mais na polícia (Nofziger & Williams, 2005). Todavia, Garofalo (1977) não encontrou associação entre a percepção de crime na área de residência e atitudes em relação à polícia, ou seja, aqueles que tinham considerado que na sua área de residência o crime tinha aumentado não apresentavam correlações significativas com as atitudes negativas em relação à polícia, nem aqueles que consideravam que o crime havia diminuído tinham uma associação positiva a atitudes favoráveis em relação à polícia. Myhil e Bradford (2012) concluíram no mesmo sentido. Os autores não encontraram associação entre taxa de crime e confiança na polícia. Aliás, Haberman, Groff, Ratcliffe & Sorg (2016) debruçaram-se sobre os ‘*Hot spots*’ do crime (crime concentrado em unidades micro geográficas, no caso em concreto algumas das áreas mais violentas de Filadélfia) e, inesperadamente, verificaram que as percepções dos inquiridos sobre o crime, não afetou significativamente a sua satisfação com a polícia. Não obstante, é de referir o estudo multinacional de Jang, Joo & Zhao (2010) que testou a relação de taxa de homicídios e confiança na polícia e verificou que a taxa de criminalidade foi relacionada significativamente e negativamente com a confiança pública na polícia. De acordo com o estudo, as pessoas que vivem num país com uma maior taxa de homicídios relatam menores níveis de confiança na polícia.

Jackson & Sunshine (2006) dedicaram o seu estudo a avaliar o que determina a confiança dos indivíduos na polícia em ambiente rural. De uma forma geral, as pessoas consideravam que a polícia era justa e respeitava os cidadãos nos seus contactos, mas verificaram que a taxa de crime (designadamente de rua) não foi significativa na predição da confiança na polícia.

À semelhança dos resultados descritos anteriormente, os estudos com amostras constituídas por indivíduos de ambiente urbano e rural, concluíram que as taxas de criminalidade não são um bom preditor das atitudes em relação à polícia. Por outras palavras, o nível de criminalidade não teve influência na confiança sobre a polícia, independentemente se o tipo de zona testada tinha maior ou menor criminalidade (Hooghe & Vroome, 2016; Jackson & Bradford, 2009).

Ao nível da vitimação, Garofalo (1977), contrariamente à taxa de criminalidade, encontrou uma associação muito forte e positiva entre vitimação e as atitudes negativas em relação à polícia, ou seja, aqueles que tinham sido vítimas de crime, pelo menos uma vez, apresentavam mais atitudes negativas em relação àquela força de segurança do que aqueles que não tinham sido vítimas. Verificou ainda que a intensidade da relação exponenciava quanto mais vezes o indivíduo tivesse sido vítima. Jackson & Bradford (2010b) e Yuksel & Tepe (2013) também verificaram que a vitimação influencia negativamente a satisfação dos cidadãos com a polícia. Wu, Sun & Triplett (2009) concluíram que não só as experiências pessoais de vitimação como as vicariantes (e.g. familiares) têm uma influência negativa nas avaliações dos moradores sobre a eficácia da polícia na área de residência.

No caso de Myhil e Bradford (2012), apenas as vítimas que haviam recuperado pelo menos parte dos bens perdidos estavam mais propensos a ficarem satisfeitos com a polícia do que aqueles que não tinham recuperado. Por sua vez, Smith & Hawkins (1973) e Dukes & Hughes (2004) verificaram que a vitimação não afetou significativamente as atitudes em relação à polícia. Smith & Hawkins (1973) referem que apesar da experiência de vitimação mais grave, como os crimes contra a pessoa por comparação com os crimes contra a propriedade, apresentarem uma tendência para atitudes menos favoráveis em relação à polícia, os resultados não foram estatisticamente significativos para se estabelecer uma diferença entre este tipo de crimes. Concomitantemente, quando comparados os resultados das vítimas e não vítimas não se encontraram diferenças nas atitudes em relação à polícia (Idem).

No que diz respeito à vitimação, em amostras mistas, ainda que os valores de variação fossem pequenos, aqueles que haviam sido vítimas de crime apresentaram valores inferiores de confiança na polícia do que os que não haviam sido (Jackson & Bradford, 2009; Kaariainen, 2007).

4. Sentimento de Insegurança e Atitudes em relação à polícia

Uma primeira análise à relação entre sentimento de insegurança e atitudes em relação à polícia sugere uma associação negativa entre estas duas variáveis e, de facto, parece ser esta a tendência. Porém, uma análise mais detalhada é necessária. Alguns autores consideram que à medida que a segurança percebida diminui (mais medo do crime), também diminui o nível de satisfação com a polícia (Reisig & Giacomazzi, 1998; Reisig & Parques, 2000; Dai & Johnson, 2009; Yuksel & Tepe, 2013), uma vez que a culpam pelo facto de não tornarem a sua área de residência uma zona mais segura (Haberman, Groff, Ratcliffe & Sorg, 2016).

Curiosamente, Dukes & Hughes (2004), apesar de não terem encontrado relação entre vitimação e atitudes positivas em relação à polícia, verificaram que quanto maior o medo de vitimação, menos atitudes positivas os indivíduos têm em relação àquela entidade. Weitzer & Tuch (2005), de uma forma geral, também verificaram a existência de uma correlação positiva entre sentimento de segurança e satisfação com a polícia, porém, esta relação quando desagregada por etnia apenas foi significativa para os indivíduos brancos, durante o dia, e, apenas significativa para os indivíduos negros, durante a noite.

Myhil & Bradford (2012) e Boateng (2012) concluíram respetivamente que quanto maior o risco percebido e o medo do crime menor a confiança na polícia. A explicação avançada é a mesma, de que os indivíduos percecionam que a polícia é incapaz de garantir a segurança. Esta relação, na determinação da confiança na polícia, resultou como mais forte do que as variáveis demográficas (Cao, Frank & Cullen, 1996). Esta opinião é igualmente partilhada por Nofziger & Williams (2005), todavia, os autores indicam que quando a amostra é reduzida apenas àqueles que tiveram contacto com a polícia no último ano, aquela relação deixa de ser significativa mantendo porém, a mesma direção. Ou seja, experiências positivas com a polícia e ter confiança na polícia aumentam a probabilidade de se sentir seguro.

A visibilidade da polícia parece não ser um fator forte na determinação do medo do crime. Os resultados do estudo de Kelling, Pate, Dieckman & Brown (1974) apontam para que o medo do crime dos cidadãos, bem como as suas atitudes em relação à polícia não são afetados por diferenças no nível de visibilidade da polícia. Concluíram ainda que «(...) *a patrulha preventiva de rotina em carros da polícia caracterizados tem pouco valor na prevenção do crime ou em fazer os cidadãos sentirem-se seguros.*» (p.v). Esta circunstância sugere que não é tanto a quantidade, mas o tipo (qualidade) do patrulhamento que importa (Hale, 1996). Mesmo nos mais novos (estudantes universitários) a relação não se mostrou consistente na explicação do medo do crime (Crowl & Battin, 2017). Porém, relativamente às atitudes, maior visibilidade da polícia parece estar associada ao aumento da satisfação dos cidadãos com esta (Lai & Zhao, 2010). Aliás, quando se trata de alta visibilidade da polícia e do sentimento por parte dos cidadãos de estarem informados sobre as atividades policiais, os indivíduos apresentam maior confiança no policiamento (Bradford, Jackson & Stanko, 2009).

Mais recentemente, Hodgkinson *et al.* (2017) verificou que baixas perceções da eficácia da polícia foram associadas a maiores níveis de medo do crime.

Por sua vez, Garofalo (1977), apenas encontrou associações entre medo do crime e atitudes em relação à polícia no extremo da escala, ou seja, apenas aqueles que se sentiam muito

inseguros e os que se sentiam muito seguros na sua área de residência é que foram associados a atitudes mais desfavoráveis ou mais favoráveis, respectivamente em relação à polícia. Por outro lado, no que diz respeito a comportamentos de segurança, não foi encontrada qualquer associação significativa com as atitudes em relação àquela (Idem).

Por último, Reynolds, Semukhina & Demidov (2008), num estudo longitudinal (8 anos) efetuado na Rússia, verificaram que os níveis de satisfação dos cidadãos com a polícia eram baixos e que se relacionavam mais com o baixo nível de confiança no sistema de justiça criminal do que com o medo do crime. Explicaram que os cidadãos acreditam que a polícia não partilha valores comuns em matéria de segurança pública e de proteção dos cidadãos, na medida em que está apenas interessada em proteger indivíduos poderosos e ricos. Simultaneamente, Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid (2010) também não encontraram associação entre satisfação com a polícia e medo do crime nos EUA. Todavia, os autores referem que a polícia poderá ter pouco impacto direto na prevenção do crime. Os cidadãos podem estar satisfeitos com a polícia, no entanto, essa atitude pode não ter nenhuma relação com o medo de vitimação, porque veem que a redução do sentimento de segurança não é uma função principal da polícia. Alertam ainda para a maneira como esta variável foi operacionalizada (os cidadãos foram questionados sobre como percebem a forma como são tratados pela polícia, se ela gosta de ajudar os cidadãos, se age profissionalmente e se percebe estes valores), uma vez que a polícia pode tratar os cidadãos de forma justa, agir profissionalmente e entender os valores dos cidadãos, mas ser ineficaz na redução da vitimação. O policiamento é mais do que a prevenção do crime, e os cidadãos que reconhecem isto podem manter atitudes positivas em relação à polícia que não estão relacionadas com o seu nível de medo.

De uma forma geral, em ambiente rural ou semirural, a satisfação com a polícia foi significativamente relacionada ao medo do crime, mesmo quando consideradas outras variáveis no sentido em que aqueles com mais satisfação na polícia têm menos medo do crime (Lytle & Randa, 2015). Porém, os autores indicam que a satisfação com a polícia pode ter mais impacto no medo do crime num ambiente rural do que num ambiente urbano, uma vez que em ambiente urbano, o crime é visto como uma componente natural da vida e pode haver uma perceção de que a polícia pode fazer pouco para combater o problema.

Concomitantemente, a eficácia da polícia no controlo do crime e na forma de lidar com a população foi associada positivamente à satisfação com a polícia, na medida em que reduzia o medo de vitimação (Jackson & Sunshine, 2006). Porém, esta relação perdeu significância

quando foi considerada a eficácia coletiva e a justiça procedimental, o que sugere que o controlo social informal, a coesão social, a confiança social e a forma de tratamento dos polícias é muito mais importante do que a eficácia percebida do trabalho da polícia. Os autores explicam que o público não via a polícia menos favoravelmente por ter medo do crime, mas por causa da baixa coesão social e considerar a polícia responsável por defender os valores e princípios da comunidade. Simultaneamente, a forma como lidava com o público também se relacionou positiva e significativamente com a satisfação na polícia. Ainda no que diz respeito à eficácia da polícia, Benedict, Brown & Bower (2000) verificaram, de uma forma geral, que os cidadãos estavam satisfeitos com a polícia. Porém, quando desagregada a amostra por género, a conclusão foi contraditória com o sentimento de insegurança reportado pelas mulheres. Ou seja, 88% das mulheres indicou que a polícia era eficaz em fornecer proteção nas suas zonas de residência, porém mais de metade delas (57%), apresentou preocupações relacionadas com a segurança. Os autores afirmam que estes resultados indicam uma inconsistência entre o medo de vitimação pelas mulheres e a perceção feminina da eficácia da polícia local.

Em ambientes mistos (rural e urbano), ainda que a variação seja pequena, ao nível Europeu (estudo envolveu 16 Países incluindo Portugal) há uma correlação entre sentimento de segurança e confiança na polícia no sentido de que quanto mais as pessoas se sentem inseguras menos confiam na polícia do seu país (Kaariainen, 2007). A relação entre sentimento de insegurança e atitudes relativamente à polícia parece ser consistente quando medida isoladamente no sentido em que quanto mais seguros se sentem os cidadãos, mais favoráveis são as atitudes relativamente à polícia. Porém, quando feita esta análise considerando outras variáveis, aquela relação tende a desvanecer.

Dowler (2003) verificou que os indivíduos que avaliaram a polícia com pouca eficácia, apresentaram mais medo do crime do que os indivíduos que atribuíram mais eficácia à polícia. Porém, quando foram associadas as variáveis da desordem e do controlo social informal, o medo do crime passou a ter uma correlação fraca com a satisfação na polícia (Jackson & Bradford, 2009). Mais recentemente, Wang & Sun (2018) também verificaram que os indivíduos que têm menor medo do crime confiam mais na polícia do que os que têm mais medo do crime. Não obstante, esta relação foi influenciada pela perspetiva de qualidade de vida e pela confiança nos vizinhos no sentido em que quanto mais altas estas variáveis, maior a confiança na polícia.

CAPÍTULO II – Estudo Empírico (Metodologia)

1. Objetivos

De uma forma geral procura-se de forma exploratória caracterizar a importância relativa dos preditores que a literatura científica releva como explicação do sentimento de insegurança e das atitudes em relação à polícia no meio urbano e o no meio rural. Assim, determinaram-se os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Explorar a relação entre sentimento de insegurança e as atitudes dos residentes em relação à polícia em ambiente urbano e ambiente rural.

Em Portugal são escassos os estudos sobre o tema no ambiente rural (apenas um de Leal, 2010) pelo que se optou pela utilização de metodologia mista (qualitativa e quantitativa), designadamente a aplicação da entrevista e do inquérito. Assim, na medida em que as razões para a escolha da entrevista, devem ser formuladas de forma explícita antes das entrevistas serem conduzidas (Kvale, 1996), a opção pela sua introdução na metodologia prende-se, por um lado, com o pouco que se conhece sobre o tema em ambiente rural e, por outro lado, com o facto de a linguagem ser o meio para apresentar descrições, explicações e avaliações sobre qualquer aspeto da vivência do indivíduo, na medida em que ela possui poder no esclarecimento de significados e de dialogar com as pessoas de modo a perceber o seu ponto de vista (Kvale & Brinkmann, 2009; Legard, Keegan & Ward, 2003). Concomitantemente, a informação recolhida com este instrumento poderia enriquecer a construção do questionário a aplicar em ambos os ambientes. Por sua vez, a metodologia quantitativa permitiu investigar a relação entre as variáveis dependentes e as independentes assim como explorar nos dois contextos os preditores das variáveis dependentes deste estudo. Face ao exposto definiram-se os seguintes objetivos específicos:

Objetivos Específicos:

Estudo Qualitativo

- 1) Explorar a forma como os indivíduos descrevem e caracterizam as suas áreas de residência em ambiente rural.
- 2) Explorar as relações sociais com a vizinhança na área de residência em ambiente rural.
- 3) Explorar a perceção dos residentes sobre problemas e insegurança na sua área de residência e a forma como estes são experienciados pelos indivíduos, em ambiente rural.

4) Explorar a percepção dos residentes sobre a polícia na sua área de residência em ambiente rural.

Estudo Quantitativo

5) Verificar se existem diferenças entre ambiente rural e urbano, no que diz respeito às diferentes variáveis dependentes (medo do crime, risco percebido de vitimação, satisfação com a polícia na área de residência, confiança na polícia e eficácia da polícia) e independentes chave, designadamente sociodemográficas (género, idade, escolaridade, estatuto socioeconómico), policiais (satisfação geral, visibilidade, justiça distributiva, satisfação dos contactos), contextuais da área de residência (desordens sociais e físicas, eficácia colectiva, vinculação, laços sociais, confiança social e equipamentos) e vitimação.

6) Analisar, em cada ambiente (rural e urbano), de que forma aquelas variáveis independentes se relacionam com as variáveis dependentes.

7) Analisar a relação entre as variáveis dependentes em ambiente rural e urbano, assumindo-se que os indivíduos que estão menos satisfeitos com a polícia na sua área de residência, confiam menos nela e percebem-na como menos eficaz, apresentam maiores níveis de medo do crime, risco percebido de vitimação e comportamentos de segurança.

8) Verificar se existem diferenças entre ambientes (rural e urbano), no que diz respeito aos preditores das variáveis dependentes em estudo, designadamente sentimento de insegurança (medo do crime, risco percebido de vitimação e comportamentos de segurança) e atitudes relativamente à polícia (satisfação com a polícia na área de residência, confiança na polícia e eficácia da polícia).

2. Caracterização e desenho do estudo

O presente trabalho caracteriza-se por ser um estudo exploratório com utilização de metodologias mistas. Assim, insere-se no âmbito da investigação qualitativa e quantitativa, considerando que a recolha de informação objecto de análise foi efectuada, inicialmente, através da entrevista semi-estruturada e, posteriormente, por aplicação de um questionário.

Na parte qualitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas entre os meses de dezembro de 2017 e março de 2018. No que diz respeito à parte quantitativa, realizou-se estudo transversal, uma vez que, por um lado, se pretendeu averiguar associações entre variáveis e, por outro lado, todos os dados foram obtidos num determinado momento temporal, designadamente maio de 2018.

3. Amostra

A população alvo para o presente estudo foi delimitada por indivíduos com idades iguais ou superiores a 18 anos, da região norte de Portugal, nomeadamente: (i) Concelho do Porto para ambiente urbano e (ii) freguesias classificadas como rurais dos Concelhos de Boticas e Paredes para ambiente rural.

Relativamente à entrevista semiestruturada, a estratégia de amostragem foi por conveniência. Neste sentido, foram realizadas cinco entrevistas nas aldeias das freguesias de Alturas do Barroso, Cerdedo, Dornelas e Pinho, situadas no Concelho de Boticas, que pertence ao distrito de Vila Real, e quatro entrevistas na aldeia da freguesia de Aguiar de Sousa, situada no Concelho de Paredes, que pertence ao distrito do Porto, num total de seis mulheres e três homens.

No que diz respeito à aplicação dos inquéritos, uma vez que é um estudo exploratório optou-se por uma amostragem accidental e portanto não-probabilística, tendo sido seleccionada com base em critérios de facilidade e conveniência, não havendo outro critério a priori para aplicação dos mesmos que não fosse os indivíduos serem maiores de idade e consentirem em participar. No que concerne ao ambiente urbano, os inquéritos foram distribuídos maioritariamente na Cidade do Porto e, no ambiente rural, nas aldeias supra identificadas.

Foram distribuídos 220 inquéritos. Após a sua recolha, observou-se que 5 não entregaram e 7 não responderam a grande parte das perguntas, pelo que foram eliminados. Assim, obteve-se uma amostra final constituída por um total de 208 indivíduos, com distribuição e caracterização definida no capítulo da descrição dos resultados.

4. Entrevista Semiestruturada

A entrevista semiestruturada implica uma combinação entre estrutura, por via da elaboração do guião de entrevista com as questões centrais a realizar, e flexibilidade, através da não obrigatoriedade de colocar, no decorrer da entrevista, os tópicos e questões de forma ordenada, mas antes em função do discurso do entrevistado. Ou seja, combina de forma hábil a estrutura com a flexibilidade. Optou-se assim, pela entrevista do tipo semiestruturada como instrumento do método qualitativo, uma vez que permite uma estrutura para a condução da entrevista e simultaneamente a flexibilidade necessária para adaptação e/ou alteração da ordem das questões.

Na medida em que as amostras são pequenas e individuais, um dos problemas que surge pela utilização da entrevista é o da agregação e generalização das respostas. Assim e seguindo

Legard, Keegan & Ward (2003) de que o entrevistador dever colocar questões abertas e claras, bem como evitar questões que influenciem de algum modo o sujeito adotou-se a estrutura ilustrada na tabela 1 para as dimensões e subdimensões que se pretende analisar. Por outro lado, considerando que estas podem ser atingidas através da combinação de questões de mapeamento e questões de exploração de conteúdo (Kvale, 2009) e considerando igualmente a necessidade de redirecionar a atenção do sujeito para o que se pretende, através de questões de recentração (Legard, Keegan & Ward, 2003) construiu-se ainda o guião de entrevista, em Anexo B, mais detalhado.

Por último, importa explicar que a razão subjacente às dimensões escolhidas se fundamentou nos fenómenos em estudo (sentimento de insegurança e perceção sobre a polícia). Assim, considerando a natureza exploratória, pretendeu-se, em primeiro lugar, e numa pergunta mais geral e aberta, conhecer a forma como os entrevistados descrevem, delimitam e experienciam a sua área de residência, bem como as suas rotinas diárias (1ª dimensão). Esta dimensão permite-nos fazer um enquadramento das restantes dimensões da entrevista nos contextos de residência e quotidianos dos entrevistados do meio rural, bem como centrá-los na entrevista. A 2ª, 3ª, 4ª e 5ª dimensões foram escolhidas, a fim de se explorar de forma mais detalhada a forma como os indivíduos se ligam e percecionam o contexto da área de residência, no âmbito das variáveis descritas na revisão da literatura no primeiro capítulo. Ou seja, conhecer os problemas percecionados pelos indivíduos, na sua área de residência, como estes se relacionam com os outros residentes e com a própria área de residência, bem como percecionam a segurança e veem a polícia na sua área de residência. A informação destas dimensões para além de permitir enriquecer a construção do questionário, permitiu integrar com a informação recolhida nos inquéritos. Por último, uma nota sobre a 4ª dimensão é necessária, já que a mesma teve mais um papel de ‘*backup*’, na eventualidade de que o fenómeno de insegurança não surgisse na descrição dos problemas da área de residência e, desta forma, se conseguisse aceder ao sentimento de insegurança dos indivíduos e relacioná-los com as dimensões anteriormente descritas.

Tabela 1 – Estruturação das dimensões a abordar na entrevista.

Dimensão	Subdimensões	Questões gerais
I. Caracterização da Área de Residência	Delimitação Principais características Rotinas diárias	Fale-me do lugar onde vive e da sua área de residência: - Características; - Delimitação; - Serviços; - Rotinas diárias;

II. Vizinhança	Laços Sociais Sentimento da pertença Diferenças geracionais Controlo social informal	Fale-me sobre os seus vizinhos e a sua relação com eles: - Características; - O que valoriza; - Confiança; - Relacionamento entre vizinhos.
III. Problemas na Área de Residência	Desordens Físicas Desordens Sociais Reputação das zonas Vinculação com a área de residência	Fale-me sobre a sua área de residência (problemas): - Problemas identificados (explorar as desordens); - O que gosta e o que não gosta; - Descrição de uma zona ideal.
IV. Insegurança	Experiências de vitimação Insegurança (definição / motivo de insegurança e comportamentos adotados)	Fale-me sobre o que o faz sentir-se (in)seguro: - Contextos / situações; - Experiência de vitimação ou conhecimento de outrem; - O que entende por insegurança; - Medidas / comportamentos adotados.
V. Polícia e Intervenções	O que gostaria que houvesse na área de residência Perceção sobre a polícia e o seu trabalho.	Fale-me sobre o que gostaria de pedir para a sua área de residência: - Âmbito geral e ao nível da segurança; - Experiências e satisfação com a Polícia.

5. Inquérito – Variáveis e sua operacionalização

A construção do questionário aplicado resultou da conjuntura entre a informação proveniente das entrevistas, da seleção de determinados itens específicos do European Social Survey ronda 5 (ESS5, 2010) e de questionários habitualmente utilizados e aplicados pela Escola de Criminologia, no âmbito dos estudos desenvolvidos pelo Observatório Local de Segurança. De seguida, definem-se as variáveis dependentes, que se pretende explicar e as principais variáveis independentes, que se pretende medir e que influenciam as variáveis dependentes.

5.1. Definição das variáveis dependentes e independentes

5.1.1. Variáveis dependentes

Sentimento de Insegurança: Medo do crime, risco percebido e comportamentos de segurança.

Atitudes em relação à Polícia: Satisfação com a polícia na área de residência, confiança na polícia e eficácia da polícia.

5.1.2. Variáveis independentes

Sociodemográficas: Género, idade, estatuto socioeconómico e escolaridade.

Insegurança objectiva e polícia: vitimação (prevalência), satisfação geral com a polícia, visibilidade da polícia, justiça distributiva da polícia e satisfação dos contactos com a polícia.

Contextuais (área de residência): Desordens físicas e sociais, volume de crime percebido, eficácia colectiva (coesão social e controlo social informal), vinculação à área de residência, laços sociais, confiança geral nas pessoas, equipamentos e tipo de ambiente.

5.2. Operacionalização das variáveis

5.2.1. Variáveis dependentes

As tabelas 2 e 3 apresentam a operacionalização das variáveis dependentes do estudo.

Sentimento de Insegurança

Tabela 2 – Operacionalização do sentimento de insegurança.

Variável	Itens	Escala
Medo do crime (componente emocional)	GRUPO II – Pergunta 13 - Como se sente quando caminha sozinho na sua zona de residência, durante o dia? - Como se sente quando caminha sozinho na sua zona de residência, depois de escurecer? - Como se sente quando está sozinho na sua casa durante o dia? - Como se sente quando está sozinho na sua casa depois de escurecer? - Como é que sente quando vê alguém desconhecido (a pé ou de carro) na sua zona de residência	1 (muito inseguro) a 5 (muito seguro)
Risco percebido (componente cognitiva)	GRUPO II – Pergunta 14 - Pensa que poderá ser vítima de roubo sem violência, durante o próximo ano? - Pensa que poderá ser vítima de roubo com violência, durante o próximo ano? - Pensa que a sua casa poderá ser assaltada durante o próximo ano?	1 (nada provável) a 5 (muito provável)
Comportamentos de (a) evitamento, (b) protecção, ou (c) autodefesa (componente comportamental)	GRUPO II – Pergunta 15 (a) - Evita contactos com determinadas pessoas? - Evita determinadas ruas ou sítios? - Evita sair à noite? (b) - Tem fechaduras de segurança ou alarmes na habitação? - Quando se ausenta de casa por 2 ou mais dias pede aos vizinhos para a vigiarem? - Costuma deixar uma luz acesa quando sai à noite? - Tranca a porta de casa quando sai? (c) - Pratica desportos de defesa pessoal? - Tem armas de defesa pessoal?	1 (Sim) e 2 (não)

As questões propostas para medir estas três dimensões são as habitualmente aplicadas pelo questionário da Escola de Criminologia, porém considerando que as entrevistas revelaram que a presença, na área de residência, de pessoas estranhas à comunidade poderia ser um fator desencadeador de medo, optou-se por acrescentar uma questão (último item da pergunta 13 do Grupo II), na parte relativa à componente emocional. Concomitantemente, em alguns casos das entrevistas, houve uma mudança de comportamento no que diz a trancar a porta de casa por razões de segurança. Habitualmente os residentes referem não trancar a porta de casa, mesmo quando saem, porém, alguns indivíduos relataram que, por motivos de segurança, passaram a fazê-lo. Neste sentido acrescentou-se um item (último da alínea (b) da pergunta 15 do Grupo II) relativo a esta situação, na componente comportamental.

Atitudes em relação à polícia

Tabela 3 – Operacionalização das atitudes em relação à polícia.

Variável	Itens	Escala
Satisfação com a polícia na área de residência	GRUPO II – Pergunta 12 - Em que medida concorda ou discorda (...) A polícia faz um bom trabalho nesta zona. - Em que medida concorda ou discorda (...) Nesta zona a polícia consegue controlar o crime.	1 (Discordo plenamente) a 5 (Concordo plenamente)
Confiança na polícia	GRUPO III – Pergunta 30 - Diga-me, por favor, qual a sua confiança na polícia	0 (Não tenho nenhuma confiança) a 10 (Tenho toda a confiança)
Eficácia da polícia	GRUPO III – Pergunta 34 - Quão bem considera que a polícia (...) Combate à criminalidade violenta. - Quão bem considera que a polícia (...) Apoio a vítimas e testemunhas de crime. - Quão bem considera que a polícia (...) Combate ao tráfico de droga. - Quão bem considera que a polícia (...) Resposta a emergências e acidentes. - Quão bem considera que a polícia (...) Disponibilidade de assistência em geral. - Quão bem considera que a polícia (...) Existência de Policiamento visível. - Quão bem considera que a polícia (...) Esforços de prevenção da criminalidade. - Quão bem considera que a polícia (...) Interação com os cidadãos.	1 (Tem realizado muito mal) a 5 (Tem realizado muito bem)

5.2.2. Variáveis independentes

As tabelas que se seguem fazem a descrição da operacionalização das variáveis independentes. Para o efeito foram divididas em três grupos: Sociodemográficas, Insegurança objetiva e Polícia e por último Contextuais (área de residência).

Sociodemográficas

Tabela 4 – Operacionalização das variáveis sociodemográficas.

Variável	Itens	Escala
Género	GRUPO I – Pergunta 1	1 - masculino e 2 - feminino
Idade	GRUPO I – Pergunta 2	Tratada como variável contínua
Estatuto Socioeconómico	GRUPO I – Pergunta 8 Pensando nos rendimentos do seu agregado familiar, diria que o seu rendimento familiar é	1 (Baixo) a 5 (Alto)
Escolaridade	GRUPO I – Pergunta 4 Os inquiridos foram perguntados sobre os anos de escolaridade concluídos, numa escala de 0 a 12, com uma décima quarta opção de “Curso Superior”, ao qual foi atribuído um score de 4.	Tratada como variável contínua, entre 0 e 16

Insegurança objectiva e polícia

Tabela 5 – Operacionalização da vitimação e das variáveis independentes relativas à polícia.

Variável	Itens	Escala
Vitimação	GRUPO II – Pergunta 19 Os indivíduos foram perguntados se, no último ano, haviam sido vítimas dos crimes descritos em baixo e com que frequência. Perguntou-se ainda, se, em caso afirmativo, o crime foi comunicado à Polícia e qual o seu grau de satisfação com que a polícia tratou da participação. As situações propostas de vitimação no último ano foram: - Roubo de algum objeto que estivesse no interior do seu veículo (...). - Roubo do seu veículo. - Alguém tentou roubar alguma coisa da sua casa. - Alguém roubou alguma coisa da sua casa. - Outro tipo de roubo sem ter havido violência da parte do assaltante. - Outro tipo de roubo com violência da parte do assaltante. - Ameaças de agressão. - Agressão.	1 (Sim) e 2 (não)
Satisfação geral com a polícia	GRUPO III – Pergunta 30 Tendo em consideração tudo o que é suposto a polícia fazer, diria que a polícia tem feito...	1 (um muito mau trabalho) a 5 (um muito bom trabalho)
Visibilidade da polícia	GRUPO II – Pergunta 18 - (...) com que frequência é que passa pela sua rua (...) um ou mais agentes da polícia a pé? - (...) com que frequência é que passa pela sua rua (...) um carro patrulha da polícia?	1 (Nunca) a 5 (Todos os dias)
Justiça distributiva	GRUPO III – Pergunta 35 Em que medida concorda ou discorda (...): - A polícia fornece a mesma qualidade de serviço a todos os cidadãos - A polícia é preconceituosa em relação a algumas pessoas - A polícia aplica a lei de forma consistente a todas as pessoas - A polícia garante que todos os cidadãos são tratados como merecem à luz da lei	1 (Discordo plenamente) a 5 (Concordo plenamente)
Contactos com a polícia	GRUPO III – Pergunta 27 Os indivíduos foram perguntados se, no último ano, haviam tido algum dos tipos de contacto descritos em baixo, com a polícia, e, se sim, qual o grau de satisfação com esse contacto: - Pedi informação à polícia - A polícia pediu-me informações - Contactei a polícia por ter sido vítima de um crime - Contactei a polícia para reportar um crime - A polícia chamou-me à atenção - A polícia pediu-me um documento de identificação - Fui abordado pela polícia na resolução de um conflito - Tive contacto com a polícia numa formação na minha escola ou zona de residência - Outra situação, qual?	0 (Não) e de 1 (Sim e fiquei muito insatisfeito) a 5 (Sim e fiquei muito satisfeito)

Contextuais (área de residência)

Tabela 6 – Operacionalização das variáveis relacionadas com a área de residência.

Variável	Itens	Escala
Desordens físicas e sociais	GRUPO II – Pergunta 9 Gostaria que me desse a sua opinião sobre a frequência dos seguintes fenómenos na sua zona de residência - Desordens sociais (alcoolismo, arrumadores, barulho à noite, cães de raças perigosas, consumo de drogas, desemprego, discussão violenta entre vizinhos, gangues de jovens, imigração, prostituição, sem abrigo ou mendicância e estranhos - desconhecidos -) - Desordens físicas (degradação de espaços públicos, terrenos baldios ou vegetação não cuidada, estacionamento, iluminação pública, grafites, habitações devolutas e lixo espalhado pelo chão). - Cinco itens de natureza criminal foi acrescentado a esta lista (agressões, roubos, tráfico de drogas, uso de armas e vandalismo).	1 (Nada frequente) a 5 (Muito frequente)
Criminalidade percebida	GRUPO II – Pergunta 10 (...) na sua opinião, durante o último ano e na sua zona de residência, o crime:	1 (Diminuiu) a 3 (Aumentou)
Coesão social	GRUPO II – Pergunta 26 Qual seria a probabilidade de cada uma das seguintes afirmações? - Os vizinhos da zona onde resido estão predispostos a ajudar-se uns aos outros. - Em caso de doença, a minha família poderia contar com o apoio dos vizinhos. - Se estivesse sozinho(a) e a precisar de ajuda, poderia pedir aos meus vizinhos.	1 (Nada provável) a 5 (Muito provável)
Controlo social informal	GRUPO II – Pergunta 23 (...) gostava de saber a sua opinião em relação a cada uma das seguintes situações se elas acontecessem na sua zona de residência: - Um adolescente está a fazer grafittis/pinturas numa parede da zona onde o Sr.(a) mora. Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos se dirige a ele e diz-lhe para parar. - Alguém na sua área de residência despeja lixo na rua da zona onde o Sr.(a) mora. Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos se dirige a ele e lhe pede para limpar o que sujou. - Um estranho com aspeto suspeito anda a rondar a zona onde o Sr.(a) mora. Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos avisa os outros moradores para estarem alerta. - Um jovem ou grupo de jovens está a tratar desrespeitosamente pessoas que passam na zona onde o Sr.(a) mora. Com que probabilidade é que um dos seus vizinhos os tenta impedir. - Se ocorrer qualquer uma das situações acima referidas, qual a probabilidade de um dos seus vizinhos chamar a polícia.	1 (Nada provável) a 5 (Muito provável)
Vinculação à área de residência	GRUPO II – 1ª parte da Pergunta 24 Em relação à forma como se sente na sua zona de residência: - Penso que a minha zona de residência é um bom local para se viver. - Sinto-me em casa nesta zona de residência. - Para mim é muito importante viver nesta zona de residência. - Espero viver nesta zona de residência durante muito tempo.	1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente)
Laços sociais	GRUPO II – 2ª parte da Pergunta 24 - As pessoas da minha zona de residência partilham os mesmos valores. - Confio nos meus vizinhos. - Os residentes trabalham em conjunto para resolverem os problemas da minha zona de residência.	1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente)

	- Os residentes participam na identificação dos problemas da minha zona de residência.	
Confiança geral nas pessoas	GRUPO II – Pergunta 27 - De uma forma geral, acha que todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas ou acha que se pode confiar na maioria das pessoas?	0 (Todo o cuidado é pouco) a 10 (A maioria das pessoas é de confiança)
	GRUPO II – Pergunta 28 - Acha que a maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de si sempre que pode, ou pensa que a maior parte das pessoas é honesta?	0 (A maior parte das pessoas tenta aproveitar-se de mim) a 10 (A maior parte das pessoas é honesta)
	GRUPO II – Perguntas 29 - Acha que, na maior parte das vezes, as pessoas estão preocupadas com elas próprias ou acha que tentam ajudar os outros?	0 (As pessoas estão preocupadas com elas próprias) a 10 (As pessoas tentam ajudar os outros)
Equipamentos	GRUPO II – Pergunta 20 (...) Como é que acha que a sua zona de residência está equipada em termos de: - Comércio (Supermercados, Lojas, Farmácias,... - Locais de lazer (Cafés, Cinemas, Parques Infantis, Jardins,... - Ensino. - Saúde. - Polícia. - Serviços (correios, Bancos,...). - Transportes colectivos.	1 (Muito Mal Equipada) a 5 (Muito Bem Equipada)
Ambiente	GRUPO I – Pergunta 6 Qual a frase que melhor descreve o sítio onde vive actualmente?	1 (Uma grande cidade); 2 (Os subúrbios ou arredores de uma grande cidade); 3 (Uma vila ou uma pequena cidade) e 4 (Uma aldeia ou casa no campo)

Relativamente à variável ambiente, a soma dos indivíduos que optaram pelas respostas 1 a 3, constituiu a amostra do ambiente urbano e os indivíduos que escolheram a opção 4, determinou a do ambiente rural, pelo que a variável foi tratada como 1 - ambiente rural e 2 - ambiente urbano.

6. Procedimentos

6.1. Processo de recolha de dados

De acordo com os objectivos da presente investigação, o primeiro instrumento aplicado foi a entrevista semiestruturada. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente com o entrevistado, ou seja, sem que o mesmo se encontrasse acompanhado. Inicialmente, o entrevistado foi informado do propósito do estudo, da garantia do seu anonimato e confidencialidade (na medida em que não ficou registado o seu nome e as entrevistas foram numeradas), que poderia desistir em qualquer altura e que o processo se desenrolaria por perguntas e respostas, sendo que estas últimas eram da sua opinião e que não existiam respostas certas ou erradas. De seguida, perguntou-se se se poderia dar início à entrevista e se se poderia ligar o gravador, para posterior transcrição. Por último e seguindo Legard, Keegan

& Ward (2003), durante a entrevista procurou-se dar tempo para responder e regular o seu andamento, bem como utilizar um tom de voz e linguagem corporal adequados (e.g. naturalidade, evitar gestos inadequados como cruzamento de braços, movimentos discretos de concordância com a cabeça que transmitam interesse).

Relativamente aos inquéritos, os mesmos foram de auto-preenchimento, porém, sempre que solicitado pelo indivíduo, em razão de ter dificuldade de preenchimento dos mesmos (e.g. deficiência física, ver mal, não saber ler) os mesmos efectuaram-se por entrevista pessoal. Não obstante, todos os inquiridos foram informados do objetivo do questionário, do uso exclusivo dos dados para efeitos da investigação científica e da garantia do seu anonimato e confidencialidade. A fim de garantir esta confidencialidade, o questionário foi entregue dentro de um envelope, para que, no final, aquele fosse introduzido novamente no envelope e devidamente selado pelo respondente.

6.2. Processo de análise dos dados

6.2.1. Análise do conteúdo

Seguindo (Braun & Clarke, 2006), na análise das entrevistas procurou-se identificar, analisar e reportar padrões (ou temas) nos dados, relativamente às dimensões e subdimensões previamente definidas.

Assim e de acordo com Daftary & Craig (2018), inicialmente, após a realização das entrevistas fez-se a sua transcrição, dando-se igualmente atenção a reações emocionais ou tom de conversa (pese embora não se tenha vislumbrado alguma merecedora de referência para o presente estudo). Posteriormente, através de uma leitura atenta e repetitiva (quando necessário), houve uma familiarização com o conteúdo e realizaram-se resumos sobre as ideias fundamentais. O terceiro passo foi o da codificação. Isto é, os dados foram classificados e divididos em segmentos menores. Este processo foi realizado manualmente, sem recurso a algum programa de análise. De uma forma geral, a codificação pode ser aberta (baseada em ideias emergentes do texto), ou fechada (sustentada em ideias desenvolvidas dentro da revisão da literatura), e, no nosso caso, considerando que se pretendia explorar as dimensões previamente estabelecidas, optou-se por uma codificação fechada, porém, a fim se possibilitar a inclusão de ideias emergentes do próprio conteúdo utilizou-se igualmente uma codificação aberta. Por último, os excertos das entrevistas foram associados aos códigos, verificando-se, em alguns casos, dupla associação, já que aqueles eram adequados a mais do que um código. Finalmente, os códigos que descreviam conceitos ou ideias semelhantes e de

interesse para os objectivos do presente estudo foram agrupados nas categorias em análise, com vista à demonstração dos resultados.

6.2.2 Análise estatística

No procedimento estatístico, os dados foram tratados a partir do software IBM SPSS Statistics 24 e, num primeiro momento, foi testada a normalidade das variáveis em estudo, através de testes de Kolmogorov-Smirnov, tendo-se concluído que as mesmas não seguem uma distribuição normal. De seguida, a análise dos dados consistiu em procedimentos de estatística descritiva e estatística inferencial.

Assim, para a análise descritiva, foram utilizadas a amplitude (valores mínimos e máximos) e média como medidas de localização central, e o desvio-padrão como medida de dispersão. No caso de variáveis qualitativas (e.g. género), foram utilizadas percentagens. Algumas variáveis foram medidas por mais de um item e, uma vez que se pretendia a construção de um índice da dimensão, testou-se a consistência interna dos diferentes conjuntos de itens, utilizando-se a medida do alfa (α) de Cronbach.

Relativamente à análise inferencial, considerando que os dados não seguem uma distribuição normal, utilizaram-se testes não paramétricos, designadamente o Teste U de Mann-Whitney, a fim de se comparar os dois tipos de ambiente, e o Coeficiente de Spearman, para medir as associações entre variáveis (coeficientes de correlação). Ainda, na comparação entre ambientes, o Teste do Qui-quadrado foi utilizado, no caso das variáveis qualitativas. Por último, aplicaram-se Modelos de Regressão Linear, para estimar modelos de previsão e compreender quais as variáveis independentes que influenciam as variáveis dependentes.

Importa ainda referir que, dada a natureza do presente estudo (analisar diferenças entre ambiente rural e ambiente urbano), optou-se por suprimir a informação relativa à amostra geral, salvo na descrição das variáveis sociodemográficas, expondo-se, apenas, a informação da amostra por ambiente.

CAPÍTULO III – Estudo Empírico (Resultados)

1. Análise do conteúdo das entrevistas

1.1. Caracterização da área de residência

1.1.1. Características físicas

Da descrição efetuada por todos os entrevistados, apurou-se que os indivíduos delimitam a sua área de residência através dos acidentes naturais como rio, serra, pinhal e estradas presentes nos lugares onde moram. Ao nível da área de residência as mesmas caracterizam-se por campos de agricultura, arvoredos diversos, locais de pastoreio, caminhos estreitos, algumas casas fechadas (normalmente de emigrantes ou pessoas falecidas) e isolamento geográfico de outras zonas (aldeias, vilas e cidades). Apontaram igualmente como característica típica a construção em granito.

“Assim pequenina e depois ali à volta é Serra, mata e pinheiro bravo (...)”

(Mulher, 30 anos)

“É uma aldeia como tantas outras aqui, pequena, (...) construída a granito.”

(Mulher, 49 anos)

1.1.2. Características sociais e rotinas

Todos os entrevistados são naturais de ambiente rural e à exceção de dois entrevistados, que reportaram morar nos seus locais há 5 e há 15 anos, todos os outros indicaram que residem nas respectivas aldeias desde que nasceram. Ao nível social, à exceção de uma outra entrevistada (64 anos), todos os outros referiram que, de uma forma geral, toda a gente se conhece e todos indicaram que as aldeias têm pouca população, com tendência a decrescer e que a existente é maioritariamente idosa. Uma das entrevistadas (41 anos) explicou que os idosos trabalham na agricultura, enquanto os indivíduos de idade média trabalham fora (porém, como se verá a seguir nas rotinas diárias, a maior parte dos indivíduos desta faixa etária, para além do seu emprego, também trabalha no campo). Outra entrevistada indicou ainda que os mais novos vão para a escola estudar, não trabalham o campo e não sociabilizam da mesma forma que os mais antigos, todavia justifica esta situação com o facto dos mais jovens não terem indivíduos da mesma idade com quem o fazer.

“É uma aldeia tem 32, 33 habitantes, maioritariamente idosos, a única criança que tem é a minha, depois há outros miúdos um tem 17 outro tem 19 (...) Eu quando era pequena brincava na rua, jogávamos à bola (...) a minha filha, apesar de estar numa aldeia já não pode ter esse tipo de infância, porque ela não tem com quem brincar como eu.”

(Mulher, 41 anos)

“Todos se conhecem, quando andamos na rua e vemos alguém cumprimentamos (...)”

(Homem, 53 anos)

“A gente mais da minha geração trabalhamos fora, mas a gente mais antiga trabalha na agricultura (...)”

(Mulher, 49 anos)

À exceção de três entrevistadas (21 anos, estudante; 41 anos e 71 anos, reformada), os restantes explicaram que as rotinas consistem em levantar cedo, tratar dos animais, tomar o pequeno-almoço, arrancar para o trabalho (fora da área de residência), regressar no final da tarde, nova rotina nos animais e/ou agricultura e recomeça no dia seguinte. À exceção de três entrevistados (mulher, 21 anos; homem, 54 anos e mulher 71 anos), os outros disseram ter carro e preferir o deslocamento através deste, na medida em que são mais independentes. Do exposto, verifica-se que a agricultura não é o único meio de subsistência e que existe uma preferência clara pela utilização de viatura própria em detrimento dos transportes públicos.

“Atualmente, de manhã, tenho os animais, depois saio para o meu trabalho sossegadinha e não tenho que me preocupar (...) Depois regresso a casa. Continuo nas minhas voltinhas (...)”

(Mulher, 30 anos)

“Em carro próprio. O carro nas nossas aldeias é, temos que ter (...), somos muito mais independentes, podemos ir e vir à hora que queremos.”

(Mulher, 49 anos)

1.1.3. Serviços e transportes

Ao nível de serviços, à exceção de dois entrevistados que habitam numa zona mais periférica das aldeias e mais próxima do centro do Concelho, os restantes referiram que as aldeias estão desprovidas (no caso das aldeias de Boticas), ou têm muito poucos, designadamente dois cafés e um supermercado (na aldeia de Aguiar de Sousa). Por outro lado, indicaram que os serviços disponíveis, como Escola, Supermercado, Café, Correios, Bombeiros, Finanças, Centro de Saúde e Bancos concentram-se em zonas centrais do Concelho em que estão inseridos.

“Nós aqui não temos nada, temos um supermercado, é grande tem mercearia, tem roupa tem carne tem peixe tem tudo. Temos um café e um tasco, pronto à noite geralmente é pouca coisa.”

(Homem, 53 anos)

“Na aldeia em si, não há nada, nem café, mas depois tens Monte Alegre, que são 16Km, tens tudo. Tens Centro de Saúde, tens Câmara, tens as Finanças, tens correios, tens bancos, tudo que é serviços normais.”

(Homem, 54 anos)

Ao nível da mobilidade, de uma forma geral, os entrevistados indicaram existir poucos transportes públicos, nomeadamente os autocarros. Descreveram que geralmente 2 a 3 por dia que percorrem as aldeias do Concelho e/ou para transporte com destino a outras regiões. Este aspeto foi referido com desagrado e descontentamento, porém, sete deles, descrevem compreender a situação, em função da pouca população que lhes dá uso, uma vez que a maior parte tem carro e prefere usá-lo (como verificado nas rotinas).

“Em termos de transportes, geralmente temos um autocarro para Chaves, Vila Real. Hoje praticamente toda a gente tem carro e todos nós temos carro e é assim.”

(Homem, 54 anos)

“(...) transportes públicos está fraco mas as pessoas têm carro. (...) não há camionetas, mas também acho que a que vai de manhã também vai vazia. As pessoas habituam-se um bocado a utilizar os carros.”

(Mulher, 64 anos)

É importante referir porém, que um dos entrevistados indicou que esta escolha não é uma consequência de haver poucos transportes, mas por outro lado, a preferência pelo uso de viatura própria é que parece contribuir para a existência de menos transportes públicos.

“como é que uma empresa vai pôr aqui uma camioneta a andar meia dúzia de vezes por dia e vai a S. Pedro ou vai a Requerei e durante o dia só transporta meia dúzia de pessoas.”

(Homem, 53 anos)

1.1.4. Problemas gerais reportados

Quatro residentes identificaram a falta de população, bem como a sua contínua diminuição e o seu envelhecimento como preocupante por não ajudar ao desenvolvimento. Dois residentes mencionaram alguns problemas relacionadas com falta de desenvolvimento da zona e construções em desarmonia com a aldeia. Uma entrevistada (64 anos) reportou também a atribuição de subsídios a pessoas aptas a trabalhar, mas que não trabalham, designadamente os mais jovens.

“(...) Temos muitos idosos e assim não temos nada porque a população é muito pouca. É pouca e não há desenvolvimento.”

(Homem, 53 anos)

“Havia de haver mais desenvolvimento (...) se nossa freguesia estivesse junta nós podíamos estar melhor, tínhamos mais desenvolvimento, um centro de dia, um centro de dia é o que mais falta faz em todo o lado.”

(Homem, 53 anos)

“Agora construíram ali assim o prédio em vez de ser umas vivendazinhas a condizer com aldeia, (...) Se me saísse o euromilhões comprava-o e deitava-o abaixo.”

(Mulher, 64 anos)

1.2. Vizinhança

1.2.1. Laços sociais, sentimento de pertença e coesão social

A vizinhança é a categoria que mais se destacou nas entrevistas, evidenciando laços sociais e coesão social muito fortes e vinculados. À exceção de uma entrevistada (64 anos), todos os outros indicaram que não só se dão bem entre eles e cumprimentam-se amigavelmente sempre que se veem, como se consideram uma família. De acordo com o discurso dos entrevistados, aquele forte sentido de integração social alicerça-se no facto de se conhecerem desde crianças e terem sido educados e crescido juntos. Um entrevistado (53 anos) referiu até que quando eram novos, era a trabalhar no campo que faziam a maior parte da socialização, fortalecendo assim os seus laços sociais. Acrescentou que esta característica já não se encontra nos mais jovens, uma vez que já não trabalham no campo. Outra característica fortemente evidenciada por oito dos entrevistados foi a confiança que expressam na vizinhança, a ponto de ser frequente as portas das habitações e dos carros ficarem abertas. Pese embora tudo o que foi descrito ser transversal a todas as gerações, parece haver uma diferença inter-geracional ao

nível da força destes laços sociais, onde, nos mais novos, aqueles se apresentam menos evidenciados, considerando que não existe tanta socialização, ou porque ficam em casa em actividades como computador, ou porque não têm indivíduos da mesma idade para conviver.

“Os vizinhos é como se fosse tudo uma família. É verdade, porque não fechamos portas, precisas de alguma coisa é só chamar, é como se fosse tudo família, muita confiança e à vontade.”

(Mulher, 30 anos)

“(...) de tarde íamos para a escola e de manhã íamos com as ovelhas para o monte, (...) convivíamos todos, os mais velhos e os mais novos (...) agora os mais novos, já não é assim. Vão estudar, já não convivem, depois vão para os trabalhos, chegam e metem-se nos computadores.”

(Homem, 53 anos)

“a minha filha, apesar de estar numa aldeia já não pode ter esse tipo de infância, porque ela não tem com quem brincar como eu.”

(Mulher, 41 anos)

Concomitantemente as características supra evidenciadas tornaram-se mais vincadas quando os indivíduos foram questionados pela eventual relação com os vizinhos em ambiente urbano, caso lá habitassem. Neste ponto foi unânime a falta de confiança, laços sociais e coesão social demonstrada. Os entrevistados demonstraram que, pese embora cumprimentassem os seus vizinhos, a sua relação não passaria disto.

“Pessoas desconhecidas, que nem bom dia dizem. Acho que são muito individualistas e muito egoístas. (...) nem se conhecem, no mesmo prédio há anos e não se conhecem.”

(Mulher, 41 anos)

“Não ia conhecer os meus vizinhos, ia ser um bocado estranho e é isso, não sei explicar... (...) Acho que quando saísse de casa ia ter a certeza que fechei mesmo a porta. Por exemplo, nós aqui, de vez em quando saímos e deixamos as portas abertas e não acontece nada. Na cidade temos que ter muito cuidado e nós não sabemos quem são os nossos vizinhos.”

(Mulher, 21 anos)

Quatro dos entrevistados relataram ainda que poderão existir esporadicamente problemas entre vizinhos, problemas estes maioritariamente relacionados com o acesso a recursos/propriedade, como água, caminhos, divisão de propriedade. Estas quezílias são muito raras, mas quando acontecem poderão conduzir a situações de violência.

“Claro que há sempre um caso ou outro que as pessoas não se entendem. (...) que não falam com o vizinho, que se zangaram com alguma razão, mas normalmente, hoje em dia, nem tanto (...).”

(Mulher, 41 anos)

“(...) mas também há desses casos. Há casos assim, mas isso (...) olhe de longe a longe, são casos que acontecem, na minha vida 2 ou 3 vezes na minha vida. Não são casos que se repetem anualmente. São situações, há mesmo uma situação do meu vizinho que matou um senhor na aldeia, isto há quase 20 anos. (...) Em relação a este caso da morte, são casos que acontecem. Passado 2, 3 anos, tudo esquece (...).”

(Mulher, 49 anos)

1.2.2. Controlo social informal

Uma nota igualmente de referência, por também se evidenciar, diz respeito ao controlo social informal. Pelo discurso de todos os entrevistados, desde os mais novos aos mais velhos, verificou-se uma preocupação em estar atento aos acontecimentos diários como indivíduos e situações estranhas e reportá-los aos vizinhos. Outra circunstância de referência é o “passa-palavra” que consiste não só naquele reporte, mas também em manter as pessoas informadas, principalmente os idosos, de potenciais situações de risco como burlas (ver igualmente os comportamentos de segurança no ponto 1.4.3.).

“O que valorizo é que eles estão lá, mesmo para quando a gente precisa (...) quando à noite chega, “passou fulano” ou “veio alguém bater à porta”. Dão sempre informações sobre o que se passa quando nós não estamos.”

(Mulher, 49 anos)

“Não, porque nós como somos um lugar muito pequeno, nós conhecemos todas as pessoas e quando vemos alguém que não é propriamente daqui ficamos um bocadinho de pé atrás. Desconfiamos um bocadinho e vamos passando a palavra (...) às vezes, as pessoas idosas ouvem na televisão, não percebem e quando encontram outra

peessoa, ou vão ao café ou ao supermercado, comentam e os mais jovens tentam passar a informação mais correta.”

(Mulher, 21 anos)

“Mas também já estão informados para terem cuidado, quem vem e quem são e o que fazem. (Quem é que os informou?) Nós, nós os da aldeia.”

(Mulher, 30 anos)

1.2.3. Vinculação à área de residência

Todos os entrevistados demonstraram ter uma forte vinculação à sua área de residência, uma vez que todos a consideraram como a zona ideal para morar. Maioritariamente, os motivos apresentados estão ligados ao sossego, à natureza e às pessoas. Aliás um dos entrevistados (53 anos) comentou que gostava de viver no sítio em que habitava, pois tinha lá os seus vizinhos.

“Gosto de tudo, das pessoas, da paz de espírito. A paz que a gente vive (...)”

(Mulher, 30 anos)

“(...) no verão está calor, dormes com a janela aberta e ouves as rãs, ouves os grilos, de manhã acordas com os pássaros ou com o galo. É fantástico.”

(Mulher, 41 anos)

“É a Natureza, é o vento, é o Sol, é os pássaros (...)”

(Mulher, 49 anos)

Esta vinculação densificou-se quando se solicitou uma descrição como seria viver na cidade. Não obstante de dois entrevistados (homem, 35 anos e mulher 49 anos) já terem vivido em ambiente urbano, as opiniões de todos foram unânimes relativamente à menor qualidade de vida derivada do que consideram que teriam no caso de viverem numa cidade: o stress diário, o barulho dos vizinhos e do trânsito, assim como a poluição.

“(...) ouves o vizinho de cima a ir à casa de banho, ouves a criança a berrar do vizinho do lado, já não estou habituada. E depois tens o barulho dos carros, o barulho dos comboios, o ruído natural da cidade.”

(Mulher, 41 anos)

“Tive em Lisboa e não gostei lá muito. Não é que desgostasse, mas era muito stress.”

(Homem, 35 anos)

1.3. Insegurança

1.3.1. Vitimação direta

Sete entrevistados referiram que nunca foram vítimas de crime e duas das entrevistadas descreveram situações de vitimação em que tiveram necessidade de chamar a GNR. Uma delas descreveu que um carro parou à frente dela e que não saía, porém não teve medo e foi uma situação esporádica, não tendo influenciado a sua rotina diária. A outra referiu que conhece o indivíduo e que é um caso recorrente derivado de algumas situações que aconteceram como dano na sua propriedade. Acrescentou que desconhece o motivo do indivíduo para tais atos e que actualmente as coisas já estão mais calmas, mas que durante aquele período sentia-se insegura a ponto de modificar a sua rotina, como evitar determinado caminho.

“Eu não tenho medo, mas também não saí fora do carro.”

(Mulher, 30 anos)

“Na altura sentia-me insegura sempre a ver quando cruzávamos na estrada ou no caminho (...) deixei de ir dar a minha caminhada de ir por aquele caminho.”

(Mulher, 64 anos)

1.3.2. Vitimação vicariante

Cinco dos entrevistados relataram já ter ouvido falar de algumas situações como tentativas de furto e burla, principalmente a pessoas idosas, na sua área de residência e que, normalmente, estas situações são perpetradas por pessoas exteriores à comunidade e são referidas como situações esporádicas. Uma entrevistada (71 anos) relatou ter tido conhecimento que a casa da sua sobrinha e também vizinha havia sido assaltada e que derivado dessa situação, hoje em dia tem um pouco mais de receio da vitimação.

“Seja pessoas desconhecidas, como ainda não vai há muito, para aí umas 3 semanas, um caso de burla que uns senhores da EDP se faziam passar por senhores da EDP, por agentes da EDP (...)”

(Mulher, 49 anos)

1.3.3. Criminalidade e desordens

Quatro entrevistados manifestaram ainda preocupação com os incêndios e a falta de punibilidade dos incendiários. Um entrevistado reportou ter conhecimento de alguma

criminalidade como furtos, violência doméstica, consumo de álcool associado a situações de agressividade, no entanto não pareceu constituir algo que interrompa a “normalidade” do quotidiano deste e que coloque problemas relativamente à insegurança percebida do mesmo. No que diz respeito às desordens percebidas, nenhum entrevistado referiu físicas e relativamente às sociais, um dos entrevistados identificou os comportamentos anti-sociais de outros indivíduos que conhece, designadamente o consumo de estupefacientes, porém, esta situação não constitui um problema.

“(...) e vai-se destruir anos e anos e anos de natureza, só porque recebi uns trocos e depois o fulano é apanhado e não lhe acontece nada.”

(Mulher, 41 anos)

“A maior parte da criminalidade aqui é incêndios florestais. É o mal daqui (...) Há alguns furtos, violências domésticas, mas nada de muito grave. (...) Eles chateiam-se, bebem uns copos e depois para combater o frio tratam-se mal. (...) Depois temos aquelas situações crónicas que são aqueles casais que é estes episódios todos os dias e já é o normal deles.”

(Homem, 35 anos)

“Mas há pessoal a consumir aí. (...) As pessoas que eu conheço que consomem, falo para elas praticamente na boa, mas mais nada do que isso.”

(Homem, 54 anos)

1.3.4. Perceção de insegurança e comportamentos de segurança

Pelas descrições dos entrevistados foi possível compreender que, de uma forma geral, entendem por segurança não ser vítima de crime e, à exceção de uma entrevistada (64 anos), sentiam-se seguros na zona onde habitam. Aquela entrevistada, apesar de já ter sido vítima, explicou que a insegurança que sente deve-se a pessoas novas que vão morar para a sua área de residência, uma vez que, paralelamente aos seus animais e agricultura, detém um estabelecimento para eventos em espaço rural e que receia por esse espaço.

“Andar na rua e não ser assaltada.”

(Mulher, 30 anos)

“100% tranquilo. Seguro. É verdade.”

(Mulher, 49 anos)

“Às vezes o complicado é as pessoas que vêm para cá morar, de fora, que a gente não conhece. Estão aí algumas, o ano passado, um episódio numa casa aí em baixo, não sei se tem origens ciganas não sei, havia assim um bocado de barulho, berravam, agora não tem havido nada, tenho algum receio (...) depende das origens e tenho isto tudo aqui, está tudo aberto é fácil entrar-me aqui, esconder-se aqui durante o dia ou durante a noite e durante a noite assaltarem-me e partir e estragarem. Se isto me acontecesse raramente iria pensar que foi uma pessoa de cá.”

(Mulher, 64 anos)

De facto, considerando o discurso de cinco entrevistados, a existir insegurança, a mesma vem de fora, da presença de estranhos (ou dos que foram para lá morar há pouco tempo, ou que estão de passagem). De acordo com alguns comportamentos adotados como mandar tiros para o ar, durante a noite, quando se avista algum carro estranho ou ligar a alguém pelo mesmo facto, demonstra um estado de alerta voltado para o exterior, pois os indivíduos caracterizam a vizinhança como próxima, de confinação e que conhecem bem, contrapondo com a presença de outros indivíduos que interrompem essa normalidade do quotidiano, gerando um estado de alerta e adoção de comportamento de segurança que são partilhados por todos. Outro comportamento de relevo foi descrito por duas entrevistadas como o facto de passar a fechar a porta à chave, o que anteriormente não faziam, uma derivado ao seu negócio e outra por vitimização vicariante.

“olha andava aí um carro se calhar é melhor avisar a GNR”

(Mulher, 41 anos)

“(...) de noite se alguém sentisse alguma coisa mandavam um tiro - Ui! Fulano tal deu um tiro, anda aí alguém de noite - pumba, os outros começavam todos a dar tiros para o ar (...) Para assustar os ladrões e alertar o povo.”

(Homem, 53 anos)

“Fecho as portas. Antes deixava tudo aberto, mas agora a gente tem um bocado mais de receio.”

(Mulher, 71 anos)

1.4. Polícia e Intervenções

1.4.1. Percepção sobre a polícia

No que diz respeito à Polícia, seis entrevistados relataram que a mesma está distante das habitações e tem pouca visibilidade, uma vez que é pouco frequente a sua presença nas zonas de residência, devido ao pouco efetivo que existe, e que quando é visível, acontece esporadicamente e em carro patrulha, justificando este aspeto com as distâncias que têm que ser percorridas. Esta presença da polícia surge mais em situações específicas, designadamente quando é solicitada ou quando é necessário notificar alguém para tribunal.

“Só vão em situações, por exemplo se alguém estiver para se apresentar em tribunal ou assim (...) Em viatura, a pé não. (...) Se de viatura não vão, a pé é que não vão mesmo.”

(Mulher, 30 anos)

“Nas aldeias, aqui não é costume a GNR passar.”

(Mulher, 49 anos)

Ao nível do trabalho desenvolvido, cinco revelaram pouca satisfação na polícia. Estas avaliações decorrem de situações que presenciaram e experienciaram, quer em situações em que foi chamada, quer nas situações da sua iniciativa. Consideraram-na, ainda, pouco importante na resolução de problemas na área de residência.

“Eles não prestam serviço nenhum (...) Não, não, nós já nem passamos cartão à Guarda, não precisamos da Guarda para nada.”

(Homem, 53 anos)

“Liguei à GNR e a única coisa que me disseram é - menina, mas que culpa é que nós temos que o carro a siga? - (...) Mas se tivesse precisado de auxílio, não tinha. (...) Aí foi um bocado mal. Falta de profissionalismo.”

(Mulher, 30 anos)

Dois entrevistados, pelo contrário, indicaram estarem satisfeitos com o trabalho da polícia, um por ter laços familiares com estes agentes de segurança, outro por estar satisfeito com os contatos que teve com a polícia. Uma outra entrevistada indicou que é importante a sua existência, na medida em que as pessoas se sentem mais seguras por saberem que eles estão lá, ainda que não os vejam com frequência.

“O meu irmão é GNR, portanto a minha relação é boa. O meu namorado também é GNR, portanto...”

(Mulher, 41 anos)

“Já parei várias vezes. (...) Fui bem tratado por eles. (...) Acho que o trabalho deles é 100%.”

(Homem, 54 anos)

“Mas é bom que haja, porque há pessoas que precisam que necessitam mesmo da presença, veem ali uma segurança. Eu não vejo isso como uma segurança.”

(Mulher, 30 anos)

1.4.2. Intervenção na área de residência

Nenhum dos entrevistados desejou alteração de alguma coisa por motivo de segurança. Haver habitantes foi o mais desejado (quatro entrevistados entre os 35 e os 53 anos), considerando o envelhecimento da população. Para além de percecionarem a desertificação, invocam motivos como gostariam de ter mais movimento, bem como companhia de pares para as crianças.

“(...) olha gostava que tivéssemos mais gente. (...) a minha filha, apesar de estar numa aldeia já não pode ter esse tipo de infância, porque ela não tem com quem brincar como eu. E isso é que me entristece um bocado. Bastava meia dúzia de casais da minha idade com filhos e era mais divertido.”

(Mulher, 41 anos)

“Precisava de mais de população, um pouquinho mais de movimento, não muito, porque se não depois também era muita confusão.”

(Homem, 35 anos)

Outras circunstâncias específicas também foram mencionadas, como mudar a lei para uma prevenção de incêndios (duas entrevistadas, 41 anos e 64 anos) e mais fiscalização dos beneficiários de rendimentos sociais (mulher, 64 anos), melhoramento das estradas (Homem, 35 anos) e mais apoio e incentivos para o desenvolvimento da agricultura (Homem, 53 anos).

“Vigiar, andar na serra a ver. Vigiar se há fogos, se há pessoas que andam a colocar fogo.”

(Mulher, 41 anos)

“A única coisa que nós podíamos pedir era para a agricultura. Incentivos, os novos estão em casa ao sábado e ao domingo, incentivá-los, manter tudo limpo e cultivar, ficava tudo bonito.”

(Homem, 53 anos)

Em suma, as aldeias são caracterizadas pelos entrevistados por estarem isoladas geograficamente, terem campos de agricultura e pastoreio e serem delimitadas por acidentes naturais como rio, serra e pinhal. Ao nível da área de residência, os caminhos são estreitos e os transportes públicos bem como os serviços disponíveis são muito poucos, como um café e supermercado. A densidade populacional é reduzida (com tendência a decrescer) e a existente é maioritariamente idosa. De uma forma geral, a subsistência não se cinge à agricultura, mas a uma conjuntura entre esta e um outro emprego fora da área de residência.

Maioritariamente, os indivíduos são residentes de longa duração (mais de 30 anos), conhecendo-se uns aos outros desde criança. Esta socialização levou a laços sociais e a uma coesão social extremamente fortes, a ponto de se considerarem uma família onde impera uma confiança densa entre todos, sendo costume deixar as portas das habitações abertas, mesmo quando ausentes de casa. Concomitantemente, verifica-se um elevado controlo social informal, na medida em que existe uma preocupação sobre informar os vizinhos (quando ausentes) sobre os acontecimentos do quotidiano, principalmente os mais idosos. Estas características aliadas ao gosto dos indivíduos pela zona onde residem, como sendo a zona ideal e consequentemente excluindo desde logo a hipótese de residência em meio urbano, result numa elevada integração social.

No que diz respeito à (in)segurança, foram reportadas experiências de vitimação direta e indireta, sendo que apenas esta conduziu a um resultado permanente, designadamente trancar a porta de casa, após sair dela. Alguma criminalidade foi descrita, nomeadamente furtos, violência doméstica e incêndios. Não obstante, estes problemas não afetaram o normal desenrolar do quotidiano dos residentes. Não foram apontadas desordens físicas percebidas e ao nível das sociais foi o consumo de estupefacientes e consumo de álcool. Assim e pelo exposto pelos entrevistados, de uma forma geral sentem-se seguros nas suas áreas de residência, porém a haver insegurança a mesma vem de fora da comunidade, do “Outro”, do “Estranho”.

Relativamente à perceção dos residentes sobre a polícia na área de residência, pese embora dois entrevistados estejam satisfeitos com a polícia, a maioria não está e considera que esta

tem pouca utilidade na resolução de problemas na área de residência. A possibilidade para esta situação parece ser a sua pouca visibilidade naquela zona. Assim e na medida que a maioria dos entrevistados se sente seguro na área de residência, parece que tem mais a ver com os fortes laços sociais e eficácia coletiva existente do que com a polícia.

2. Análise dos inquéritos

2.1. Descrição das variáveis e comparação entre ambientes rural e urbano

Neste subcapítulo, as variáveis foram agrupadas em quatro conjuntos para a sua descrição: variáveis sociodemográficas; variáveis relativas ao sentimento de insegurança (subjettiva e objetiva); variáveis relativas à polícia e variáveis relativas à área de residência. A sua descrição foi acompanhada da comparação entre ambiente rural e ambiente urbano de forma a salientar as diferenças entre estes dois contextos.

2.1.1. Variáveis sociodemográficas

A tabela 7 ilustra a distribuição das características sociodemográficas dos indivíduos que participaram no estudo. Como indicado anteriormente, dos 220 inquéritos distribuídos resultou um total de 208 questionários válidos para a constituição final da amostra.

TABELA 7: Descrição geral das variáveis sociodemográficas.

Variáveis	Descrição	Global				Rural				Urbano				Rural / Urbano
		N	%	X	SD	N	%	X	SD	N	%	X	SD	P*
Género	Homens	93	44.7	-	-	38	38.8	-	-	55	50	-	-	.104
	Mulheres	115	55.3	-	-	60	61.2	-	-	55	50	-	-	
Idade	Mín. 18 Máx. 83	208	-	46.47	15.76	98	-	47.98	15.79	110	-	45.13	15.69	.157
Estatuto Socioeconómico	Baixo	33	16.1	-	-	23	23.7	-	-	10	9.3	-	-	.000
	Médio Baixo	56	27.3	-	-	32	33.0	-	-	24	22.2	-	-	
	Médio	100	48.8	-	-	40	41.2	-	-	60	55.6	-	-	
	Médio Alto	14	6.8	-	-	1	1.0	-	-	13	12.0	-	-	
	Alto	2	1.0	-	-	1	1.0	-	-	1	0.9	-	-	

Situação Profissional	Desemprego	25	12.1	-	-	15	15.3	-	-	10	9.2	-	-	.257
	Outra	182	87.9	-	-	83	84.7	-	-	99	90.8	-	-	
Escolaridade (anos completos)	Mín. 0 Máx. 16	208	-	10.46	4.47	98	-	8.26	4.10	110	-	12.42	3.84	.000
Duração Habitação	Mín. 1 Máx. 77	206	-	29.23	20.57	96	-	36.83	20.69	110	-	22.59	18.10	.000

* significativo no nível 0,05

Como se pode observar, a percentagem entre género é relativamente equilibrada. Quando desagregada por tipo de ambiente (urbano e rural), o equilíbrio mantém-se em ambiente urbano (50% - 50%), havendo uma pequena diferença no ambiente rural, onde cerca de 39% são homens e 61% são mulheres, não sendo no entanto estatisticamente significativa.

A idade variou entre os 18 e os 83 anos, verificando-se, em ambiente rural, uma média de 48 anos e, em ambiente urbano, uma média de 45 anos. Esta diferença não foi estatisticamente significativa.

O estatuto socioeconómico contou com 205 respostas, onde 97 foram obtidas em ambiente rural e 108 em ambiente urbano. Em ambos os ambientes, à medida que nos aproximamos do nível de rendimento mais alto, há uma diminuição clara de indivíduos que assinalaram este nível. Mais detalhadamente, em ambiente rural, mais de 50% tem rendimento baixo e médio baixo, e se for considerado o médio, abrange-se 98% dos indivíduos. Em contrapartida, no ambiente urbano, observa-se uma tendência para os rendimentos se concentrarem no nível médio (mais de 50%) e diminuir quando nos aproximamos das extremidades da escala. Estas diferenças são estatisticamente significativas.

No que concerne à situação profissional (N=207), pese embora o ambiente rural apresente uma proporção de indivíduos desempregados (15,3%) superior ao ambiente urbano (9,2%) não atinge significado estatístico e, verifica-se que a grande maioria, em ambos os ambientes, têm algum tipo de rendimento.

O nível de escolaridade realça uma diferença significativa entre o ambiente rural e ambiente urbano, no sentido em que os indivíduos que habitam aquele tipo de ambiente têm uma média de 8 anos de escolaridade completos, valor inferior ao encontrado em ambiente urbano que era de 12 anos.

Por último, quanto ao tempo que os indivíduos habitam na mesma área de residência, este também é diferente por tipo de ambiente, em meio rural é de 37 anos e em ambiente urbano de 23 anos. Apesar de em ambos os ambientes se encontrar uma clara estabilidade residencial.

2.1.2. Variáveis relativas ao sentimento de insegurança

Na tabela 8 apresenta-se a distribuição da amostra pelas variáveis relativas ao sentimento de insegurança na componente subjetiva (medo do crime, risco percebido e comportamentos de segurança) e objectiva (vitimação – prevalência).

TABELA 8: Descrição das variáveis relativas ao sentimento de insegurança, por ambiente.

Variáveis		Ambiente	N	X	SD	Min.	Máx.	Mann-Whitney Mean Rank	P*
Medo do Crime (α = .90)		Rural	98	2.40	0.87	1	5	109,38	.267
		Urbano	110	2.27	0.74	1	4,8	100,15	
Risco Percebido (α = .87)		Rural	98	2.48	0.98	1	5	109,20	.277
		Urbano	110	2.27	0.75	1	4	100,31	
Comportamentos de Segurança		Rural	98	3.71	1.73	0	7	98,77	.188
		Urbano	110	4.06	1.60	0	7	109,60	
Variável objetiva		Ambiente	N				%		P*
Vitimação	Sim	Rural	13				13.3		.908
	Não		85				86.7		
	Sim	Urbano	14				12.7		
	Não		96				87.3		

* significativo no nível 0,05

Ao nível do medo do crime e do risco percebido, a consistência interna é elevada, dados os valores apresentados pelo Alfa de Cronbach, respetivamente .90 e .87. Não foram encontradas diferenças significativas entre ambientes. Particularmente, em ambiente rural, a média do medo do crime foi de 2,40 e, em ambiente urbano foi de 2,27. A média de risco percebido em ambiente rural foi de 2,48 e, em ambiente urbano foi de 2,27.

Relativamente aos comportamentos de segurança, nenhum dos indivíduos de qualquer ambiente assinalou a adoção da totalidade dos comportamentos (Total de 9), tendo o máximo assinalado, sido 7. A diferença entre os ambientes, também resultou não significativa. A média, em ambiente rural, foi de 3,71 e, em ambiente urbano, foi de 4,06.

Pese embora as diferenças não sejam significativas, ao observarmos os valores do posto médio de Mann-Whitney, verifica-se que o medo do crime e o risco percebido é mais elevado em ambiente rural e que os comportamentos de segurança são maiores em ambiente urbano.

Por último, no que diz respeito aos casos de vitimação (prevalência corrente) a semelhança entre os dois tipos de ambiente, foi confirmada pelo teste do Qui-quadrado, na medida em que a diferença resultou como não significativa ($p=.908$). Verificou-se um total de 13,3% entre os residentes rurais e 12,7% entre os residentes urbanos, que já haviam sido vítimas de pelo menos um dos crimes listados.

2.1.3. Variáveis relativas à polícia

A tabela 9 descreve as variáveis que se relacionam com a polícia, por tipo de ambiente. Considerando algumas ausências de resposta a algumas das questões os N são apresentados para cada variável e por tipo de ambiente.

TABELA 9: Descrição das variáveis relacionadas com a polícia, por ambiente.

Variáveis		Ambiente	N	X	SD	Min.	Máx.	Mann-Whitney Mean Rank	P*
Satisfação Área Residência ($\alpha = .81$)	Rural		97	3.01	1.05	1	5	99,44	.346
	Urbano		109	3.15	0.91	1	5	107,11	
Satisfação Geral	Rural		95	3.03	0.76	1	4	99,69	.407
	Urbano		110	3.15	0.68	2	5	105,86	
Confiança	Rural		96	5.24	3.09	0	10	100,08	.439
	Urbano		110	5.56	2.44	0	10	106,49	
Eficácia ($\alpha = .91$)	Rural		94	2.97	0.73	1	4	100,87	.714
	Urbano		110	3.06	0.64	1.38	4.38	103,89	
Visibilidade ($\alpha = .81$)	Rural		98	1.89	0.90	1	5	86,16	.000
	Urbano		109	2.42	1.01	1	5	120,04	
Justiça Distributiva ($\alpha = .55$)	Rural		95	2.82	0.69	1	4.5	103,11	.981
	Urbano		110	2.83	0.56	1	4.25	102,91	
Nº Contactos	Voluntários	Rural	94	0.63	1.11	0	4	92,25	.072
		Urbano	103	0.73	0.95	0	4	94,92	
	Compulsivos	Rural	94	0.60	1.10	0	4	105,16	.254
		Urbano	103	0.72	1.09	0	4	102,72	
Satisfação Contactos ($\alpha = .67$)	Voluntários	Rural	30	3.34	1.04	1	4.5	41,98	.764
		Urbano	51	3.33	1.09	1	5	35,39	

	Compulsivos ($\alpha = .87$)	Rural	28	3.20	0.94	1	4.5	40,42	.610
		Urbano	39	3.14	0.91	1	5	33,00	

* significativo no nível 0,05

A satisfação com a polícia na área de residência tem uma consistência interna de .81. O ambiente rural apresentou uma média de 3,01 e, o ambiente urbano de 3,15.

Quanto à satisfação geral com a polícia em ambiente rural, a média foi 3,03 e, em ambiente urbano, foi de 3,15. Não sendo a diferença estatisticamente significativa.

Sobre a confiança na Polícia, verificou-se alguma dispersão na frequência de respostas, sendo que a maior frequência, em ambiente rural, situou-se entre '3' e '7' (56,2%) e, em ambiente urbano, entre '5' e '8' (61,8%). As médias foram, respectivamente 5,24 e 5,56.

A eficácia da Polícia, com uma consistência interna de .91, demonstrou uma média, em ambiente rural, de 2,97 e, em ambiente urbano, de 3,06.

No que concerne à visibilidade da polícia, a sua consistência interna foi de .81. A média de 1,89, obtida no rural, foi inferior à média de 2,42 em ambiente urbano. Aliás, diferentemente às variáveis anteriores, a diferença entre ambientes resultou como significativa.

Relativamente à distribuição dos serviços prestados pela polícia, com uma consistência interna de .55, as opiniões parecem ser muito semelhantes entre residentes rurais e urbanos já que as médias apresentadas são respetivamente de 2,82 e de 2,83.

As experiências de contacto com a polícia revelaram, de uma forma geral, médias reduzidas, na medida em que apenas 31,9% dos residentes rurais e 49,5% dos residentes urbanos teve contacto voluntário com a polícia, bem como 29,8% dos indivíduos de ambiente rural e 37,9% dos indivíduos de ambiente urbano, tiveram contactos iniciados pela polícia. Não obstante de se verificar que os residentes urbanos tiveram mais contactos com a polícia, as diferenças não são estatisticamente significativas.

No que concerne à satisfação com os contatos voluntários, os itens apresentaram uma consistência interna de .67. Em ambiente rural, observou-se uma média de 3,34 e, em ambiente urbano, de 3,33. No que respeita à satisfação com os contactos compulsivos, esta apresentou uma consistência interna de .87. Em ambiente rural, a média foi de 3,20 e, em ambiente urbano foi de 3,14.

2.1.4. Variáveis relativas à área de residência

As variáveis relativas à área de residência estão descritas na tabela 10. Uma vez que nem todos responderam a algumas perguntas os N são apresentados para cada variável e por tipo de ambiente.

TABELA 10: Descrição das variáveis relativas à Área de Residência, por ambiente.

Variáveis		Ambiente	N	X	SD	Min.	Máx.	Mann-Whitney Mean Rank	P*
Problemas Área Residência	Sociais ($\alpha = .81$)	Rural	97	1.80	0.49	1	4.36	93,69	.020
		Urbano	110	2.01	0.62	1	3.67	113,09	
	Físicos ($\alpha = .59$)	Rural	97	2.31	0.64	1	4.67	90,63	.003
		Urbano	110	2.56	0.66	1	4.50	115,79	
	Criminais ($\alpha = .79$)	Rural	97	1.59	0.57	1	4.80	92,61	.010
		Urbano	110	1.82	0.67	1	3.75	114,05	
Criminalidade Percebida Área Residência		Rural	95	1.82	0.53	1	3	94,75	.273
		Urbano	101	1.91	0.57	1	3	102,02	
Criminalidade Percebida Outras Áreas Residência		Rural	96	1.72	0.82	1	4	91,99	.006
		Urbano	110	2.04	0.86	1	4	113,55	
Coesão Social ($\alpha = .87$)		Rural	96	3.58	0.88	1.33	5	118,40	.000
		Urbano	109	3.13	0.91	1	5	89,44	
Controlo Social Informal ($\alpha = .85$)		Rural	97	3.44	1.03	1	5	120,63	.000
		Urbano	109	2.97	0.83	1	5	88,26	
Vinculação Área Residência ($\alpha = .89$)		Rural	96	4.16	0.73	1.5	5	114,19	.010
		Urbano	109	3.95	0.64	2	5	93,14	
Laços Vizinhança ($\alpha = .85$)		Rural	96	3.56	0.80	1.40	5	118,94	.000
		Urbano	109	3.25	0.64	1.20	5	88,96	
Confiança Geral nas Pessoas ($\alpha = .75$)		Rural	96	4.92	1.97	0.67	9.67	96,78	.129
		Urbano	110	5.21	1.79	1	10	109,37	
Equipamentos Área de Residência ($\alpha = .94$)		Rural	98	2.07	0.70	1	4.14	62,03	.000
		Urbano	109	3.40	0.82	1	5	141,74	

* significativo no nível 0,05

Ao nível dos problemas da área de residência, as *desordens sociais* têm uma consistência interna de .81. A média, em ambiente rural é de 1,80 e, em ambiente urbano é de 2,01. A consistência interna das *desordens físicas* foi .59 e a média, em ambiente rural foi de 2,31. A média urbana foi de 2,56. Os problemas *criminais*, obtiveram uma consistência interna de .79 e médias mais baixas que as das desordens. Em ambiente rural foi de 1,59 e, em ambiente urbano, foi de 1,82. As diferenças encontradas na percepção dos diferentes tipos de problemas, é que foram significativas com os residentes urbanos a perceberem mais problemas.

A criminalidade percebida na área de residência foi muito semelhante nos dois tipos de ambiente. Os rurais obtiveram uma média de 1,82 e, os urbanos, uma média de 1,91. Já na criminalidade percebida em comparação com outras áreas de residência, as diferenças foram muito significativas, com os residentes urbanos a considerar mais que os residentes rurais que a criminalidade na sua área de residência havia aumentado por comparação a outras áreas de residência. Em ambiente rural a média foi de 1,72, enquanto em ambiente urbano, foi de 2,04. A eficácia colectiva é composta pela coesão social e pelo controlo social informal. Assim, a *coesão social*, com uma consistência interna de .87 apresentou, em ambiente rural, uma média de 3,58 e, em ambiente urbano, uma média de 3,13. Ao nível do *controlo social informal*, a consistência foi de .85. Em ambiente rural, a média foi de 3,44 e, em ambiente urbano, foi de 2,97. A diferença observada nestas variáveis foi muito significativa.

A vinculação à área de residência obteve uma consistência interna de .89, e os residentes rurais, apresentaram uma média de 4,16. Em ambiente urbano, a média foi de 3,95. A diferença encontrada foi considerada significativa pelo teste T ($P=.027$).

Relativamente aos laços sociais, com uma consistência interna de .85, o ambiente rural apresentou uma média de 3,56 enquanto o ambiente urbano apresentou de 3,25. A diferença entre ambientes foi muito significativa.

No que diz respeito a confiar nas pessoas, a consistência interna foi de .75 e as diferenças encontradas entre ambientes não foram significativas. Em ambiente rural, a média foi de 4,92 e, em ambiente urbano, foi de 5,21.

Por último, o nível de equipamentos na área de residência obteve uma consistência interna de .94 e as diferenças encontradas entre ambiente rural e urbano foram bastante significativas. O ambiente rural apresentou uma média de 2,07 e, o ambiente urbano, de 3,40.

Em suma, as diferenças verificadas, nas variáveis relativas ao sentimento de insegurança (subjektiva e objektiva) não foram significativas. Relativamente à polícia, apenas as diferenças encontradas para a visibilidade demonstraram ser significativas, na medida em que a polícia é

mais visível em ambiente urbano do que em ambiente rural. Quando nos debruçamos sobre as diferenças das variáveis relativas à área de residência, o panorama é completamente contrário, ao anterior. Apenas a criminalidade percebida na área de residência e a confiança geral nas pessoas demonstraram não ser significativas. Todas as outras variáveis relacionadas com a área de residência foram significativas. Os problemas sociais, físicos e criminais da área de residência, bem como a percepção de aumento da criminalidade na área de residência por comparação a outras áreas de residência foram mais assinalados pelos residentes urbanos do que pelos residentes rurais. Os equipamentos da área de residência, também foram marcados como mais evidentes em ambiente urbano. Por outro lado, parece haver níveis maiores de eficácia colectiva, vinculação à área de residência e laços sociais em ambiente rural.

2.2. Relação entre as variáveis, em cada ambiente

Pretende-se ilustrar a forma como as diferentes variáveis independentes se relacionam com as variáveis dependentes, bem como se relacionam as variáveis dependentes entre si. Para o efeito, as correlações efetuadas foram agrupadas em quatro conjuntos: variáveis sociodemográficas; variáveis independentes relacionadas com a polícia e com o sentimento de insegurança; variáveis relacionadas com a área de residência e variáveis dependentes.

2.2.1. Variáveis sociodemográficas

Neste ponto, apenas se pretendeu avaliar as relações entre as variáveis sociodemográficas mais estudadas pela literatura, e as variáveis dependentes. Assim, na tabela 11 foram apresentadas as relações entre idade, estatuto socioeconómico e nível de escolaridade, com as variáveis dependentes. O género não está apresentado na tabela, uma vez que se trata de uma variável dicotómica e, consequentemente optou-se pela utilização do Teste U de Mann-Whitney, a fim de se averiguar a sua relação (homens e mulheres) com as variáveis dependentes. Em ambos os ambientes, a relação não se mostrou significativa com nenhuma daquelas, pelo que se pode afirmar que na amostra não existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres e as variáveis dependentes em estudo.

TABELA 11: Relação das variáveis sociodemográficas com as variáveis dependentes, por ambiente.

Variáveis		Medo do crime		Risco percebido		Comportamentos segurança		Satisfação polícia AR		Confiança polícia		Eficácia polícia	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Idade	Rural	.381**	---	.326**	---	.116	---	.226*	---	.180	---	.223*	---
	Urbano	---	.276**	---	.366**	---	.169	---	.014	---	.062	---	-.054

Estatuto socioeconômico	Rural	-.056	---	-.197	---	.022	---	-.221*	---	-.166	---	-.156	---
	Urbano	---	-.160	---	-.110	---	-.117	---	.007	---	.093	---	.148
Escolaridade	Rural	-.318**	---	-.259**	---	-.254*	---	-.063	---	.014	---	-.056	---
	Urbano	---	-.287**	---	-.185	---	-.309**	---	.003	---	.072	---	.032

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Os indivíduos mais velhos, em ambos os ambientes, têm mais medo do crime e mais risco percebido. Porém, no que concerne às variáveis relativas às atitudes face à polícia, apenas em ambiente rural se encontra uma associação positiva significativa com a idade. Com efeito, em ambiente rural, os indivíduos mais velhos estão mais satisfeitos com a polícia na sua área de residência (.226*), bem como a percebem como mais eficaz, do que os mais novos (.223*).

O nível de estatuto socioeconômico percebido parece não estar associado ao sentimento de insegurança, em nenhum dos ambientes. No que diz respeito à polícia, apenas em ambiente rural, aqueles que têm maior estatuto socioeconômico percebido estão mais satisfeitos com a polícia na sua área de residência (-.221*).

O grau de escolaridade não foi associado às atitudes em relação à polícia, mas foi negativamente associado ao medo do crime e aos comportamentos de segurança. A diferença entre ambientes reside ao nível do risco percebido, na medida em que apenas se encontrou relação negativa e significativa com o nível de escolaridade, em ambiente rural (-.259**).

2.2.2. Variáveis independentes relacionadas com o sentimento de insegurança e com a polícia

A vitimação (prevalência) também é uma variável dicotômica, pelo que se realizou um Teste U de Mann-Whitney, a fim de se averiguar a relação entre ela e as variáveis dependentes. Esta relação é apresentada na tabela 12.

TABELA 12: Relação entre prevalência de vitimação e as variáveis dependentes, por ambiente.

Variável Dependente	Variável Independente	N		Mann-Whitney Mean Rank		P-value*		
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	
Medo do crime	Vitimação	Sim	13	14	61,15	70,46	.111	.059
		Não	85	96	47,72	53,32		
Risco percebido	Vitimação	Sim	13	14	49,88	72,46	.957	.029
		Não	85	96	49,44	53,03		

Comportamentos segurança	Vitimação	Sim	13	14	67,88	72,57	.011	.029
		Não	85	96	46,69	53,01		
Satisfação polícia AR	Vitimação	Sim	12	13	38,63	27,85	.163	.001
		Não	85	96	50,46	58,68		
Confiança polícia	Vitimação	Sim	11	14	42,36	34,86	.435	.009
		Não	85	96	49,29	58,51		
Eficácia polícia	Vitimação	Sim	11	14	37,45	38,75	.190	.035
		Não	85	96	48,83	57,94		

*Significativo se $P < 0.05$

Em ambiente rural, apenas foi encontrada relação significativa com os comportamentos de segurança, no sentido em que aqueles que já foram vítimas têm mais comportamentos de segurança do que os que não foram. Porém, em ambiente urbano as vítimas de crime têm mais sentimento de insegurança (nas suas três componentes), assim como percebem mais negativamente a polícia do que as não vítimas.

A tabela 13 demonstra a relação entre as variáveis independentes inerentes à polícia e as variáveis dependentes em estudo. Considerando a literatura científica, apenas foram analisadas as principais. Assim, uma vez que não se encontraram diferenças significativas entre os que tiveram e os que não tiveram contactos, foram consideradas a satisfação geral com a polícia, a visibilidade da polícia, a justiça distributiva da polícia e satisfação com os contactos. Concomitantemente, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente (literatura), não se pretendeu averiguar a relação entre estas variáveis independentes e comportamentos de segurança, bem como entre justiça distributiva e satisfação dos contactos com as variáveis dependentes do sentimento de insegurança.

TABELA 13: Relação das variáveis independentes relativas à polícia com as variáveis dependentes, por ambiente.

Variáveis		Medo do crime		Risco percebido		Comportamentos segurança		Satisfação polícia AR		Confiança polícia		Eficácia polícia	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Satisfação geral polícia	Rural	.011	---	.085	---	-.116	---	.394**	---	.475**	---	.616**	---
	Urbano	---	-.248**	---	-.059	---	.046	---	.514**	---	.519**	---	.605**
Visibilidade polícia	Rural	-.121	---	.141	---	-.090	---	.273**	---	.418**	---	.416**	---

	Urbano	---	-.221*	---	.034	---	-0.79	---	.511**	---	.393**	---	.452**
Justiça distributiva	Rural	---	---	---	---	---	---	.263**	---	.392**	---	.508**	---
	Urbano	---	---	---	---	---	---	---	.401**	---	.418**	---	.462**
Satisfação contactos voluntários	Rural	---	---	---	---	---	---	.150	---	.442*	---	.567**	---
	Urbano	---	---	---	---	---	---	---	.238	---	.230	---	.483**
Satisfação contactos compulsivos	Rural	---	---	---	---	---	---	.319	---	.380*	---	.614**	---
	Urbano	---	---	---	---	---	---	---	.192	---	.314	---	.150

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Aqueles que estão satisfeitos de uma forma geral com a polícia e a veem com mais frequência, têm atitudes significativamente mais positivas em relação à polícia, em cada ambiente, do que os menos satisfeitos. Porém, apenas em ambiente urbano, é que a satisfação geral na polícia (-.248**) e a sua visibilidade (-.221*) estão associadas significativamente e negativamente ao medo do crime.

Relativamente à distribuição justa dos serviços policiais pelos cidadãos (Justiça distributiva) aqueles que percepcionam uma distribuição mais equitativa da justiça, têm atitudes mais favoráveis em relação à polícia do que aqueles que percepcionam menos equidade em ambos os ambientes.

Em ambiente rural, aqueles que estão mais satisfeitos com os contactos com a polícia, independentemente de quem os iniciou, confiam mais na polícia e consideram-na mais eficaz do que os que os menos satisfeitos. Em ambiente urbano, apenas os que estão mais satisfeitos com os contactos voluntários, e não os compulsivos, é que veem polícia como mais eficaz (.483**).

2.2.3. Variáveis relacionadas com a área de residência

A tabela 14 mostra a relação entre as variáveis relacionadas à área de residência e as variáveis dependentes. De acordo com a literatura consideraram-se as desordens sociais e físicas, Criminalidade percebida na área de residência, coesão social, controlo social informal, vinculação à área de residência, laços sociais, confiança geral nas pessoas e equipamentos na área de residência.

TABELA 14: Relação das variáveis relativas à área de residência com as variáveis dependentes, por ambiente.

Variáveis		Medo do crime		Risco percebido		Comportamentos segurança		Satisfação polícia AR		Confiança polícia		Eficácia polícia	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Desordens Sociais	Rural	.151	---	.112	---	-.074	---	-.259*	---	-.123	---	-.057	---
	Urbano	---	.189*	---	.057	---	.225*	---	-.255**	---	-.208*	---	-.170
Desordens Físicas	Rural	.116	---	.078	---	.057	---	-.236*	---	-.069	---	-.121	---
	Urbano	---	.074	---	.059	---	.043	---	-.226*	---	-.207*	---	-.186
Criminalidade percebida AR	Rural	.298**	---	.065	---	.116	---	-.479**	---	-.209*	---	-.128	---
	Urbano	---	-.115	---	-.098	---	-.050	---	-.080	---	-.047	---	-.178
Coesão social	Rural	-.359**	---	-.147	---	-.180	---	.080	---	.086	---	.028	---
	Urbano	---	-.192*	---	-.029	---	.167	---	.164	---	.284**	---	.339**
Controlo Social Informal	Rural	-.228*	---	-.311**	---	-.085	---	.104	---	.229*	---	.152	---
	Urbano	---	-.122	---	.017	---	-.097	---	.057	---	.046	---	.174
Vinculação AR	Rural	-.351**	---	-.132	---	-.130	---	.208*	---	.165	---	.114	---
	Urbano	---	-.264**	---	-.060	---	.055	---	.214*	---	.196*	---	.343**
Laços sociais	Rural	-.320**	---	.086	---	-.284**	---	.253*	---	.289**	---	.220*	---
	Urbano	---	-.052	---	.110	---	.070	---	.205*	---	.230*	---	.195*
Confiança geral pessoas	Rural	-.318**	---	-.223*	---	-.260*	---	-.001	---	.175	---	.230*	---
	Urbano	---	-.167	---	.137	---	-.139	---	.249**	---	.334**	---	.237*
Equipamentos Área de Residência	Rural	-.301**	---	-.088	---	-.240*	---	.328**	---	.275**	---	.141	---
	Urbano	---	-.360**	---	-.173	---	-.038	---	.354**	---	.396**	---	.441**

**. A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Ao nível das desordens, apenas as sociais e em ambiente urbano, foram correlacionadas de forma significativa e positiva com o medo do crime (.189*) e com os comportamentos adoptados por razões de segurança (.225*). No que diz respeito à polícia, em ambos os ambientes, quanto maior o nível de desordens percebidas (sociais e físicas), menor a satisfação com a polícia na área de residência. Relativamente à confiança na polícia, apenas se encontrou uma relação significativa em ambiente urbano, no sentido em que os indivíduos

que percebem maiores níveis de desordem (sociais $-.208^*$ e físicas $-.207^*$) têm menos confiança na polícia.

No que diz respeito à criminalidade percebida na área de residência, esta apenas foi significativamente relacionada em ambiente rural, no sentido em que os indivíduos que percebem maiores níveis de criminalidade na sua área de residência, têm mais medo crime ($.298^{**}$), estão menos satisfeitos com a polícia na sua área de residência ($-.479^{**}$) e confiam menos nela ($-.209^*$).

Quanto maior a coesão social menor o medo do crime em ambos os ambientes. Porém, apenas em ambiente urbano ela foi associada positivamente à confiança na polícia ($.284^{**}$) e eficácia percebida desta ($.339^{**}$). Contrariamente, apenas em ambiente rural, o controlo social informal foi associado positivamente à confiança na polícia ($.229^*$) e negativamente ao medo do crime ($-.228^*$) e risco percebido ($-.311^{**}$).

A vinculação à área de residência ilustra que aqueles que se sentem mais vinculados têm menos medo do crime e estão mais satisfeitos com a polícia. Não obstante, apenas em ambiente urbano, é que os mais vinculados confiam mais na polícia ($.196^*$) e a consideram mais eficaz ($.343^{**}$).

De uma forma geral, os indivíduos que têm maiores laços sociais têm atitudes mais favoráveis em relação à polícia, em ambos os ambientes, do que aqueles que têm menores laços sociais. No que diz respeito ao sentimento de segurança, apenas em ambiente rural se verificou com significância que os residentes com menor nível de laços sociais, têm mais medo do crime ($-.320^{**}$) e adotam mais comportamentos de segurança ($-.284^{**}$).

A confiança geral nas pessoas, apenas foi associada, significativamente e negativamente, a todas as componentes do sentimento de insegurança, em ambiente rural. Em relação à polícia, apenas em ambiente urbano é que se verificou que aqueles que têm maior confiança social confiam igualmente mais na polícia ($.334^{**}$) e estão mais satisfeitos com ela ($.249^{**}$). Em ambos os ambientes, a confiança social foi associada positivamente à eficácia da polícia.

Por último, no que diz respeito ao desenvolvimento da área de residência, de uma forma geral aqueles que percecionam a sua área de residência como bem equipada, têm menos medo do crime, estão mais satisfeitos com a polícia e confiam mais nela. Ao nível do ambiente rural, a percepção de desenvolvimento da área de residência foi associada negativamente aos comportamentos de segurança ($-.240^*$) e, em ambiente urbano, positivamente à eficácia da polícia ($.441^{**}$).

2.2.4. Variáveis dependentes

Por último, no que diz respeito à averiguação de correlações, a tabela 15 apresenta as associações entre as variáveis dependentes.

TABELA 15: Relação entre as variáveis dependentes, por ambiente.

Variáveis dependentes		Satisfação polícia AR		Confiança polícia		Eficácia polícia	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Medo do Crime	Rural	-.141	---	-.228*	---	-0.64	---
	Urbano	---	-.438**	---	-.404**	---	-.444**
Risco Percebido	Rural	.080	---	-.035	---	-.001	---
	Urbano	---	-.235*	---	-.147	---	-.240*
Comportamentos Segurança	Rural	.043	---	-.041	---	-.057	---
	Urbano	---	-.259**	---	-.204*	---	-.058

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

O ambiente rural apenas encontra uma associação significativa entre medo do crime e confiança na polícia, que conjuntamente com o ambiente urbano, se traduz em que os indivíduos com maiores níveis de medo confiam menos na polícia. Em ambiente urbano, os indivíduos que estão menos satisfeitos com a polícia na sua área de residência têm mais medo do crime (**-.438****), maior risco percebido (**-.235***) e mais comportamento de segurança (**-.259****). Aliás os que têm mais medo crime, para além de estarem menos satisfeitos com a polícia, confiam menos nela (**-.404****) e consideram-na menos eficaz (**-.444****). Os que confiam menos nela, também adotam mais comportamentos de segurança em ambiente urbano (**-.204***), bem como aqueles que a consideram menos eficaz, percebem maior risco de vitimação (**-.240***).

2.3. Modelos explicativos das variáveis dependentes

Este subcapítulo expõe os modelos finais com as variáveis, em estudo, que significativamente ($P\text{-value} \leq .05$) predizem as variáveis dependentes. Para o efeito, numa primeira fase e à semelhança dos subcapítulos anteriores, as variáveis independentes foram divididas por quatro grupos, em cada variável dependente. São eles: variáveis sociodemográficas; variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança; variáveis relacionadas com a área de residência e variáveis dependentes. Em cada grupo testou-se a capacidade de explicação das variáveis face a uma variável dependente, através de modelos parcelares de

predição. Por último, as variáveis com predição significativa, em cada grupo, foram testadas em conjunto num modelo final.

2.3.1. Predição do medo do crime

Modelos parcelares

O modelo das variáveis sociodemográficas (Anexo C – tabela 1), revelou-se significativo em cada ambiente (rural $p=.002$ e urbano $p=.013$), com poder explicativo cerca de 17% em ambiente rural e 11% em ambiente urbano. Porém, apenas a idade foi significativamente (rural $p=.008$ e urbano $p=.048$) preditora do medo do crime.

O modelo das variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança (Anexo C – tabela 2) foi significativo, apenas, para o ambiente urbano ($p=.002$), mas nenhuma das variáveis resultou como estatisticamente significativa.

O modelo das variáveis relacionadas com a área de residência (Anexo C – tabela 3) foi significativo em cada ambiente (rural $p=.000$ e urbano $p=.001$), com poder explicativo cerca de 35% em ambiente rural e 26% em ambiente urbano. As variáveis estatisticamente significativas em ambiente rural, foram a criminalidade percebida ($p=.001$) e a confiança geral nas pessoas ($p=.031$). Em ambiente urbano foram os equipamentos da área de residência ($p=.000$).

O modelo das variáveis dependentes (Anexo C – tabela 4) foi significativo para o ambiente urbano ($p=.000$), com poder explicativo cerca de 30%, sendo as variáveis estatisticamente significativas a satisfação com a polícia na área de residência ($p=.018$) e a eficácia percebida da polícia ($p=.015$).

Modelo final

A construção do modelo final fundamentou-se nas variáveis que apresentaram significância estatística (Idade, Criminalidade percebida na área de residência, confiança geral nas pessoas, equipamentos, satisfação com a polícia na área de residência e eficácia da polícia) nos modelos parcelares em pelo menos um dos ambientes.

TABELA 16: Modelo final de explicação do medo do crime, por ambiente.

Ambiente	Variável	B	SE	Beta	P-value
Rural	Constante	1.942	.534		.000
	Idade	.019	.005	.356	.000
	Criminalidade percebida na área de residência	.388	.158	.246	.016
	Confiança geral pessoas	-.134	.038	-.311	.001

	Equipamentos área de residência	-.176	.116	-.147	.132
	Satisfação com a polícia na área de residência	-.070	.092	-.087	.450
	Eficácia da polícia	.014	.113	.012	.903
R² .363		F 7.966	P-value .000		
Urbano	Constante	4.224	.475		.000
	Idade	.014	.004	.289	.001
	Criminalidade percebida na área de residência	-.187	.109	-.140	.089
	Confiança geral pessoas	-.037	.036	-.086	.305
	Equipamentos área de residência	-.172	.086	-.186	.048
	Satisfação com a polícia na área de residência	-.168	.082	-.197	.044
	Eficácia da polícia	-.305	.116	-.264	.010
R² .415		F 10.895	P-value .000		

Observando o modelo, verifica-se que é estatisticamente significativo em ambos os ambientes, explicando, em ambiente rural cerca de 36% do medo do crime ($R^2 = .363$) e, em ambiente urbano, cerca de 44% ($R^2 = .42$). Por ordem de relevância, em ambiente rural, as variáveis com poder preditivo foi a criminalidade percebida na área de residência ($B = .388$), a confiança geral nas pessoas ($B = -.134$) e a idade ($B = .019$), ou seja, os que percebem maiores níveis de crime na sua área de residência, que confiam menos nas pessoas em geral e são mais velhos têm mais medo do crime, do que os que percebem menor nível de crime na sua área de residência, que confiam mais nas pessoas em geral e do que os mais novos. Por sua vez, em ambiente urbano, as variáveis foram a eficácia da polícia ($B = -.305$), equipamentos da área de residência ($B = -.172$), a satisfação com a polícia na área de residência ($B = -.168$) e a idade ($B = .014$), ou seja, aqueles que consideram a polícia menos eficaz, estão menos satisfeitos com a polícia na sua área de residência, percebem a sua área de residência como menos desenvolvida em serviços e são mais velhos, têm mais medo do crime, do que as suas contrapartes.

2.3.2. Predição do risco percebido

Modelos parcelares

À semelhança do modelo sociodemográfico para o medo do crime, o modelo para o risco percebido (Anexo D – tabela 1), revelou-se igualmente significativo em cada ambiente (rural $p=.011$ e urbano $p=.014$), com poder explicativo cerca de 13% em ambiente rural e 11% em ambiente urbano. A idade foi novamente a única variável significativamente (rural $p=.019$ e urbano $p=.002$) preditora do risco percebido.

O modelo das variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança (Anexo D – tabela 2) foi significativo para o ambiente rural ($p=.043$), com poder explicativo cerca de 9%, com significância ($p=.006$) da visibilidade da polícia. A vitimação foi significativa ($p=.013$), mas em ambiente urbano.

O modelo das variáveis relacionadas com a área de residência (Anexo D – tabela 3) foi significativo em ambiente rural ($p=.029$), com poder explicativo cerca de 20% e as variáveis estatisticamente significativas, foram o controlo social informal ($p=.002$) e a confiança geral nas pessoas ($p=.046$).

O modelo das variáveis dependentes (Anexo D – tabela 4) não foi significativo em nenhum dos ambientes (rural $p=.583$ e urbano $p=.064$), bem como nenhuma das suas variáveis foi significativa.

Modelo final

O modelo final fundamentou-se nas variáveis que apresentaram valores significativos (Idade, prevalência de vitimação, visibilidade da polícia, controlo social informal e confiança geral nas pessoas), nos modelos parcelares, com significância estatística, em pelo menos um dos ambientes.

TABELA 17: Modelo final de explicação do risco percebido de vitimação, por ambiente.

Ambiente	Variável	B	SE	Beta	P-value
Rural	Constante	2.223	.472		.000
	Idade	.021	.005	.334	.000
	Vitimação (prevalência)	.074	.267	.024	.781
	Visibilidade da polícia	.321	.095	.293	.001
	Controlo Social Informal	-.239	.086	-.250	.007
	Confiança geral nas pessoas	-.112	.045	-.224	.014
R^2 .342 F 9.337 P-value .000					
Urbano	Constante	1.081	.391		.007
	Idade	.015	.004	.318	.001
	Vitimação (prevalência)	.562	.207	.251	.008
	Visibilidade da polícia	.058	.074	.077	.438
	Controlo Social Informal	.062	.082	.068	.454
	Confiança geral nas pessoas	.020	.042	.047	.633
R^2 .176 F 4.346 P-value .001					

Observando o modelo, verifica-se que é estatisticamente significativo em ambos os ambientes, explicando, em ambiente rural cerca de 34% ($R^2 = .342$) e, em ambiente urbano,

cerca de 18% ($R^2 = .176$). Por ordem de relevância, em ambiente rural, as variáveis com poder preditivo foram a visibilidade da polícia ($B = .321$), o controlo social informal ($B = -.239$), a confiança geral nas pessoas ($B = -.112$) e a idade ($B = .021$), ou seja, os que veem mais a polícia, que que percebem menor controlo social informal, confiam menos nas pessoas e são mais velhos têm maior nível de risco percebido, do que as suas contrapartes. Por sua vez, em ambiente urbano, foi a prevalência de vitimação ($B = .562$) e a idade ($B = .015$) que se revelaram estatisticamente preditoras do risco percebido, no sentido em que aqueles que já foram vítimas de crime e os mais velhos percebem maior nível de risco, do que os que não foram vítimas de crime e os mais novos.

2.3.3. Predição dos comportamentos adotados por razões de segurança

Modelos parcelares

O modelo sociodemográfico (Anexo E – tabela 1), revelou-se significativo em ambiente urbano ($p=.013$), mas não em ambiente rural ($p=.070$). O seu poder explicativo foi cerca de 12% (em ambiente urbano) e o grau de escolaridade foi a variável que se revelou como significativa tanto em ambiente urbano ($p=.017$) como em ambiente rural ($p=.011$).

O modelo das variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança (Anexo E – tabela 2) não foi significativo em nenhum dos ambientes, pese embora esteja substancialmente próximo da significância estatística em ambiente rural ($p=.055$). A vitimação foi estatisticamente significativa (rural $p=.031$; urbano $p=.026$).

O modelo das variáveis relacionadas com a área de residência (Anexo E – tabela 3) também não foi significativo em nenhum dos ambientes, ainda que a confiança geral nas pessoas tenha resultado como significativa ($p=.034$), em ambiente urbano.

O modelo das variáveis dependentes (Anexo E – tabela 4) foi significativo em ambiente urbano ($p=.020$), com poder explicativo cerca de 9% e a variável estatisticamente significativa, foi a satisfação com a polícia na área de residência ($p=-.424$).

Modelo final

O modelo final fundamentou-se nas variáveis que apresentaram valores significativos (Grau de escolaridade e satisfação com a polícia na área de residência), nos modelos parcelares, com significância estatística em pelo menos um dos ambientes. Uma vez que o modelo das variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança ficou muito próximo da significância estatística ($p=.055$) optou-se por considerar igualmente a vitimação.

TABELA 18: Modelo final de explicação dos comportamentos de segurança, por ambiente.

Ambiente	Variável	B	SE	Beta	P-value
Rural	Constante	4.213	.653		.000
	Grau de escolaridade	-.094	.042	-.221	.027
	Vitimação (prevalência)	1.149	.522	.219	.030
	Satisfação com a polícia na área de residência	.041	.164	.025	.802
R² .102		F 3.533		P-value .018	
Urbano	Constante	6.805	.754		.000
	Grau de escolaridade	-.122	.037	-.292	.001
	Vitimação (prevalência)	.528	.469	.107	.263
	Satisfação com a polícia na área de residência	-.410	.167	-.233	.016
R² .171		F 7.231		P-value .000	

Observando o modelo, verifica-se que apesar de estatisticamente significativo em ambos os ambientes, explica, apenas, em ambiente rural cerca de 10% ($R^2 = .102$) e, em ambiente urbano, cerca de 17% ($R^2 = .171$). Por ordem de relevância, em ambiente rural, as variáveis com poder preditivo foram a prevalência de vitimação ($B = 1.149$) e o grau de escolaridade ($B = -.094$), ou seja, os que já foram vítimas de crime e que têm menor grau de escolaridade, adotam mais comportamentos de segurança, do que as suas contrapartes. Por sua vez, em ambiente urbano, foram a satisfação com a polícia na área de residência ($B = -.410$) e o grau de escolaridade ($B = -.122$) as variáveis significativamente preditoras dos comportamentos de segurança, no sentido em que os que estão menos satisfeitos com a polícia na sua área de residência e têm menor grau de escolaridade, têm mais comportamentos de segurança, do que os que estão mais satisfeitos e têm mais escolaridade.

2.3.4. Predição da satisfação com a polícia na área de residência

Modelos parcelares

O modelo sociodemográfico (Anexo F – tabela 1), não foi significativo em nenhum dos tipos de ambiente (rural $p=.062$ e urbano $p=.823$), nem nenhuma das suas variáveis foi estatisticamente significativa.

O modelo das variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança (Anexo F – tabela 2) foi significativo para o ambiente urbano ($p=.004$), com poder explicativo cerca de 52%, com significância ($p=.025$) da visibilidade da polícia. A justiça distributiva apresentou-se no limiar da significância estatística ($p=.051$), mas em ambiente rural.

O modelo das variáveis relacionadas com a área de residência (Anexo F – tabela 3) foi significativo em ambos os ambientes (rural $p=.000$; urbano $p=.002$), com poder explicativo cerca de 34% em ambiente rural e 24% em ambiente urbano. As variáveis estatisticamente significativas, em ambiente rural, foram a criminalidade percebida ($p=.000$) e os equipamentos da área de residência ($p=.023$). Esta variável foi igualmente significativa em ambiente urbano ($p=.000$).

O modelo das variáveis dependentes (Anexo F – tabela 4) foi significativo em ambiente urbano ($p=.000$), explicando cerca de 22% da satisfação com a polícia na área de residência. O medo do crime foi a variável estatisticamente significativa ($p=.000$).

Modelo final

O modelo final fundamentou-se nas variáveis que apresentaram valores significativos (criminalidade percebida, visibilidade da polícia, equipamentos na área de residência e medo crime), nos modelos parcelares, com significância estatística, em pelo menos um dos ambientes.

TABELA 19: Modelo final de explicação da satisfação com a polícia na área de residência, por ambiente.

Ambiente	Variável	B	SE	Beta	P-value
Rural	Constante	3.142	.568		.000
	Criminalidade percebida na área de residência	-.804	.195	-.402	.000
	Visibilidade da polícia	.094	.124	.080	.451
	Equipamentos na área de residência	.420	.162	.274	.011
	Medo do crime	.114	.122	.090	.352
R² .298		F 9.440		P-value .000	
Urbano	Constante	2.546	.596		.000
	Criminalidade percebida na área de residência	-.102	.126	-.065	.423
	Visibilidade da polícia	.325	.072	.376	.000
	Equipamentos na área de residência	.205	.097	.190	.037
	Medo do crime	-.337	.105	-.287	.002
R² .399		F 15.787		P-value .000	

Observando o modelo, verifica-se que é estatisticamente significativo em ambos os ambientes, explicando, em ambiente rural cerca de 30% ($R^2 = .298$) e, em ambiente urbano, cerca de 40% ($R^2 = .399$). Por ordem de relevância, em ambiente rural, as variáveis com poder preditivo foram a criminalidade percebida ($B = -.804$) e os equipamentos da área de residência ($B = .420$), ou seja, os que percebem menos criminalidade na sua área de residência

e que ela se encontra mais desenvolvida em termos de serviços, estão mais satisfeitos com a polícia na sua área de residência. Por sua vez, em ambiente urbano, foi o medo do crime ($B = -.337$), a visibilidade da polícia ($B = .325$) e os equipamentos da área de residência ($B = .205$), no sentido em que aqueles que têm menos medo do crime, veem mais a polícia e percebem a sua área de residência como mais desenvolvida em termos de serviços, estão mais satisfeitos com a polícia na sua área de residência.

2.3.5. Predição da confiança na polícia

Modelos parcelares

O modelo sociodemográfico (Anexo G – tabela 1) não foi significativo em nenhum dos tipos de ambiente (rural $p=.100$ e urbano $p=.603$) tendo porém, a idade sido significativa em ambiente rural. Não obstante, como nenhum dos modelos foi significativo, esta variável não foi considerada no modelo final.

O modelo das variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança (Anexo G – tabela 2) foi significativo para o ambiente urbano ($p=.005$), com poder explicativo de 56%, com significância ($p=.045$) da justiça distributiva, em ambiente urbano.

O modelo das variáveis relacionadas com a área de residência (Anexo G – tabela 3) foi significativo em ambos os ambientes (rural $p=.003$; urbano $p=.001$), com poder explicativo cerca de 25% em ambiente rural e 26% em ambiente urbano. As variáveis estatisticamente significativas, em ambiente rural, foram a coesão social ($p=.030$), os laços sociais ($p=.010$) e os equipamentos da área de residência ($p=.029$). Esta variável foi igualmente significativa em ambiente urbano ($p=.000$).

O modelo das variáveis dependentes (Anexo G – tabela 4) foi significativo em ambiente urbano ($p=.000$), explicando cerca de 18% da confiança na polícia. O medo do crime foi a variável estatisticamente significativa ($p=.000$), neste ambiente.

Modelo final

O modelo final fundamentou-se nas variáveis que apresentaram valores significativos (justiça distributiva, coesão social, laços sociais, equipamentos da área de residência e medo crime), nos modelos parcelares, com significância estatística, em pelo menos um dos ambientes.

TABELA 20: Modelo final de explicação da confiança na polícia, por ambiente.

Ambiente	Variável	B	SE	Beta	P-value
Rural	Constante	-.581	2.141		.787
	Justiça distributiva	1.375	.416	.311	.001
	Coesão Social	-.761	.392	-.219	.055
	Laços sociais	1.054	.443	.276	.020
	Equipamentos na área de residência	.834	.434	.192	.058
	Medo do crime	-.355	.349	-.101	.313
R² .277		F 6.830		P-value .000	
Urbano	Constante	-.517	1.786		.773
	Justiça distributiva	1.397	.364	.319	.000
	Coesão Social	.362	.275	.134	.191
	Laços sociais	.157	.384	.041	.684
	Equipamentos na área de residência	.622	.267	.210	.022
	Medo do crime	-.712	.289	-.218	.015
R² .382		F 12.722		P-value .000	

Observando o modelo, verifica-se que é estatisticamente significativo em ambos os ambientes, explicando, em ambiente rural cerca de 28% da variância ($R^2 = .277$) e, em ambiente urbano, cerca de 39% ($R^2 = .382$). Por ordem de relevância, em ambiente rural, as variáveis com poder preditivo foram a justiça distributiva da polícia ($B = 1.375$) e os laços sociais ($B = 1.054$), ou seja os que percebem mais que a polícia distribui de forma equitativa os seus serviços e que percebem maior nível de laços na vizinhança, confiam mais na polícia. Por sua vez, em ambiente urbano, foi a justiça distributiva ($B = 1.397$), o medo do crime ($B = -.712$) e os equipamentos da área de residência ($B = .622$), no sentido em que aqueles que percebem uma maior justiça distributiva dos serviços policiais, têm menos medo do crime e percebem a sua área de residência como mais desenvolvida em termos de equipamentos e confiam mais na polícia.

2.3.6. Predição da eficácia da polícia

Modelos parcelares

O modelo sociodemográfico (Anexo H – tabela 1), apenas foi significativo em ambiente rural ($p=.024$) com poder explicativo cerca de 12%. A idade foi a variável com significância estatística ($p=.005$) e apenas em rural.

O modelo das variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança (Anexo H – tabela 2) foi significativo para ambos os ambientes (rural $p=.005$ e

urbano $p=.004$), com poder explicativo cerca de 86%, em ambiente rural e cerca de 57%, em ambiente urbano. A variável com significância foi a satisfação geral com a polícia (rural $p=.013$ e urbano $p=.028$).

O modelo das variáveis relacionadas com a área de residência (Anexo H – tabela 3) foi significativo em ambiente urbano ($p=.000$), com poder explicativo cerca de 15% e a variável estatisticamente significativa foi os equipamentos da área de residência ($p=.000$). Em ambiente rural, os laços sociais foram igualmente significativos ($p=.029$).

O modelo das variáveis dependentes (Anexo H – tabela 4) foi significativo em ambiente urbano ($p=.000$), explicando cerca de 23% da eficácia da polícia. O medo do crime foi a variável estatisticamente significativa ($p=.000$), neste ambiente.

Modelo final

O modelo final fundamentou-se nas variáveis que apresentaram valores significativos (Idade, grau de escolaridade, satisfação geral com a polícia, laços sociais, equipamentos da área de residência e medo crime), nos modelos parcelares, com significância estatística, em pelo menos um dos ambientes.

TABELA 21: Modelo final de explicação da eficácia da polícia, por ambiente.

Ambiente	Variável	B	SE	Beta	P-value
Rural	Constante	.300	.435		.492
	Idade	.000	.004	.004	.969
	Satisfação geral com a polícia	.558	.086	.581	.000
	Laços sociais	.268	.081	.296	.001
	Equipamentos na área de residência	-.047	.096	-.046	.624
	Medo do crime	.046	.079	.056	.556
R² .422		F 12.683		P-value .000	
Urbano	Constante	1.319	.403		.001
	Idade	-.001	.003	-.025	.743
	Satisfação geral com a polícia	.448	.071	.476	.000
	Laços sociais	.086	.072	.086	.233
	Equipamentos na área de residência	.163	.061	.209	.008
	Medo do crime	-.205	.070	-.238	.004
R² .524		F 22.651		P-value .000	

Observando o modelo, verifica-se que é estatisticamente significativo em ambos os ambientes, explicando, em ambiente rural cerca de 42% ($R^2 = .422$) e, em ambiente urbano, cerca de 52% ($R^2 = .524$). Por ordem de relevância, em ambiente rural, as variáveis com

poder preditivo foram a satisfação geral com a polícia ($B = .558$) e os laços sociais ($B = .268$), ou seja, os que estão mais satisfeitos com a polícia e que percebem mais laços sociais, percebem maior nível de eficácia da polícia. Por sua vez, em ambiente urbano, foi a satisfação geral com a polícia ($B = .448$), o medo do crime ($B = -.205$) e os equipamentos da área de residência ($B = .163$), no sentido em que aqueles que estão mais satisfeitos com a polícia, têm menos medo do crime e percebem a sua área de residência como mais desenvolvida em termos de serviços, veem a polícia como mais eficaz.

Em suma, os modelos apresentados revelam diferenças nos preditores entre os dois ambientes. Assim, ao nível do sentimento de insegurança observa-se que maioritariamente as determinantes em ambiente rural são contextuais da área de residência, designadamente confiança geral nas pessoas, controlo social informal e criminalidade percebida na área de residência, enquanto em ambiente urbano são predominantemente policiais, designadamente a satisfação com a polícia na área de residência e a eficácia da polícia. No que diz respeito às atitudes em relação à polícia, por um lado, verifica-se que a diferença entre ambientes reside nos laços sociais enquanto preditores em ambiente rural e o medo do crime enquanto preditor em ambiente urbano. Por outro lado, de uma forma geral na explicação desta variável dependente, verifica-se igualmente que as variáveis policiais estão presentes em ambos os ambientes, nomeadamente justiça distributiva e satisfação geral com a polícia em ambiente rural e visibilidade da polícia e satisfação com a polícia tanto no geral como na área de residência, em ambiente urbano.

CAPÍTULO IV – Discussão dos resultados

O propósito deste estudo foi o de explorar as especificidades do ambiente rural e urbano no que diz respeito aos fatores que têm poder explicativo no sentimento de insegurança (medo do crime, risco percebido de vitimação e comportamentos de segurança), bem como no que concerne aos fatores explicativos das atitudes dos cidadãos relativamente à polícia, designadamente a satisfação com a polícia na área de residência, confiança na polícia e eficácia da polícia. Uma vez que os estudos que se debruçam sobre ambiente rural são notavelmente em número inferior aos que se debruçam em ambiente urbano, e considerando igualmente a diferença entre o panorama rural e o urbano, com vista a aprofundar o conhecimento sobre o ambiente rural, optou-se pela realização inicial de um estudo qualitativo exploratório, através da entrevista semiestruturada. Só depois se construiu um inquérito a ser aplicado em ambos os ambientes, procurando incluir alguns itens mais

específicos do meio rural e que fossem encontrados na análise das entrevistas. Neste sentido, a discussão de resultados iniciar-se-á pelo conteúdo das entrevistas e de seguida passar-se-á à discussão da análise estatística dos dados dos inquéritos integrando, sempre que possível, a informação recolhida nas entrevistas.

Começando, assim, pelo estudo qualitativo da análise do conteúdo das entrevistas, destacam-se alguns aspetos nomeadamente a “rede” de vizinhança, o que os residentes percecionam como inseguro e a forma como estes pontos se relacionam. Outros foram identificados, porém começaremos pelos principais. Em primeiro lugar, ao nível da “rede” de vizinhança, identificaram-se como centrais para os entrevistados a importância dos laços sociais e da coesão social fortes nos seus quotidianos. Assim, todos os indivíduos referem conhecer-se bem como se fossem todos da mesma família. As interações sociais reportadas são quotidianas, cumprimentando-se e frequentando as casas uns dos outros de forma regular. Esta caracterização parece de facto ser típica de ambiente rural, pois Leal (2010) verificou também que a relação entre vizinhos era estreita, preenchida de solidariedade, onde os indivíduos partilhavam as suas necessidades e cumplicidades. Esta característica do ambiente rural parece fundamentar-se na reduzida instabilidade residencial encontrada na área de residência (Brunton-Smith, Jackson & Sutherland, 2014), isto é, na medida em que quanto mais tempo os indivíduos vivem no mesmo local, mais desenvolvidos ficam os laços sociais, bem como é maior o controlo social informal, no âmbito da partilha de valores comuns. De facto, verificou-se que as pessoas se conhecem e habitam a mesma área de residência desde que nasceram. Concomitantemente, os entrevistados referiram que quando eram novos, partilharam da mesma educação e da aprendizagem de valores e normas comunitárias que foi transmitida pelos indivíduos mais velhos, bem como desenvolveram laços sociais e coesão social, através de uma actividade comum entre todos, que era o trabalho no campo.

Paralelamente e entrando na questão da segurança, verificou-se que os residentes reportam sentir-se seguros na sua área de residência e que a consideram como a sua zona ideal para viver. Situação esta também encontrada por Leal (2010) considerando que “*Os residentes no concelho de Mértola não tomam medidas preventivas especiais face à insegurança porque simplesmente não a sentem.*” (p. 416). Para o efeito, o controlo social informal revelou-se como um “instrumento” de segurança altamente desenvolvido onde existe uma preocupação dos indivíduos em estarem em alerta aos fenómenos exteriores e “estranhos” que possam destabilizar o equilíbrio da comunidade. Aliás, Little, Panelli & Kraack (2005) concluíram que “o outro” (definido como aquele que é proveniente de fora do ambiente e da comunidade

rural) é uma das fontes do medo do crime, na medida em que é a causa da rutura das relações sociais da comunidade percebida pelos residentes como harmoniosa e equilibrada. Concretamente e curiosamente, antes de uma discussão mais detalhada, importa referir a dicotomia encontrada. Por um lado, existe uma consciência por parte dos entrevistados sobre a criminalidade e problemas existente nas suas zonas de residência, como incêndios, violência doméstica, furtos e até alguns comportamentos anti-sociais como o consumo de álcool e drogas, no entanto estes não são associados às experiências de insegurança e concomitantemente não geraram alterações aos seus comportamentos e rotinas. Igualmente, algumas experiências de vitimação proporcionaram algumas mudanças de comportamento como passar a trancar as portas de casa, o que não faziam anteriormente, mas nos discursos dos sujeitos estas experiências também não geraram mais insegurança na área de residência. Por outro lado, verificou-se que o sentimento de insegurança era despoletado pela presença de estranhos à comunidade, mesmo estando de passagem e sem prática de qualquer crime. Ou seja, a existência daquele sentimento nos residentes rurais provinha de fora da comunidade, aliás como explicado por Leal (2010, p. 413) *“O suposto agente de alguma intranquilidade no concelho é em regra atribuído ao indivíduo estranho, que surge sem referências conhecidas ou sem qualquer ligação a alguém da terra.”*. Esta circunstância verificou-se pelo controlo social informal estreito e alguns comportamentos de segurança adotados pelos indivíduos como o “passa-palavra” e o alertar e informar os restantes vizinhos, principalmente os idosos, para eventuais situações fora da rotina diária ou situações de crime. Estas circunstâncias são geradas pela presença de indivíduos desconhecidos e exteriores à comunidade que se agravam quando estes são percecionados de noite. Este estado de alerta e comportamentos de resposta a um potencial sinal de perigo exterior encontra fundamento naquilo que Ceccato (2017) verificou no seu estudo em ambiente rural e salienta indicando que os “estranhos” estão associados a imagens de crimes e problemas de ordem social ainda que a criminalidade na área de residência não tivesse aumentado com a presença deles.

Simultaneamente, a polícia parece contribuir pouco para o sentimento de segurança dos residentes rurais. Pese embora uma entrevistada tenha afirmado que algumas pessoas se possam sentir mais seguras por saberem que a polícia “existe” e dois terem afirmado que estão satisfeitos com ela, a verdade é que a grande maioria considerou-a distante, com fraca visibilidade e que, de acordo com algumas experiências de contacto, estão pouco satisfeitos com a polícia na sua área de residência. Aliás, a percepção é de que é pouco ou mesmo nada

prestável para a resolução dos problemas na área de residência a ponto de afirmarem que não precisam dela.

Neste sentido parece ser seguro afirmar que a segurança sentida pelos residentes rurais se fundamenta na elevada eficácia coletiva da comunidade, bem como nos laços sociais estabelecidos pelos indivíduos e na vinculação à área de residência. De facto, os residentes que têm elevada confiança nos seus vizinhos (Barton *et al.*, 2017) se familiarizam com eles, desenvolvem conexões com a sua área de residência e manifestam elevado controlo social informal (Franklin *et al.*, 2008; Kubrin & Weitzer, 2003; Sampson *et al.*, 1997) deverão reportar menos medo do crime pela inibição de problemas da área de residência, incluindo crime e violência (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012).

Antes de avançarmos para o estudo quantitativo, mais dois pontos são merecedores de atenção. O primeiro tem a ver com o facto de, por um lado, os residentes percecionarem as suas zonas de residência como mal equipadas ou mesmo desprovidas de equipamentos e serviços como transportes públicos, bancos, correios e, por vezes, cafés, situação que Leal (2010) sugere poder ser causa de emigração ou migração para zonas mais desenvolvidas e, por outro lado, considerarem a sua área de residência como a zona ideal para morar, valorizando as pessoas que nela habitam, o contacto com a natureza e o seu sossego. Aliás, esta vinculação densificou-se quando se solicitou aos entrevistados que se imaginassem a viver na cidade e como seria a sua relação com os vizinhos. As opiniões foram unânimes relativamente à menor qualidade de vida derivada do que consideram que teriam no caso de viverem numa cidade como o stress diário, o barulho dos vizinhos e do trânsito, assim como a poluição. Acrescentaram ainda que derivado da falta de laços sociais e de confiança nos vizinhos, que os cumprimentariam, mas que a sua relação não passaria disso. O segundo ponto é a dicotomia existente entre os mais velhos e os mais novos. Por um lado, os mais velhos relataram que ainda se encontram ligados à terra, à agricultura e aos seus animais e que quando eram jovens o trabalho no campo era a forma principal de socialização que atribuem à solidariedade entre eles, forte coesão social e laços sociais que ainda hoje mantêm. Do outro lado estão os mais novos que já não trabalham no campo, que estudam ou trabalham fora e, por conseguinte, já não socializam da mesma forma nem têm os mesmos vínculos sociais, ou porque já não têm outros indivíduos da mesma idade com quem o fazer, ou por preferirem outras atividades (e.g. computadores). Esta situação também foi encontrada por Leal (2010), uma vez que verificou que o comportamento dos mais novos não é compreendido pelas

gerações mais velhas “(...) *porque no fundo alteram o estado contínuo de um modus vivendi há muito estabelecido*” (p. 413).

Entrando agora no estudo quantitativo, o mesmo iniciar-se-á pela discussão das diferenças entre ambientes no que diz respeito à explicação do sentimento de insegurança e posteriormente no que diz respeito à explicação das atitudes em relação à polícia. Simultaneamente procurar-se-á fazer a discussão dos resultados integrando, sempre que possível, os resultados encontrados no estudo qualitativo.

A fim de facilitar a discussão dos resultados, a tabela 17 sumaria os preditores que se revelaram significativos na explicação das variáveis dependentes relacionadas com o sentimento de insegurança por ambiente e a tabela 18 os preditores significativos na explicação das variáveis dependentes relacionadas com a polícia.

TABELA 22: Sumário das variáveis predictoras do sentimento de insegurança, por ambiente.

Variáveis	RURAL	URBANO
Medo do crime	Idade Criminalidade percebida na área de residência Confiança geral nas pessoas	Idade Equipamentos da área de residência Satisfação com a polícia na área de residência Eficácia da polícia
Risco percebido	Idade Visibilidade da polícia Controlo social informal Confiança geral nas pessoas	Idade Prevalência de vitimação
Comportamentos de segurança	Grau de escolaridade Prevalência de vitimação	Grau de escolaridade Satisfação com a polícia na área de residência

De uma forma geral, verifica-se que há um predomínio das variáveis relacionadas com o contexto na área de residência na explicação do sentimento de insegurança em ambiente rural e das variáveis relacionadas com a polícia na explicação da (in)segurança em ambiente urbano. Por outras palavras, em ambiente rural a confiança geral nas pessoas, o controlo social informal e a criminalidade percebida na área de residência contrapõem-se à satisfação com a polícia na área de residência e à eficácia percebida da polícia em ambiente urbano na explicação do sentimento de insegurança. Sobre este aspeto, relembra-se que a apresentação dos resultados revelou diferenças evidentes entre ambientes, no que diz respeito às variáveis relacionadas com a área de residência. Os residentes rurais reportaram significativamente níveis superiores de eficácia coletiva (coesão social e controlo social informal), de vinculação à área de residência e de laços de vizinhança, comparativamente aos residentes urbanos. Estes aspetos são claramente apoiados por Leal (2010) e seguem no mesmo sentido do encontrado no nosso estudo qualitativo. Concretamente e aprofundando a discussão dos preditores, no

concernente ao ambiente rural, Giblin, Burruss, Corsaro, & Schafer (2012) também verificaram que a eficácia coletiva opera para inibir problemas da área de residência, sendo que o medo do crime e o risco percebido de vitimação foram negativamente associados à eficácia coletiva. Aliás, neste ambiente, a percepção de controle social informal é por si só suficiente para reduzir o sentimento de insegurança geral na área de residência bem como o medo de vir a ser vítima de crime (Crank, Giacomazzi & Heck, 2003). As entrevistas no estudo qualitativo apoiam os resultados encontrados para o ambiente rural considerando os níveis elevados de eficácia coletiva e laços sociais demonstrados pelos entrevistados. Concomitantemente, este estudo demonstrou igualmente a elevada importância do “outro” (exterior à comunidade) no desencadeamento do sentimento de insegurança nos residentes rurais. Assim, como explica Little, Panelli & Kraack (2005), que “o outro” é a causa da ruptura das relações sociais da comunidade rural pela perda geral de confiança e elevação do sentido de alerta, é natural que a confiança geral nas pessoas influencie negativamente e predomine na explicação tanto no medo do crime como no risco percebido de vitimação de crime em ambiente rural. Por sua vez, a satisfação com a polícia na área de residência e a sua eficácia percebida pelos cidadãos emerge na explicação do sentimento de insegurança em ambiente urbano. Com efeito, os residentes urbanos que estão mais satisfeitos com a polícia têm menos medo do crime (Crowl & Battin, 2017; Dai & Johnson, 2009, Reisig & Giacomazzi, 1998; Reisig & Parques, 2000; Yuksel & Tepe, 2013). Concomitantemente o estudo de Hodgkinson *et al.* (2017) associou negativamente a eficácia percebida da polícia ao medo do crime em ambiente urbano. Aparentemente os residentes urbanos responsabilizam a polícia pela segurança da sua área de residência (Haberman, Groff, Ratcliffe, & Sorg, 2016). Acresce ainda dizer que Leal (2010) também concluiu no seu estudo que na explicação do sentimento de insegurança há um predomínio do controle social informal em ambiente rural e um predomínio do controle social formal em ambiente urbano.

Merecedor de referência em ambiente urbano é a percepção de mais equipamentos na área de residência enquanto fator de redução do medo do crime. Esta situação é apoiada pelas teorias do capital social, conforme indica Putnam (2001). As áreas de residência que disponham de recursos institucionais (e.g. polícia, escolas, igrejas e serviços) têm maior probabilidade de ver cumpridas as normas sociais de comportamento desejado (Sampson, 2001, *cit in* Ferguson & Mindel, 2007). Por outro lado, diferente do ambiente urbano, a criminalidade percebida e a visibilidade da polícia emergem na explicação do medo do crime e do risco percebido em ambiente rural. Efetivamente, Jackson (2004) associou positivamente e significativamente a

criminalidade percebida ao sentimento de insegurança, particularmente ao risco percebido em ambiente rural. Relativamente à visibilidade da polícia na explicação do sentimento de insegurança, os resultados aqui encontrados são diferentes dos verificados em ambiente urbano, na medida em que neste ambiente não são significativos e consistentes (Crowl, & Battin, 2017; Kelling, Pate, Dieckman, & Brown, 1974). Assim, recorrendo à informação vertida nas entrevistas do estudo qualitativo, verificou-se que a polícia tem muito pouca visibilidade e a que tem é esporádica e apenas em carro patrulha, pelo que, seguindo Hale (1996) de que o tipo (qualidade) de patrulhamento é que importa, pode-se compreender que a visibilidade possa ter um maior peso na explicação do sentimento de insegurança em ambiente rural comparativamente ao ambiente urbano.

Ainda que não seja uma diferença entre ambientes, a prevalência de vitimação deverá ser alvo de nota. De uma forma geral, estudos realizados com amostras constituídas por indivíduos provenientes de ambiente rural e urbano já haviam concluído que aqueles que foram vítimas na área de residência tiveram maior nível de risco percebido (LaGrange, Ferraro & Supancic, 1992) e mais medo do crime (Krulichová, 2018). Particularmente, no ambiente rural a vitimação foi igualmente associada aos comportamentos de segurança (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012). Este resultado também verificado no nosso estudo é apoiado pela informação obtida nas entrevistas onde a experiência de vitimação foi suficiente para se mudarem comportamentos como passar a fechar a porta de casa.

TABELA 23: Sumário das variáveis preditoras das atitudes em relação à polícia, por ambiente.

Variáveis	RURAL	URBANO
Satisfação com a polícia na área de residência	Criminalidade percebida na área de residência Equipamentos da área de residência	Visibilidade da polícia Equipamentos da área de residência Medo do crime
Confiança na polícia	Justiça distributiva Laços sociais	Grau de escolaridade Satisfação com a polícia na área de residência
Eficácia da polícia	Satisfação geral com a polícia Laços sociais	Satisfação geral com a polícia Equipamentos da área de residência Medo do crime

Das variáveis preditoras das atitudes em relação à polícia destacam-se três situações. Uma é predominância das determinantes relacionadas com a polícia tanto em ambiente rural como em ambiente urbano. Todavia, em ambiente rural, os residentes que percebem maior distribuição equitativa dos serviços policiais e estão mais satisfeitos com a polícia no geral, confiam mais nela e consideram-na mais eficaz, enquanto em ambiente urbano, aqueles que têm atitudes mais favoráveis à polícia são os residentes que percebem maior visibilidade da

polícia e que estão mais satisfeitos com ela de forma geral e na área de residência. De uma forma geral estes resultados são apoiados pela literatura na medida em que a satisfação com a polícia está significativa e substancialmente relacionada com a confiança nela depositada (Posick, Rocque & McDevitt, 2013), no sentido em que os cidadãos que estão satisfeitos com a polícia têm mais confiança do que os cidadãos que não estão satisfeitos (Boateng, 2012). Simultaneamente, aqueles que percebem que a polícia usa a justiça distributiva nas suas relações com o público (Hinds, & Murphy, 2007; Sunshine, & Tyler, 2003) e que é eficaz a controlar o crime são mais propensos a estar satisfeitos (Hinds & Murphy, 2007) e confiam mais (Weitzer & Tuch, 2005). Particularmente, em ambiente urbano, a visibilidade da polícia parece estar associada ao aumento da satisfação dos cidadãos com esta (Lai & Zhao, 2010).

Outra situação merecedora de destaque é a evidente influência do medo do crime na explicação das atitudes em relação à polícia em ambiente urbano, que segue o mesmo sentido da literatura de que à medida que a segurança percebida diminui (mais medo do crime), também diminui o nível de satisfação dos cidadãos com a polícia (Reisig & Giacomazzi, 1998; Reisig & Parques, 2000; Dai & Johnson, 2009; Yuksel & Tepe, 2013) bem como o seu nível de percepção de eficácia pela polícia (Hodgkinson *et al.*, 2017).

A terceira situação alvo de atenção são os laços sociais enquanto determinante da confiança e da percepção de eficácia da polícia em ambiente rural. Esta situação é surpreendente, uma vez que o resultado encontrado revela que quanto maior são os laços sociais entre os residentes, maior é a confiança na polícia e maior a percepção da sua eficácia pelos residentes. Ora, este resultado não é apoiado com a informação obtida no estudo qualitativo em que se verificaram laços sociais fortes entre os moradores e em simultâneo uma percepção menos favorável da polícia. Esta situação poderá significar que os rurais apesar de não estarem satisfeitos de uma forma geral com a polícia confiam, conforme refere Hawdon (2008), que esta se irá comportar de acordo com aquilo que é esperado dela.

No que diz respeito à satisfação com a polícia, à semelhança do sentimento de insegurança, a criminalidade percebida na área de residência volta a surgir em ambiente rural como um preditor significativo. Porém, a literatura tem revelado que esta variável não é consistente na determinação das atitudes em relação à polícia quer em ambiente rural (Jackson & Sunshine, 2006), quer em ambiente urbano (Haberman, Groff, Ratcliffe, & Sorg, 2016; Myhill e Bradford, 2012) e quer em estudos com amostras constituídas por indivíduos provenientes de ambos os ambientes (Hooghe & Vroome, 2016; Jackson & Bradford, 2009).

Os equipamentos na área de residência voltam a surgir como uma determinante significativa das atitudes em relação à polícia. Salienta-se, antes de mais, que os serviços policiais ou a existência da polícia fazem parte dos equipamentos, tendo inclusive sido incluída como tal na pergunta do inquérito relativa aos equipamentos da área de residência. Os equipamentos relacionaram-se positivamente às atitudes em relação à polícia não só em ambiente urbano, como também em ambiente rural, no sentido em que aqueles que percecionam a sua área de residência como melhor equipada apresentam igualmente melhores perceções sobre a polícia. De facto, os entrevistados reportaram que a sua área de residência estava desprovida de equipamentos e serviços, havendo até quem afirmasse que “*Nós aqui não temos nada (...)*”, revelando simultaneamente pouca satisfação com a polícia.

Ainda que sem distinção entre ambientes, a idade e o grau de escolaridade foram as variáveis sociodemográficas que emergiram como significativas na predição do sentimento de insegurança. Assim, a idade em ambos os ambientes foi significativa na determinação do medo do crime e do risco percebido, no sentido que quanto maior a idade, maior o medo do crime, bem como o risco percebido de vitimação. Alguns autores também verificaram em ambiente urbano que os mais velhos apesar de menos vitimados têm mais medo do crime (Covington & Taylor, 1991) e apresentam maiores níveis de risco percebido de vitimação (Adams & Serpe, 2000). Porém, este indicador não tem sido considerado consistente entre os diferentes estudos (Pain, 2001) e outros nem associação encontraram quer em ambiente urbano (Barton et al., 2017; Hodgkinson et al., 2017; Swartz, Reyns, Henson, & Wilcox, 2011), quer em ambiente rural (Giblin, Burruss, Corsaro & Schafer, 2012; Lytle & Randa, 2015). No que diz respeito ao grau de escolaridade, a literatura tem apresentado resultados com associação negativa ao medo do crime em ambiente urbano (Adams & Serpe, 2000; Scarborough, Like-Haislip, Novak, Lucas & Alarid; 2010) e sem associação em ambiente rural (Lytle & Randa, 2015). No nosso caso verificou-se que os indivíduos com menor nível de educação adotam mais comportamentos por razões de segurança, em ambos os ambientes, do que os residentes com níveis superiores de educação.

Pese embora as desordens sociais e físicas não tenham surgido como preditoras significativas das variáveis dependentes, de uma forma geral, correlacionaram-se positivamente com o sentimento de insegurança e negativamente com as atitudes relativamente à polícia. Todavia, em ambiente urbano, por comparação ao ambiente rural, as associações da desordem social foram significativas relativamente ao medo do crime, comportamentos de segurança e confiança na polícia, enquanto da desordem física foi significativa relativamente à confiança

na polícia. Por outras palavras, as desordens parecem determinar mais as relações em ambiente urbano, do que em ambiente rural. De facto, no que diz respeito ao sentimento de insegurança em ambiente urbano, os resultados estão de acordo com Scheider, Rowell & Bezdikian (2003) e, em ambiente rural com Mawby (2007). Aliás, este autor, no seu estudo em ambiente rural, explica que os entrevistados, apesar de identificarem incivilidades semelhantes entre as suas áreas de residência e os municípios em que aquelas se inserem, tinham uma propensão para identificar em menor quantidade na sua zona de residência e sentiam-se mais seguros nela. Aliás, no estudo qualitativo, os entrevistados não identificaram desordens físicas, e as desordens sociais sinalizadas como o consumo de estupefacientes por outros não constituíram um problema para aqueles. Concomitantemente, os cidadãos que percebem mais problemas na sua área de residência expressam níveis mais baixos de satisfação e confiança na polícia do que os residentes que não percebem tais incivilidades, em ambiente urbano (Reisig & Parques, 2000; Myhil e Bradford, 2012) e em ambiente rural (Jackson & Sunshine, 2006).

Por último, ao nível das correlações entre variáveis dependentes, encontrou-se uma associação significativa e negativa entre medo do crime e confiança na polícia em ambiente rural. Esta conclusão foi igualmente verificada por Lytle & Randa (2015) no seu estudo em ambiente semi-rural. Em ambiente urbano, todas as correlações, salvo entre risco percebido e confiança na polícia, e entre comportamentos de segurança e eficácia da polícia, foram significativas e negativas. Ou seja, de uma forma geral os residentes com níveis maiores de sentimento de insegurança demonstram atitudes menos favoráveis em relação à polícia. De facto, a literatura assim tem apontado em ambiente urbano. Os indivíduos com mais medo do crime estão significativamente menos satisfeitos com a polícia (Reisig & Giacomazzi, 1998; Reisig & Parques, 2000; Dai & Johnson, 2009; Yuksel & Tepe, 2013), aqueles que apresentam maior risco percebido e mais medo do crime, têm menor confiança na polícia (Boateng, 2012; Myhil & Bradford, 2012) e os que percebem menor eficácia da polícia estão associados a maiores níveis de medo do crime (Hodgkinson *et al.*, 2017).

CONCLUSÃO

A presente dissertação de mestrado pretendeu dar um contributo à explicação do fenómeno do sentimento de insegurança e das atitudes em relação à polícia. Considerando que são fenómenos bastante estudados em ambiente urbano, assumiu-se como objetivo explorar as diferenças entre ambiente rural e ambiente urbano, no que diz respeito à explicação do sentimento de insegurança, designadamente o medo do crime, o risco percebido de vitimação e os comportamentos adotados por motivos de segurança, bem como à explicação das atitudes relativamente à polícia, nomeadamente a satisfação geral com a polícia na área de residência, a confiança na polícia e a sua eficácia percebida pelos cidadãos.

Desta forma, realizou-se uma revisão da literatura, a fim de se conhecer as determinantes apontadas como mais relevantes. A análise apoiou-se assim num conjunto de variáveis que foram agrupadas em ecológicas ou contextuais associadas à área de residência, em sociodemográficas e relacionadas com a polícia e com o sentimento de insegurança.

Considerando que há poucos estudos sobre o ambiente rural o trabalho empírico envolveu o desenvolvimento de dois estudos, um qualitativo por entrevista realizado apenas em ambiente rural e outro quantitativo por inquérito aplicado em ambos os ambientes. Assim, o estudo qualitativo revelou a existência de laços sociais enraizados entre os residentes rurais como se todos pertencessem a uma única família. Verificou-se ainda elevado nível de coesão social associado a um forte controlo social informal, bem como perceções desfavoráveis sobre a polícia a ponto de considerarem que ela pouco ou nada contribui para a resolução de problemas na área de residência. O estudo quantitativo, de uma forma global, demonstrou que os residentes de ambos os ambientes se sentem seguros, sendo porém que o sentimento de insegurança em ambiente rural é explicado predominantemente por variáveis contextuais como a criminalidade percebida na área de residência, a coesão social e a confiança social e, em ambiente urbano, por variáveis policiais como a satisfação com a polícia na área de residência e eficácia da polícia. Já no que concerne às atitudes relativamente à polícia, verificou-se um predomínio das variáveis policiais em ambos os ambientes, pese embora, em ambiente rural tenha sido a justiça distributiva da polícia e a satisfação geral com a polícia, e em ambiente urbano tenha sido a visibilidade da polícia, a satisfação geral com a polícia e a satisfação com ela na área de residência. Por outras palavras, a polícia assume um papel preponderante na determinação do sentimento de insegurança em ambiente urbano, perdendo-o porém para o elevado nível de controlo social informal dos residentes em ambiente rural, e no que diz respeito à forma como os cidadãos percecionam a polícia, considerando a

prevalência de variáveis policiais em ambos os ambientes, aquela parece ser a maior responsável pela forma como é vista pelos cidadãos. Concomitantemente a associação significativa entre sentimento de insegurança e atitudes em relação à polícia evidenciou-se muito mais em ambiente urbano do que em ambiente rural e no sentido de aqueles que se sentem mais inseguros demonstram atitudes menos favoráveis em relação à polícia.

Não obstante estas conclusões e outras verificadas na discussão dos resultados, o presente estudo não está ausente de limitações. A mais proeminente é o tamanho amostral, quer na aplicação da metodologia qualitativa, quer na aplicação da metodologia quantitativa. Como referido na constituição da amostra, as entrevistas contaram com nove participantes de duas aldeias diferentes e, não obstante a informação recolhida ser de uma forma geral semelhante, considera-se que deveria ter abrangido mais participantes por aldeia, bem como mais aldeias, a fim de haver uma maior saturação empírica dos dados, uma diversidade ampla de contextos e eventualmente fazer até comparações entre características individuais, como por exemplo o género. Concomitantemente, no estudo quantitativo, não houve um critério para a selecção dos indivíduos a não ser o da disponibilidade, pelo que se tratou de uma amostragem por conveniência e não probabilística, perdendo-se algum rigor estatístico, na medida em que algumas características da população poderão não ter ficado representadas. É de se fazer notar no entanto, que o tamanho da amostra em ambos os estudos foi fruto do tempo disponível para a investigação aliado à dificuldade em aceder aos sujeitos em ambiente rural, considerando não só o facto de alguns não terem demonstrado disponibilidade, como também estarem isolados geograficamente. No entanto, de forma a reduzir a desvantagem de uma amostra por conveniência, procurou-se uma estratificação amostral ao nível do género e da idade, bem como uma diversificação dos locais de aplicação dos inquéritos.

Por último, a natureza transversal dos dados torna impossível estabelecer umnexo de causalidade entre o sentimento de insegurança e atitudes relativamente à polícia. Por outras palavras, não se pode dizer se os cidadãos insatisfeitos com a polícia ou que confiam menos nela, ou que a consideram menos eficaz, têm mais medo do crime, percebem maior risco, ou adotam mais comportamentos de segurança, ou, inversamente, se os residentes que se sentem mais inseguros têm mais atitudes desfavoráveis relativamente à polícia.

Apesar das limitações identificadas, e de outras que possam ser apontadas, considera-se que o presente estudo permitiu conhecer melhor o sentimento de insegurança e as atitudes em relação à polícia não só em ambiente urbano, como em ambiente rural, preparando igualmente

terreno para que outros estudos possam desenvolver o conhecimento sobre os fenómenos analisados em ambos os ambientes.

Neste sentido, futuras investigações deverão considerar amostras maiores a fim de poderem inferir para a população portuguesa. Concomitantemente, com vista ao incremento da consistência das conclusões, as entrevistas efetuadas em ambiente rural deverão ser aplicadas em ambiente urbano. Considerando a significância e o sentido da determinação dos laços sociais nas atitudes em relação à polícia em ambiente rural, bem como o resultado contrário obtido nas entrevistas, mais investigação é requerida com vista a uma melhor compreensão desta relação em ambiente rural. Por último, uma vez que a presente investigação considerou apenas a perspectiva instrumental (através da justiça distributiva) futuros inquéritos deverão conter um conjunto de itens da justiça procedimental no âmbito da perspectiva normativa.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, R. E., Rohe, W. M., & Arcury, T. A. (2005). Awareness of community-oriented policing and neighborhood perceptions in five small to midsize cities. *Journal of Criminal Justice*, 33(1), 43-54.
- Adams, R. E., & Serpe, R. T. (2000). Social integration, fear of crime, and life satisfaction. *Sociological Perspectives*, 43(4), 605-629.
- Agra, C. d., Quintas, J. & Fonseca, E. (2001). De lá securité démocratique à la démocratie sécuritaire: le cas Portugais. *Déviance et Société*. 25(4), 499-513.
- Alkimim, A., Clarke, K. C., & Oliveira, F. S. (2013). Fear, crime, and space: The case of Viçosa, Brazil. *Applied Geography*, 42, 124-132.
- Amerio, P., & Roccatto, M. (2007). Psychological reactions to crime in Italy: 2002–2004. *Journal of Community Psychology*, 35(1), 91-102.
- Barton, M. S., Weil, F., Jackson, M., & Hickey, D. A. (2017). An Investigation of the Influence of the Spatial Distribution of Neighborhood Violent Crime on Fear of Crime. *Crime & Delinquency*, 63(13), 1757-1776.
- Benedict, W. R., Brown, B., & Bower, D. J. (2000). Perceptions of the police and fear of crime in a rural setting: Utility of a geographically focused survey for police services, planning, and assessment. *Criminal Justice Policy Review*, 11(4), 275-298.
- Boateng, F. D. (2012). *Public Trust in the Police: Identifying factors that shape trust in the Ghanaian Police* (Doctoral dissertation, Washington State University).
- Bradford, B., Jackson, J., & Stanko, E. A. (2009). Contact and confidence: Revisiting the impact of public encounters with the police. *Policing & society*, 19(1), 20-46.
- Brandl, S. G., Frank, J., Wooldredge, J., & Cory Watkins, R. (1997). On the measurement of public support for the police: a research note. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 20(3), 473-480.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Brown, B., & Reed Benedict, W. (2002). Perceptions of the police: Past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. *Policing: an international journal of police strategies & management*, 25(3), 543-580.

- Brunton-Smith, I., Jackson, J., & Sutherland, A. (2014). Bridging structure and perception: On the neighbourhood ecology of beliefs and worries about violent crime. *British Journal of Criminology*, 54(4), 503-526.
- Cao, L., Frank, J., & Cullen, F. T. (1996). Race, community context and confidence in the police. *American journal of police*, 15(1), 3-22.
- Ceccato, V. (2015). Rural crime and community safety. *Journal of rural studies*, 39, 157-159.
- Ceccato, V. (2017). *Fear of crime and overall anxieties in rural areas from, The case of Sweden*. The Routledge International Handbook on Fear of Crime Routledge.
- Coleman, J. S. 1988. "Social Capital in the Creation of Human Capital." *American Journal of Sociology* 94:S95-S120.
- Coleman, J. S. (1990). Foundations of Social Theory. *Cambridge: The Belknap Press of Havard University Press*.
- Correia, M. E., Reisig, M. D., & Lovrich, N. P. (1996). Public perceptions of state police: An analysis of individual-level and contextual variables. *Journal of Criminal Justice*, 24(1), 17-28.
- Covington, J., & Taylor, R. B. (1991). Fear of crime in urban residential neighborhoods. *The Sociological Quarterly*, 32(2), 231-249.
- Crank, J. P. (1990). The influence of environmental and organizational factors on police style in urban and rural environments. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 27(2), 166-189.
- Crank, J. P., Giacomazzi, A., & Heck, C. (2003). Fear of crime in a nonurban setting. *Journal of Criminal Justice*, 31(3), 249-263.
- Crowl, J. N., & Battin, J. R. (2017). Fear of crime and the police: Exploring lifestyle and individual determinants among university students. *The Police Journal*, 90(3), 195-214.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/medo> [consultado em 11-12-2016].
- Daftary, A., & Craig, G. (2018). Analyzing Qualitative Data. *TB Stigma*, 358.
- Dai, M., & Johnson, R. R. (2009). Is neighborhood context a confounder? Exploring the effects of citizen race and neighborhood context on satisfaction with the police. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 32(4), 595-612.

- Dowler, K. (2003). Media consumption and public attitudes toward crime and justice: The relationship between fear of crime, punitive attitudes, and perceived police effectiveness. *Journal of criminal justice and popular culture*, 10(2), 109-126.
- DuBow, F., McCabe, E., & Kaplan, G. (1979). *Reactions to crime: a critical review of the literature: executive summary*. Department of Justice, Law Enforcement Assistance Administration, National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice.
- Dukes, R. L., & Hughes, R. H. (2004). Victimization, citizen fear, and attitudes toward police. *Free Inquiry in Creative Sociology*, 32(1), 51-58.
- Fagan, J., Tyler, T. R., & Meares, T. L. (2016). Street stops and police legitimacy in New York. *Comparing the democratic governance of police intelligence: New models of participation and expertise in the United States and Europe*, 203.
- Farrall, S. D., Jackson, J., & Gray, E. (2009). Social order and the fear of crime in contemporary times: *Oxford University Press*.
- Ferguson, K. M., & Mindel, C. H. (2007). Modeling fear of crime in Dallas neighborhoods: A test of social capital theory. *Crime & Delinquency*, 53(2), 322-349.
- Ferraro, K. F. (1995). *Fear of crime: Interpreting victimization risk*: SUNY press.
- Ferraro, K. F., & Grange, R. L. (1987). The measurement of fear of crime. *Sociological inquiry*, 57(1), 70-97.
- Frank, J., Smith, B. W., & Novak, K. J. (2005). Exploring the basis of citizens' attitudes toward the police. *Police quarterly*, 8(2), 206-228.
- Franklin, T. W., Franklin, C. A., & Fearn, N. E. (2008). A multilevel analysis of the vulnerability, disorder, and social integration models of fear of crime. *Social Justice Research*, 21(2), 204-227.
- Gabriel, U., & Greve, W. (2003). The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. *British Journal of Criminology*, 43(3), 600-614.
- Garcia, V., & Cao, L. (2005). Race and satisfaction with the police in a small city. *Journal of Criminal Justice*, 33(2), 191-199.
- Garland, D. (2001). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Garofalo, J. (1977). *The police and public opinion: An analysis of victimization and attitude data from 13 American cities* (pp. 12-14). US Department of Justice, Law Enforcement Assistance Administration, National Criminal Justice Information and Statistics Service.

- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: Causes and consequences. *J. Crim. L. & Criminology*, 72, 839.
- Gates, L. B., & Rohe, W. M. (1987). Fear and reactions to crime a revised model. *Urban Affairs Review*, 22(3), 425-453.
- Giblin, M. J., Burruss, G. W., Corsaro, N., & Schafer, J. A. (2012). Self-protection in rural America a risk interpretation model of household protective measures. *Criminal Justice Policy Review*, 23(4), 493-517.
- Gibson, C. L., Zhao, J., Lovrich, N. P., & Gaffney, M. J. (2002). Social integration, individual perceptions of collective efficacy, and fear of crime in three cities. *Justice quarterly*, 19(3), 537-564.
- Guedes, I. M. E. (2016). *Medo do Crime: Emergência, Reações Emocionais e Discursos. Contributos para a Utilização de Multi-Metodologias* (Doctoral dissertation, Universidade do Porto).
- Guedes, I., Cardoso, C., & Agra, C. (2012). Medo do crime. Revisão conceptual e metodológica. C. Agra, *A criminologia: Um Arquipélago Interdisciplinar*, 213-248.
- Haberman, C. P., Groff, E. R., Ratcliffe, J. H., & Sorg, E. T. (2016). Satisfaction With Police in Violent Crime Hot Spots Using Community Surveys as a Guide for Selecting Hot Spots Policing Tactics. *Crime & Delinquency*, 62(4), 525-557.
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International review of Victimology*, 4(2), 79-150.
- Hawdon, J. (2008). Legitimacy, trust, social capital, and policing styles: A theoretical statement. *Police quarterly*.
- Hayward K. (2012). Chicago School of Sociology. In McLaughlin, E., & Muncie, J. (Eds.). *The Sage dictionary of criminology* (pp. 30-32). Sage.
- Hinds, L., & Murphy, K. (2007). Public satisfaction with police: Using procedural justice to improve police legitimacy. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 40(1), 27-42.
- Hinkle, J. C., & Yang, S.-M. (2014). A new look into broken windows: What shapes individuals' perceptions of social disorder? *Journal of Criminal Justice*, 42(1), 26-35.
- Hodgkinson, T., Gately, N., McCue, J., Shuhad, A., Corrado, R. R., & Andresen, M. A. (2017). Fear of Crime in an Island Paradise: Examining the Generalizability of Key Theoretical Constructs in the Maldivian Context. *International Criminal Justice Review*, 27(2), 108-125.

- Hoggt, R., & Carrington, K. (1998). Crime, rurality and community. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 31(2), 160-181.
- Hooghe, M., & de Vroome, T. (2016). The relation between ethnic diversity and fear of crime: An analysis of police records and survey data in Belgian communities. *International Journal of Intercultural Relations*, 50, 66-75.
- Hwang, E. G., McGarrell, E. F., & Benson, B. L. (2005). Public satisfaction with the South Korean Police: The effect of residential location in a rapidly industrializing nation. *Journal of Criminal Justice*, 33(6), 585-599.
- Jackson, J. (2004). Experience and expression social and cultural significance in the fear of crime. *British Journal of Criminology*, 44(6), 946-966.
- Jackson, J., & Sunshine, J. (2006). Public confidence in policing: A neo-Durkheimian perspective. *British journal of criminology*, 47(2), 214-233.
- Jackson, J., & Bradford, B. (2009). Crime, policing and social order: on the expressive nature of public confidence in policing. *The British journal of sociology*, 60(3), 493-521.
- Jackson, J., & Bradford, B. (2010a). Police legitimacy: A conceptual review. Available at SSRN 1684507.
- Jackson, J., & Bradford, B. (2010b). What is Trust and Confidence in the Police?. *Policing: A journal of policy and practice*, 4(3), 241-248.
- Jackson, J., & Gouseti, I. (2014). Fear of crime. *The encyclopedia of theoretical criminology*.
- Jackson, J., & Gray, E. (2009). Functional fear and public insecurities about crime. *The British Journal of Criminology*, 50(1), 1-22.
- Jacob, H. (1971). Black and white perceptions of justice in the city. *Law & Soc'y Rev.*, 6, 69.
- Jang, H., Joo, H. J., & Zhao, J. S. (2010). Determinants of public confidence in police: An international perspective. *Journal of Criminal Justice*, 38(1), 57-68.
- Jang, H., & Hwang, E. (2014). Confidence in the police among Korean people: An expressive model versus an instrumental model. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 42(4), 306-323.
- Jesilow, P., Meyer, J. O., & Namazzi, N. (1995). Public attitudes toward the police. *American journal of police*, 14(2), 67-88.
- Jobes, P. C., Donnermeyer, J. F., & Barclay, E. (2005). A tale of two towns: Social structure, integration and crime in rural New South Wales. *Sociologia ruralis*, 45(3), 224-244.
- Kääriäinen, J. T. (2007). Trust in the police in 16 European countries: A multilevel analysis. *European journal of criminology*, 4(4), 409-435.

- Kanan, J. W., & Pruitt, M. V. (2002). Modeling fear of crime and perceived victimization risk: The (in) significance of neighborhood integration. *Sociological inquiry*, 72(4), 527-548.
- Kelling, G. L., Pate, T., Dieckman, D., & Brown, C. E. (1974). The Kansas City preventive patrol experiment. *Washington, DC: Police Foundation*.
- Klinger, D. A. (1997). Negotiating order in patrol work: An ecological theory of police response to deviance. *Criminology*, 35(2), 277-306.
- Krulichová, E. (2018). The relationship between fear of crime and risk perception across Europe. *Criminology & Criminal Justice*, 1748895818757832.
- Kubrin, C. E., & Weitzer, R. (2003). New directions in social disorganization theory. *Journal of research in crime and delinquency*, 40(4), 374-402.
- Kuhn, A., & Agra, C. d. (2010). Somos todos criminosos. *Editora: Casa das Letras*.
- Kvale, S. (1996). The 1,000-Page Question. *Qualitative inquiry*, 2(3), 275-284.
- Kvale, S., & Brinkmann, S. (2009). *Interviews: Learning the craft of qualitative research interviewing* (2nd ed.). Los Angeles: Sage Publications.
- LaGrange, R. L., & Ferraro, K. F. (1989). Assessing age and gender differences in perceived risk and fear of crime. *Criminology*, 27(4), 697-720.
- LaGrange, R. L., Ferraro, K. F., & Supancic, M. (1992). Perceived risk and fear of crime: Role of social and physical incivilities. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 29(3), 311-334.
- Legard, R., Keegan, J., & Ward, K. (2003). In-depth interviews. In J. Ritchie & J. Lewis (Eds.), *Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers* (p. 138-169). *London: Sage Publications*.
- Lai, Y. L., & Zhao, J. S. (2010). The impact of race/ethnicity, neighborhood context, and police/citizen interaction on residents' attitudes toward the police. *Journal of Criminal Justice*, 38(4), 685-692.
- Lane, J. (2015). Fear of Crime. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (Second Edition), 854-859.
- Leal, J. M. P. (2010). O sentimento de insegurança na discursividade sobre o crime. *Sociologias*, 12(23).
- Lee, M. R. (2008). Civic community in the hinterland: Toward a theory of rural social structure and violence. *Criminology*, 46(2), 447-478.

- Lee, M. R., & Slack, T. (2008). Labor market conditions and violent crime across the metro–nonmetro divide. *Social science research*, 37(3), 753-768.
- Lewis, D. A., & Maxfield, M. G. (1980). Fear in the neighborhoods: An investigation of the impact of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 17(2), 160-189.
- Little, J., Panelli, R., & Kraack, A. (2005). Women's fear of crime: A rural perspective. *Journal of Rural Studies*, 21(2), 151-163.
- Lytle, D. J., & Randa, R. (2015). The effects of police satisfaction on fear of crime in a semirural setting. *International criminal justice review*, 1057567715596048.
- Machado, C., & Agra, C. (2002). Insegurança e medo do crime: da ruptura da sociabilidade à reprodução da ordem social. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 12(1), 79-101.
- Markowitz, F. E., Bellair, P. E., Liska, A. E., & Liu, J. (2001). Extending social disorganization theory: Modeling the relationships between cohesion, disorder, and fear. *Criminology*, 39(2), 293-319.
- Mawby, R. I. (2007). Alternative Measures of 'Fear of Crime': Results from Crime Audits in a Rural County of England. *International Review of Victimology*, 14(3), 299-320.
- May, D. C., & Dunaway, R. G. (2000). Predictors of fear of criminal victimization at school among adolescents. *Sociological Spectrum*, 20(2), 149-168.
- McCluskey, J. D., McCluskey, C. P., & Enriquez, R. (2008). A comparison of Latino and White citizen satisfaction with police. *Journal of Criminal Justice*, 36(6), 471-477.
- Myhill, A., & Bradford, B. (2012). Can police enhance public confidence by improving quality of service? Results from two surveys in England and Wales. *Policing and society*, 22(4), 397-425.
- Nalla, M. K., & Madan, M. (2012). Determinants of citizens' perceptions of police–community cooperation in India: implications for community policing. *Asian Journal of Criminology*, 7(4), 277-294.
- Nofziger, S., & Williams, L. S. (2005). Perceptions of police and safety in a small town. *Police Quarterly*, 8(2), 248-270.
- Pain, R. (2000). Place, social relations and the fear of crime: a review. *Progress in Human Geography*, 24(3), 365-387.
- Pain, R. (2001). Gender, race, age and fear in the city. *Urban studies*, 38(5-6), 899-913.
- Pain, R., Williams, S., & Hudson, B. (2000). Auditing fear of crime on North Tyneside: a qualitative approach. *Paper presented at the British criminology conference: Selected proceedings*.

- Parker, K. D., Onyekwuluje, A. B., & Murty, K. S. (1995). African Americans' attitudes toward the local police: A multivariate analysis. *Journal of Black Studies*, 25(3), 396-409.
- Posick, C., Rocque, M., & McDevitt, J. (2013). One scale fits all? Assessing racial differences in the measurement of attitudes toward the police. *Race and Justice*, 3(3), 190-209.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster.
- Putnam, R. (2001). Social capital: Measurement and consequences. *Canadian journal of policy research*, 2(1), 41-51.
- Reisig, M. D., & Correia, M. E. (1997). Public evaluations of police performance: An analysis across three levels of policing. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 20(2), 311-325.
- Reisig, M. D., & Giacomazzi, A. L. (1998). Citizen perceptions of community policing: are attitudes toward police important?. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, 21(3), 547-561.
- Reisig, M. D., & Parks, R. B. (2000). Experience, quality of life, and neighborhood context: A hierarchical analysis of satisfaction with police. *Justice quarterly*, 17(3), 607-630.
- Reynolds, K. M., Semukhina, O. B., & Demidov, N. N. (2008). A Longitudinal Analysis of Public Satisfaction with the Police in the Volgograd Region of Russia 1998—2005. *International criminal justice review*, 18(2), 158-189.
- Ross, C. E., & Mirowsky, J. (1999). Disorder and decay the concept and measurement of perceived neighborhood disorder. *Urban Affairs Review*, 34(3), 412-432.
- Sampson, R. J., & Bartusch, D. J. (1998). Legal cynicism and (subcultural?) tolerance of deviance: The neighborhood context of racial differences. *Law and society review*, 777-804.
- Sampson, R. J., & Groves, W. B. (1989). Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. *American journal of sociology*, 94(4), 774-802.
- Sampson, R. J., Raudenbush, S. W., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*, 277(5328), 918-924.
- Scaglion, R., & Condon, R. G. (1980). Determinants of attitudes toward city police. *Criminology*, 17(4), 485-494.

- Scarborough, B. K., Like-Haislip, T. Z., Novak, K. J., Lucas, W. L., & Alarid, L. F. (2010). Assessing the relationship between individual characteristics, neighborhood context, and fear of crime. *Journal of Criminal Justice*, 38(4), 819-826.
- Schafer, J. A., Huebner, B. M., & Bynum, T. S. (2003). Citizen perceptions of police services: Race, neighborhood context, and community policing. *Police quarterly*, 6(4), 440-468.
- Scheider, M. C., Rowell, T., & Bezdikian, V. (2003). The impact of citizen perceptions of community policing on fear of crime: Findings from twelve cities. *Police Quarterly*, 6(4), 363-386.
- Seron, C., Pereira, J., & Kovath, J. (2004). Judging police misconduct: "Street-Level" versus professional policing. *Law & Society Review*, 38(4), 665-710.
- Shaw, C., e McKay, H. (2014). Juvenile delinquency and urban areas. In Tammy, L. (Ed.), *Understanding Deviance: connecting classical and contemporary perspectives* (pp. 106-130). New York e London: Routledge.
- Smith, P. E., & Hawkins, R. O. (1973). Victimization, types of citizen-police contacts, and attitudes toward the police. *Law & Society Review*, 8(1), 135-152.
- Skogan, W. G. (1996). The police and public opinion in Britain. *American Behavioral Scientist*, 39(4), 421-432.
- Skogan, W. G. (1999). Measuring what matters: crime, disorder, and fear. *Measuring what matters*, 37-53.
- Skogan, W. G. (2005). Citizen satisfaction with police encounters. *Police quarterly*, 8(3), 298-321.
- Skogan, W. G. (2009). Concern about crime and confidence in the police reassurance or accountability? *Police quarterly*, 12(3), 301-318.
- Skogan, W. (2015). Disorder and decline: The state of research. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52(4), 464-485.
- Skogan, W. G., & Maxfield, M. G. (1981). *Coping with crime: Individual and neighborhood reactions* (p. 272). Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Skogan, W. G., Hartnett, S. M., DuBois, J., Comey, J. T., Kaiser, M., & Lovig, J. H. (1999). *On the beat: Police and community problem solving*. Boulder, CO: Westview Press.
- Sullivan, P. S., Dunham, R. G., & Alpert, G. P. (1987). Attitude structures of different ethnic and age groups concerning police. *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-), 78(1), 177-196.

- Sun, I. Y., & Wu, Y. (2015). Arab Americans' confidence in police. *Crime & Delinquency*, 61(4), 483-508.
- Sun, I., Hu, R., & Wu, Y. (2012). Social capital, political participation, and trust in the police in urban China. *Australian & New Zealand journal of criminology*, 45(1), 87-105.
- Sunshine, J., & Tyler, T. R. (2003). The role of procedural justice and legitimacy in shaping public support for policing. *Law & society review*, 37(3), 513-548.
- Swartz, K., Reyns, B. W., Henson, B., & Wilcox, P. (2011). Fear of in-school victimization: Contextual, gendered, and developmental considerations. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 9(1), 59-78.
- Taylor, R. B. (1999). The incivilities thesis: Theory, measurement, and policy. *Measuring what matters*, 65-88.
- Taylor, R. B., & Covington, J. (1993). Community structural change and fear of crime. *Social problems*, 40(3), 374-397.
- Taylor, R. B., & Shumaker, S. A. (1990). Local crime as a natural hazard: Implications for understanding the relationship between disorder and fear of crime. *American journal of community psychology*, 18(5), 619-641.
- Taylor, R. B., Shumaker, S. A., & Gottfredson, S. D. (1985). Neighborhood-level links between physical features and local sentiments: Deterioration, fear of crime, and confidence. *Journal of architectural and planning research*, 2(4), 261-275.
- Tyler, T. R., & Wakslak, C. J. (2004). Profiling and police legitimacy: Procedural justice, attributions of motive, and acceptance of police authority. *Criminology*, 42(2), 253-282.
- Tyler, T. R. (2003). Procedural justice, legitimacy, and the effective rule of law. *Crime and justice*, 30, 283-357.
- Tyler, T. R. (2004). Enhancing police legitimacy. *The annals of the American academy of political and social science*, 593(1), 84-99.
- Tyler, T. R. (2006). *Why people obey the law*. Princeton University Press.
- Vershelde, M., & Rogge, N. (2012). An environment-adjusted evaluation of citizen satisfaction with local police effectiveness: Evidence from a conditional Data Envelopment Analysis approach. *European Journal of Operational Research*, 223(1), 214-225.
- Wang, S. Y. K., & Sun, I. Y. (2018). A Comparative Study of Rural and Urban Residents' Trust in Police in Taiwan. *International Criminal Justice Review*, 1057567718763724.

- Warr, M. (2000). Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy. *Criminal justice*, 4(4), 451-489.
- Weitzer, R., & Tuch, S. A. (2005). Determinants of public satisfaction with the police. *Police quarterly*, 8(3), 279-297.
- Weitzer, R. (1999). Citizens' perceptions of police misconduct: Race and neighborhood context. *Justice quarterly*, 16(4), 819-846.
- Welsh, B. C., Braga, A. A., & Bruinsma, G. J. (2015). Reimagining broken windows: From theory to policy. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 52(4), 447-463.
- Wikström, P.-O. H., & Dolmén, L. (2001). Urbanisation, neighbourhood social integration, informal social control, minor social disorder, victimisation and fear of crime. *International review of Victimology*, 8(2), 121-140.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken windows. Critical issues in policing: Contemporary readings, 395-407.
- Worrall, J. L. (1999). Public perceptions of police efficacy and image: The “fuzziness” of support for the police. *American Journal of Criminal Justice*, 24(1), 47-66.
- Wu, Y., Sun, I. Y., & Hu, R. (2016). Public trust in the Chinese police: The impact of ethnicity, class, and Hukou. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 49(2), 179-197.
- Yuksel, Y., & Tepe, F. (2013). Citizen satisfaction with police and community policing. *European scientific journal*, 9(14).

ANEXOS

ANEXO A – Definição de freguesias urbanas, mediantemente urbanas e rurais⁴

Freguesia urbana - Freguesias que possuam densidade populacional superior a 500 hab./Km² ou que integrem um Lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes.

Freguesia mediantemente urbana -Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semi-urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%. A média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia é calculada para os espaços urbanos, semi-urbanos e de ocupação predominantemente rural e resulta, em cada um deles, da média entre as proporções da população residente em cada espaço e a população residente total da freguesia e as proporções da superfície em cada espaço e a superfície total da freguesia; a avaliação da integração no lugar resulta de um valor igual ou superior a 50% em, pelo menos, uma das seguintes proporções: população do lugar na freguesia/população da freguesia (%) ou população do lugar na freguesia/população do lugar (%).

Freguesia rural - freguesias não classificadas nem como urbanas nem como semi-urbanas

⁴ Fonte: Instituto Nacional de Estatística - <http://smi.ine.pt/Categoria>

ANEXO B – Guião de entrevista

Guião de Entrevista

- ✓ Bom dia. Antes de mais, gostaria de lhe agradecer pelo seu contributo e disponibilidade. Como referido, esta entrevista tem como objectivo perceber aquilo que vê como problemas sociais, bem como problemas ambientais na sua área de residência. Para tal irei fazer algumas perguntas, às quais gostaria que respondesse. Também como já lhe foi dito, o seu anonimato e confidencialidade da entrevista serão garantidos. Tem alguma dúvida?
- ✓ Para começar, gostaria de fazer algumas perguntas sobre a sua área de residência.
 - Fale-me sobre o seu quotidiano e do lugar onde vive.
 - Que rotinas e principais características? (p. ex. como é viver neste local; serviços/equipamentos disponíveis: saúde, transportes, associações, etc; se trabalha fora a que horas regressa)
 - Há quanto tempo vive nesta zona?
 - Viveu sempre aqui?
 - Quanto tempo é que costuma passar aqui?
 - Se pudesse mudar alguma coisa o que mudaria?
 - Se pudesse mudaria de área de residência?
 - Como poderia delimitar a sua zona?
- ✓ Agora, gostava de conversar sobre os seus vizinhos.
 - Fale-me um pouco sobre eles.
 - Como é que os vizinhos se dão? E a relação com as outras pessoas?
 - O que valoriza?
 - Já viveu noutros sítios? (comparação de pessoas/vizinhança – ver última parte do guião)
 - Costuma haver pessoas de fora?
- ✓ Ainda na sua área de residência.
 - No seu dia-a-dia quais os locais que gosta?
 - Porque o fazem sentir dessa forma?
 - O que distingue esse espaço de outros espaços?
 - E os que não gosta?
 - Como é que se sente neles?
 - Consegue descrever-me o que é que nesse espaço o faz sentir assim?

- Há algum problema que identifique na sua área de residência?
 - Explique-me porque é que isso constitui um problema.
 - E relativamente às pessoas:
 - Já teve ou viu algum tipo de problema? Conte-me um episódio.
 - Esse episódio afetou a sua opinião sobre as pessoas? De que modo?
 - Imagine uma zona ideal. Como a descreveria?
 - A sua zona enquadra-se nesse ideal? Descreva.
 - Sempre foi dessa opinião? Se não, o que mudou?
- ✓ Já me falou de vários aspetos da zona onde vive. Agora gostava que lhe fazer algumas perguntas sobre segurança?
- Há algum espaço ou alguma coisa que o faça sentir mais inseguro?
 - Como é que é esse local? Descampado? Deserto?
 - Com que frequência e em que altura do dia é que costuma passar nele?
 - Tem receio que possa aparecer alguém?
 - Vai sozinho ou acompanhado?
 - Por outro lado, o que é que existe que o faça sentir mais seguro?
 - Já foi vítima ou outra pessoa foi vítima? O que aconteceu?
 - Já viu ou tomou conhecimento de alguma coisa desagradável?
 - Sabe se mais alguém sente o mesmo? O que sucedeu?
 - Pode explicar-me o que é sentir-se inseguro?
 - Há algum comportamento ou atitude que tenha adotado para se sentir mais seguro?
- ✓ Ainda na sua área de residência.
- Se pudesse sugerir ao Governo ou a quem tem poder de tomar decisões, o que pediria para a sua área de residência?
 - Se pudesse o que mudaria ou sugeria que se implementasse?
 - E por razões de segurança, sugeriria alguma coisa mais?
 - O que pensa das forças de segurança da sua área de residência?
 - Como vê o trabalho desenvolvido pela Polícia?
 - O que pensa sobre o seu desempenho?
 - Fazem-no sentir mais seguro?
- ✓ Em função do que me descreveu sobre a sua zona de residência, imagine que vivia num centro urbano como o do Porto, o que acha que mudaria?

- Que problemas é que pensa que encontraria?
 - E relativamente à sua vizinhança? Como seria a sua relação com eles?
- ✓ Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?

Dou por terminada a entrevista e agradeço-lhe novamente a amabilidade pelo tempo que dispensou e pela informação que partilhou. Desejo-lhe a continuação de um bom dia.

ANEXO C – Modelos parcelares de predição do medo do crime

Tabela 1: Predição do medo do crime, pelas variáveis sociodemográficas

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Género	Rural	.272	.175	.151	.124
	Urbano	.118	.140	.080	.398
Idade	Rural	.019	.007	.343	.008
	Urbano	.011	.005	.223	.048
Escolaridade	Rural	-.024	.027	-.113	.379
	Urbano	-.025	.024	-.129	.293
Estatuto socioeconómico	Rural	.182	.106	.177	.090
	Urbano	-.071	.091	-.079	.439
R²	Rural	.172			
	Urbano	.114			
F	Rural	4.772			
	Urbano	3.313			
P-value	Rural	.002			
	Urbano	.013			

Tabela 2: Predição do medo do crime, pelas variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Vitimação	Rural	.534	.278	.196	.058
	Urbano	.389	.210	.175	.066
Satisfação Geral na Polícia	Rural	.042	.121	.037	.729
	Urbano	-.166	.113	-.150	.146
Visibilidade da Polícia	Rural	-.132	.103	-.135	.207
	Urbano	-.128	.075	-.173	.091
R²	Rural	.060			
	Urbano	.130			
F	Rural	1.953			
	Urbano	5.222			
P-value	Rural	.127			
	Urbano	.002			

Tabela 3: Predição do medo do crime, pelas variáveis independentes relacionadas com a área de residência

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Desordens Sociais	Rural	.206	.225	.105	.361
	Urbano	.244	.153	.196	.113
Desordens Físicas	Rural	-.074	.160	-.053	.644
	Urbano	-.018	.145	-.016	.900
Criminalidade percebida na área de residência	Rural	.508	.146	.321	.001
	Urbano	-.218	.125	-.163	.085
Coesão Social	Rural	-.086	.115	-.090	.455
	Urbano	-.121	.105	-.148	.252
Controlo Social Informal	Rural	-.036	.083	-.042	.668
	Urbano	-.003	.089	-.003	.973
Vinculação Área de Residência	Rural	-.212	.120	-.186	.081
	Urbano	-.116	.138	-.100	.403
Laços sociais	Rural	-.085	.131	-.083	.516
	Urbano	.198	.151	.169	.194
Confiança Geral Pessoas	Rural	-.093	.042	-.216	.031
	Urbano	-.037	.042	-.085	.386
Equipamentos Área de Residência	Rural	-.100	.118	-.084	.401
	Urbano	-.344	.094	-.373	.000
R ²	Rural	.348			
	Urbano	.255			
F	Rural	4.864			
	Urbano	3.414			
P-value	Rural	.000			
	Urbano	.001			

Tabela 4: Predição do medo do crime, pelas variáveis dependentes

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Satisfação com a polícia na área de residência	Rural	-.113	.104	-.134	.277
	Urbano	-.206	.085	-.251	.018
Confiança na Polícia	Rural	-.073	.045	-.252	.105
	Urbano	-.041	.033	-.135	.208
Eficácia da Polícia	Rural	.272	.171	.226	.115
	Urbano	-.303	.122	-.261	.015
R ²	Rural	.064			
	Urbano	.297			
F	Rural	2.066			
	Urbano	14.784			
P-value	Rural	.110			
	Urbano	.000			

ANEXO D – Modelos parcelares de predição do risco percebido

Tabela 1: Predição do risco percebido, pelas variáveis sociodemográficas

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Género	Rural	-.021	.197	-.010	.917
	Urbano	.016	.142	.011	.910
Idade	Rural	.019	.008	.310	.019
	Urbano	.017	.005	.358	.002
Escolaridade	Rural	-.003	.031	-.011	.931
	Urbano	.015	.024	.075	.537
Estatuto socioeconómico	Rural	-.115	.119	-.102	.337
	Urbano	-.079	.093	-.087	.398
R²	Rural	.131			
	Urbano	.113			
F	Rural	3.478			
	Urbano	3.279			
P-value	Rural	.011			
	Urbano	.014			

Tabela 2: Predição do risco percebido, pelas variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Vitimação	Rural	.024	.310	.008	.937
	Urbano	.553	.219	.247	.013
Satisfação Geral na Polícia	Rural	-.004	.135	-.003	.979
	Urbano	-.048	.118	-.044	.682
Visibilidade da Polícia	Rural	.323	.115	.293	.006
	Urbano	.075	.078	.101	.338
R²	Rural	.085			
	Urbano	.065			
F	Rural	2.821			
	Urbano	2.444			
P-value	Rural	.043			
	Urbano	.068			

Tabela 3: Predição do risco percebido, pelas variáveis independentes relacionadas com a área de residência

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Desordens Sociais	Rural	.058	.301	.024	.847
	Urbano	-.077	.167	-.061	.647
Desordens Físicas	Rural	.051	.214	.030	.813
	Urbano	.126	.159	.107	.430
Criminalidade percebida na área de residência	Rural	-.017	.196	-.009	.931
	Urbano	-.105	.136	-.079	.442
Coesão Social	Rural	-.021	.154	-.018	.891
	Urbano	-.126	.115	-.154	.275
Controlo Social Informal	Rural	-.360	.111	-.354	.002
	Urbano	.147	.097	.163	.133
Vinculação Área de Residência	Rural	-.066	.160	-.048	.681
	Urbano	-.092	.151	-.080	.543
Laços sociais	Rural	.222	.176	.179	.210
	Urbano	.184	.165	.157	.269
Confiança Geral Pessoas	Rural	-.115	.057	-.222	.046
	Urbano	.089	.046	.208	.057
Equipamentos Área de Residência	Rural	-.010	.159	-.007	.951
	Urbano	-.102	.103	-.111	.324
R ²	Rural	.195			
	Urbano	.105			
F	Rural	2.212			
	Urbano	1.170			
P-value	Rural	.029			
	Urbano	.324			

Tabela 4: Predição do risco percebido, pelas variáveis dependentes

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Satisfação com a polícia na área de residência	Rural	.161	.119	.170	.179
	Urbano	-.129	.096	-.160	.183
Confiança na Polícia	Rural	-.022	.051	-.068	.668
	Urbano	-.010	.037	-.032	.792
Eficácia da Polícia	Rural	.011	.196	.008	.957
	Urbano	-.123	.138	-.108	.376
R ²	Rural	.021			
	Urbano	.067			
F	Rural	.654			
	Urbano	2.500			
P-value	Rural	.583			
	Urbano	.064			

ANEXO E – Modelos parcelares de predição dos comportamentos de segurança

Tabela 1: Predição dos comportamentos de segurança, pelas variáveis sociodemográficas

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Género	Rural	-.241	.361	-.068	.506
	Urbano	.457	.301	.143	.132
Idade	Rural	-.012	.015	-.112	.404
	Urbano	.005	.011	.054	.629
Escolaridade	Rural	-.146	.057	-.347	.011
	Urbano	-.124	.051	-.295	.017
Estatuto socioeconómico	Rural	.239	.219	.118	.277
	Urbano	-.025	.197	-.013	.899
R²	Rural	.089			
	Urbano	.115			
F	Rural	2.245			
	Urbano	3.340			
P-value	Rural	.070			
	Urbano	.013			

Tabela 2: Predição dos comportamentos de segurança, pelas variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Vitimação	Rural	1.205	.550	.221	.031
	Urbano	1.057	.468	.223	.026
Satisfação Geral na Polícia	Rural	-.219	.240	-.096	.362
	Urbano	.146	.253	.062	.564
Visibilidade da Polícia	Rural	-.203	.205	-.104	.324
	Urbano	-.050	.168	-.032	.765
R²	Rural	.080			
	Urbano	.049			
F	Rural	2.639			
	Urbano	1.789			
P-value	Rural	.055			
	Urbano	.154			

Tabela 3: Predição dos comportamentos de segurança, pelas variáveis independentes relacionadas com a área de residência

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Desordens Sociais	Rural	-.605	.527	-.147	.254
	Urbano	.641	.345	.244	.066
Desordens Físicas	Rural	.245	.375	.084	.516
	Urbano	-.018	.328	-.007	.957
Criminalidade percebida na área de residência	Rural	.347	.343	.105	.314
	Urbano	-.245	.282	-.088	.386
Coesão Social	Rural	.061	.269	.031	.822
	Urbano	.313	.237	.182	.190
Controlo Social Informal	Rural	.127	.194	.072	.514
	Urbano	-.291	.200	-.153	.149
Vinculação Área de Residência	Rural	-.024	.281	-.010	.931
	Urbano	.259	.312	.106	.409
Laços sociais	Rural	-.591	.307	-.277	.057
	Urbano	.145	.341	.059	.673
Confiança Geral Pessoas	Rural	-.150	.100	-.168	.135
	Urbano	-.204	.095	-.227	.034
Equipamentos Área de Residência	Rural	-.301	.278	-.121	.283
	Urbano	-.216	.213	-.112	.314
R ²	Rural	.174			
	Urbano	.140			
F	Rural	1.916			
	Urbano	1.623			
P-value	Rural	.061			
	Urbano	.121			

Tabela 4: Predição dos comportamentos de segurança, pelas variáveis dependentes

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Satisfação com a polícia na área de residência	Rural	.126	.213	.075	.556
	Urbano	-.424	.209	-.240	.045
Confiança na Polícia	Rural	-.080	.091	-.139	.383
	Urbano	-.110	.080	-.167	.170
Eficácia da Polícia	Rural	.026	.351	.011	.942
	Urbano	.327	.299	.131	.276
R ²	Rural	.012			
	Urbano	.089			
F	Rural	.367			
	Urbano	3.412			
P-value	Rural	.777			
	Urbano	.020			

ANEXO F – Modelos parcelares de predição da satisfação com a polícia na área de residência

Tabela 1: Predição da satisfação com a polícia na área de residência, pelas variáveis sociodemográficas

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Género	Rural	.041	.215	.019	.850
	Urbano	.215	.183	.118	.242
Idade	Rural	.016	.009	.248	.065
	Urbano	-.001	.007	-.011	.924
Escolaridade	Rural	.044	.034	.175	.193
	Urbano	-.016	.031	-.068	.600
Estatuto socioeconómico	Rural	-.260	.130	-.215	.049
	Urbano	.018	.119	.017	.877
R²	Rural	.093			
	Urbano	.015			
F	Rural	2.330			
	Urbano	.380			
P-value	Rural	.062			
	Urbano	.823			

Tabela 2: Predição da satisfação com a polícia na área de residência, pelas variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Vitimação	Rural	-.851	.790	-.372	.309
	Urbano	-.637	.384	-.292	.112
Visibilidade da Polícia	Rural	.077	.351	.060	.832
	Urbano	.396	.165	.452	.025
Justiça Distributiva	Rural	-1.285	.571	-.689	.051
	Urbano	.445	.315	.267	.172
Satisfação com os contactos voluntários	Rural	.154	.465	.109	.748
	Urbano	-.137	.156	-.149	.389
Satisfação com os contactos compulsivos	Rural	.325	.403	.258	.441
	Urbano	-.099	.215	-.081	.650
R²	Rural	.441			
	Urbano	.521			
F	Rural	1.423			
	Urbano	4.788			
P-value	Rural	.304			
	Urbano	.004			

Tabela 3: Predição da satisfação com a polícia na área de residência, pelas variáveis independentes relacionadas com a área de residência

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Desordens Sociais	Rural	-.216	.282	-.088	.447
	Urbano	-.042	.181	-.029	.815
Desordens Físicas	Rural	-.128	.200	-.073	.525
	Urbano	-.243	.172	-.176	.161
Criminalidade percebida na área de residência	Rural	-.723	.184	-.368	.000
	Urbano	-.028	.148	-.018	.851
Coesão Social	Rural	-.003	.144	-.003	.983
	Urbano	-.128	.125	-.133	.306
Controlo Social Informal	Rural	.003	.104	.003	.977
	Urbano	-.025	.105	-.023	.814
Vinculação Área de Residência	Rural	.064	.150	.045	.672
	Urbano	-.061	.164	-.045	.711
Laços sociais	Rural	.195	.164	.153	.239
	Urbano	.196	.179	.142	.277
Confiança Geral Pessoas	Rural	-.050	.053	-.093	.353
	Urbano	.083	.050	.164	.101
Equipamentos Área de Residência	Rural	.345	.149	.233	.023
	Urbano	.457	.112	.423	.000
R ²	Rural	.337			
	Urbano	.241			
F	Rural	4.628			
	Urbano	3.182			
P-value	Rural	.000			
	Urbano	.002			

Tabela 4: Predição da satisfação com a polícia na área de residência, pelas variáveis dependentes

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Medo do Crime	Rural	-.244	.127	-.204	.058
	Urbano	-.590	.126	-.484	.000
Risco Percebido	Rural	.204	.114	.190	.077
	Urbano	.041	.128	.033	.747
R ²	Rural	.052			
	Urbano	.218			
F	Rural	2.582			
	Urbano	14.736			
P-value	Rural	.081			
	Urbano	.000			

ANEXO G – Modelos parcelares de predição da confiança na polícia

Tabela 1: Predição da confiança na polícia, pelas variáveis sociodemográficas

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Género	Rural	-.248	.642	-.040	.699
	Urbano	.589	.482	.121	.225
Idade	Rural	.055	.027	.282	.042
	Urbano	.014	.018	.092	.431
Escolaridade	Rural	.202	.104	.273	.054
	Urbano	.049	.082	.077	.549
Estatuto socioeconómico	Rural	-.701	.396	-.193	.080
	Urbano	.122	.316	.041	.701
R²	Rural	.082			
	Urbano	.026			
F	Rural	2.010			
	Urbano	.687			
P-value	Rural	.100			
	Urbano	.603			

Tabela 2: Predição da confiança na polícia, pelas variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Vitimação	Rural	-2.461	2.134	-.409	.282
	Urbano	-.989	1.077	-.160	.369
Satisfação Geral na Polícia	Rural	3.164	2.007	.593	.154
	Urbano	.435	.790	.114	.588
Visibilidade da Polícia	Rural	-.766	1.081	-.229	.499
	Urbano	.565	.516	.228	.286
Justiça Distributiva	Rural	-1.636	1.563	-.333	.326
	Urbano	2.043	.958	.433	.045
Satisfação com os contactos voluntários	Rural	.403	1.352	.109	.773
	Urbano	-.587	.444	-.225	.200
Satisfação com os contactos compulsivos	Rural	-.329	1.085	-.099	.769
	Urbano	.562	.601	.163	.360
R²	Rural	.483			
	Urbano	.555			
F	Rural	1.243			
	Urbano	4.372			
P-value	Rural	.377			
	Urbano	.005			

Tabela 3: Predição da confiança na polícia, pelas variáveis independentes relacionadas com a área de residência

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Desordens Sociais	Rural	-.864	.904	-.117	.342
	Urbano	.007	.501	.002	.988
Desordens Físicas	Rural	.548	.643	.104	.396
	Urbano	-.800	.476	-.207	.096
Criminalidade percebida na área de residência	Rural	-.788	.589	-.133	.184
	Urbano	.131	.409	.030	.750
Coesão Social	Rural	-1.021	.461	-.286	.030
	Urbano	.487	.345	.180	.161
Controlo Social Informal	Rural	.408	.333	.129	.225
	Urbano	-.188	.291	-.063	.520
Vinculação Área de Residência	Rural	.008	.481	.002	.987
	Urbano	-.269	.453	-.071	.554
Laços sociais	Rural	1.386	.527	.360	.010
	Urbano	.060	.496	.016	.904
Confiança Geral Pessoas	Rural	.116	.171	.072	.500
	Urbano	.119	.138	.084	.393
Equipamentos Área de Residência	Rural	1.058	.477	.236	.029
	Urbano	1.171	.310	.386	.000
R ²	Rural	.251			
	Urbano	.261			
F	Rural	3.054			
	Urbano	3.523			
P-value	Rural	.003			
	Urbano	.001			

Tabela 4: Predição da confiança na polícia, pelas variáveis dependentes

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Medo do Crime	Rural	-.728	.383	-.206	.060
	Urbano	-1.506	.342	-.460	.000
Risco Percebido	Rural	.204	.339	.065	.548
	Urbano	.222	.340	.068	.514
R ²	Rural	.037			
	Urbano	.182			
F	Rural	1.807			
	Urbano	11.868			
P-value	Rural	.170			
	Urbano	.000			

ANEXO H – Modelos parcelares de predição da eficácia da polícia

Tabela 1: Predição da eficácia da polícia, pelas variáveis sociodemográficas

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Género	Rural	.162	.153	.108	.292
	Urbano	.076	.126	.060	.547
Idade	Rural	.018	.006	.391	.005
	Urbano	-.001	.005	-.023	.843
Escolaridade	Rural	.044	.024	.246	.078
	Urbano	-.011	.021	-.066	.605
Estatuto socioeconómico	Rural	-.107	.094	-.123	.257
	Urbano	.118	.083	.153	.155
R²	Rural	.118			
	Urbano	.022			
F	Rural	2.957			
	Urbano	.583			
P-value	Rural	.024			
	Urbano	.675			

Tabela 2: Predição da eficácia da polícia, pelas variáveis independentes relacionadas com a polícia e sentimento de insegurança

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Vitimação	Rural	-.244	.258	-.178	.371
	Urbano	.119	.304	.067	.390
Satisfação Geral na Polícia	Rural	.770	.242	.633	.013
	Urbano	.528	.223	.484	.028
Visibilidade da Polícia	Rural	-.021	.130	-.027	.878
	Urbano	.115	.146	.163	.437
Justiça Distributiva	Rural	.019	.189	.017	.922
	Urbano	.289	.271	.214	.298
Satisfação com os contactos voluntários	Rural	-.033	.163	-.038	.847
	Urbano	.152	.125	.203	.240
Satisfação com os contactos compulsivos	Rural	.284	.131	.376	.062
	Urbano	-.155	.170	-.157	.372
R²	Rural	.855			
	Urbano	.565			
F	Rural	7.844			
	Urbano	4.548			
P-value	Rural	.005			
	Urbano	.004			

Tabela 3: Predição da eficácia da polícia, pelas variáveis independentes relacionadas com a área de residência

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Desordens Sociais	Rural	.025	.230	.014	.913
	Urbano	.003	.126	.003	.983
Desordens Físicas	Rural	-.049	.165	-.040	.768
	Urbano	-.109	.120	-.107	.365
Criminalidade percebida na área de residência	Rural	-.093	.151	-.066	.541
	Urbano	-.135	.103	-.116	.194
Coesão Social	Rural	-.175	.117	-.209	.139
	Urbano	.103	.087	.146	.236
Controlo Social Informal	Rural	.064	.085	.085	.453
	Urbano	.062	.073	.079	.401
Vinculação Área de Residência	Rural	.038	.122	.038	.756
	Urbano	.073	.114	.073	.523
Laços sociais	Rural	.297	.133	.329	.029
	Urbano	-.009	.125	-.009	.942
Confiança Geral Pessoas	Rural	.022	.045	.056	.626
	Urbano	.028	.035	.076	.417
Equipamentos Área de Residência	Rural	.130	.121	.124	.285
	Urbano	.312	.078	.392	.000
R ²	Rural	.152			
	Urbano	.325			
F	Rural	1.592			
	Urbano	4.816			
P-value	Rural	.132			
	Urbano	.000			

Tabela 4: Predição da eficácia da polícia, pelas variáveis dependentes

Variável	Ambiente	B	SE	Beta	P-value
Medo do Crime	Rural	-.018	.092	-.021	.848
	Urbano	-.437	.087	-.508	.000
Risco Percebido	Rural	.031	.083	.042	.705
	Urbano	.055	.087	.065	.526
R ²	Rural	.002			
	Urbano	.226			
F	Rural	.074			
	Urbano	15.645			
P-value	Rural	.928			
	Urbano	.000			